



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos

MÁRCIO LUÍS DA SILVA PAIM

ÁFRICA NOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE SÃO PAULO* (1989-2001)

Salvador
2011

MÁRCIO LUÍS DA SILVA PAIM

ÁFRICA NOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE SÃO PAULO* (1989-2001)

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof.º Dr. Jocélio Teles dos Santos

**Salvador
2011**

A toda minha família, em especial, aos meus pais Venâncio Machado Paim e Bernadeth da Silva Paim (*in memoriam*), por terem criado as condições propícias ao meu crescimento intelectual.

AGRADECIMENTOS

A toda minha família, em especial às minhas três irmãs-mães Meire, Mônica e Márcia Paim que na ausência de minha mãe biológica - Bernadeth Paim *in memoriam* – desdobraram-se e preencheram o vazio deixado com atenção, amor, carinho, dedicação e todos os atributos éticos e morais que a vida demanda. Meu amor por vocês já não cabe em saturno!

A meu pai-mãe Venâncio Paim, por fazer da sua vida integra, responsável e honesta o exemplo condutor da família Paim. A meu irmão Marcos Paim (Venilson) pela atenção e ajuda nos momentos que mais precisei. Ao meu cunhado Aureivaldo Veiga Guedes (Lelinho) pelo exemplo do que é perseverar quando se tem um objetivo em mente! Ao meu grande incentivador intelectual e também cunhado, Benedito de Oliveira Barros (Bené), por nunca medir forças para impulsionar meu crescimento intelectual.

A meus sobrinhos Maurício Luis, Arthur, Iuri e Amanda por ser o amanhã da família Paim e estímulo de meus estudos! A minha companheira Emilena Sousa Santos (Lena) por está ao lado em todos os momentos. Ao Ilê Axé Maroketu e seus filhos, em especial *já* Cecília, por proporcionar o ambiente e a tranquilidade necessária para o prosseguimento desta pesquisa. A Paulline Winter pelas traduções nos momentos difíceis.

Ao orientador professor Dr. Jocélio Teles pela atenção, paciência e compromisso durante as orientações. Aos professores Jacques Depelchin e Valdemir Zamparoni pelas pertinentes considerações do exame de qualificação.

Ao professor Wilson Paulo “andorinha” (*in memoriam*) pelas conversas, orientações e referências bibliográficas durante a graduação em história na Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Nossas conversas foram decisivas para a definição da minha trajetória acadêmica. Muito grato! A professora Cecília Soares por sempre acreditar e estimular meu potencial.

A Euclides Bittencourt (Quidinho) pelas conversas e conselhos enriquecedoras. Ao amigo-irmão André Souza (Bosco), pela ajuda na pesquisa dos primeiros jornais, a sua mãe e irmão, respectivamente, Dona Leonídia e Leandro pela amizade sincera e acolhimento demonstrado desde que nos conhecemos! A Lucas Rezende, que pelo interesse da experiência, se dispôs a ajudar-me na pesquisa com jornais na Biblioteca Pública do Estado.

A Alexandra Gomes pela confiança e estímulo. A Silvio Humberto pelas ousadas orientações. A meus compadres Paula e Cláudio, a minha afilhada Kizzy, Fábio (Mandingo), Diana Neuma, Átila rastaman (capoeira), Anderson (Mustafá), Michel Chagas, Alan Jones, pela atenção de suas conversas enriquecedoras.

Precisaria de um imenso livro para elencar o nome de pessoas que, de forma direta ou indireta, participaram da minha e vida e, portanto deste trabalho, pois, no meu entendimento essa dissertação é resultado de um percurso de vida. Aqueles que aqui não foram citados, não devem se sentir esquecido e injustiçado, mas sim contemplados de coração!

Eu vivo uma ferida sagrada
Eu vivo dos antepassados imaginários
Eu vivo um escuro desejo
Eu vivo um longo silêncio
Eu vivo uma sede desesperada

Aimé Césaire

RESUMO

O presente estudo analisa as representações do continente africano nos editoriais do Jornal *Folha de São Paulo* entre os anos de 1989-2001. Considerando a relevância da imprensa como um das diversas formas de representação social, a mídia impressa (os jornais) passou a ocupar uma posição de destaque como fonte, nos anos setenta do século XX. Em meio a uma variedade de debates teóricos, prevaleceu a multiplicidade de possibilidades de apreensão do passado que os jornais passaram a permitir. A *Folha de São Paulo*, por ser o periódico de maior circulação no Brasil, apresentou-se como fonte para analisar sentidos e significados construídos sobre a África, a partir da veiculação dos seus editoriais. Esses sentidos - embora se saibam da existência de inúmeros debates que visam desconstruir os mitos raciológicos erigidos sobre o continente - evidenciam certa continuidade em relação ao século XIX no que diz respeito às ambigüidades das noções biológica de raça e de inferioridade, conceitos edificados no século XIX. Para realização dessa pesquisa, optou-se por seguir a metodologia de análise discursiva amparada na perspectiva de Michel Foucault e nas interpretações afropessimistas.

Palavras-chave: África. Imprensa. Folha de São Paulo. Editoriais.

ABSTRACT

This study analyses representations of the African continent in the editorials of the newspaper Folha de São Paulo in the years 1989-2001. The press is considered to be one of the many forms of social representation; and in the 1970's print media (newspapers) came to occupy a prominent position as a source in that representation. In the midst of a variety of theoretical debates, newspapers began to allow a multiplicity of possibilities for understanding the past. The editorials of Folha de São Paulo, the most widely circulated newspaper in Brazil, are analyzed for their construction of an understanding and meaning of Africa. This construction - despite the existence of discussions aimed at deconstructing racial myths about the continent - shows some continuity with the nineteenth century beliefs of biological notions of race and racial inferiority. To conduct this research, we chose to follow the methodologies of Foucaultian discourse analysis and of the perspective afro-pessimism.

Keywords: África. Newspaper. Folha de São Paulo. Editorials.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - IMPRENSA E HISTÓRIA	15
1.1. Imprensa no mundo	15
1.2. Imprensa no Brasil	19
1.2.1. O advento da imprensa no Brasil	19
1.2.2. Imprensa e independência	21
1.2.3. A imprensa na República	23
CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i>	28
2.1. Os anos 20 e a <i>folha da noite</i>	28
2.1.2. A <i>Folha da Noite</i> e os seus primeiros anos de funcionamento	30
2.1.3. Os anos 60 e a modernização da Folha de São Paulo (1962-1981)	34
2.1.4. Manual de Redação como reflexo da reformulação do <i>Projeto Folha</i>	41
2.2. A conjuntura dos anos 90, as políticas neoliberais, a internet e seus impactos na <i>Folha de São Paulo</i>	43
2.2.1. Os anos 90	43
2.2.2. A internet	45
2.2.2.1. Os impactos da internet na Folha de São Paulo e a reelaboração do novo projeto	46
2.2.3. O <i>Novo Projeto Folha</i>	47
2.3. Imprensa como fonte histórica e a abordagem das temáticas africanas na <i>Folha de São Paulo</i>	49
2.3.1. A inserção da imprensa no campo da história: debates e pesquisas	52
2.4. África na <i>Folha de São Paulo</i>	57
CAPÍTULO III - ÁFRICA NOS EDITORIAS DA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> (1989-2001)	62
3.1. As categorias	62
3.2. Os editoriais	63
3.3. África do Sul	65

3.3.1.	Raça e racismo nos editoriais da África do Sul	71
3.3.2.	Racismo	79
3.3.3.	Etnia e étnico/tribal nos editoriais da África do Sul	85
3.3.4.	Tribos e conflitos tribais	91
3.4.	Angola	98
3.5.	República Democrática do Congo (RDC)	102
3.6.	Ruanda	108
3.7.	Moçambique	116
3.8.	Somália	120
3.9.	Líbia	123
3.10.	Argélia	124
4.	África nos outros editoriais	125
5.	CONCLUSÃO	132
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

Após um curso no Centro de Documentação e Informação Cultural – CEDIC, em 2004 – sobre a releitura do pensamento e da obra do pensador senegalês Cheik Anta Diop¹, pude desenvolver um olhar crítico sobre o papel e o espaço ocupado pela África na evolução humana².

A partir das discussões sobre o espaço ocupado pela geografia africana no processo de hominização, pude perceber a contribuição e a importância da obra de Diop nos campos da paleontologia, arqueologia e, posteriormente, da biologia molecular, antropobiologia e da genética³. Estes caminhos de conhecimento são considerados nos dias atuais como campos da pesquisa científica, onde a margem de “erros” e as possibilidades de equívocos deixam pouca margem para refutações.

Percebi também as cronologias das diversas espécies homínidas, a diacronicidade e a complexidade do processo evolutivo até o aparecimento da humanidade moderna⁴. Foi, assim, que a curiosidade para estes campos do conhecimento fez com que os jornais adquirissem importância significativa. Interessei-me em investigar as reportagens dedicadas à temática “Ciência”, a partir das matérias publicadas nos periódicos *A Tarde*, *Brasil de Fato* e *Folha de São Paulo*, no intuito de conhecer as abordagens recentes na paleontologia, arqueologia, biologia molecular e a antropobiologia, bem como o processo de hominização naquele continente.

Pude compreender a história da África numa perspectiva evolutiva⁵, e dissociada de uma abordagem linear-anedótica⁶ que utiliza a cronologia da escravidão como marco referencial para as interpretações e abordagens históricas. Ao adotar a

¹ Cheikh Anta Diop nasceu em Diourbel, Senegal, em 1923, e morreu dum infarto aos 62 anos, em fevereiro de 1986, num momento em que a academia mundial, influenciada pelas últimas descobertas nos campos da genética e da biologia molecular, consagra as suas principais teses. A história geral da humanidade que ele desenvolveu confrontou àquela que imperava no mundo acadêmico até então, colocando-o à frente das mais ousadas idéias sobre o acontecer histórico humano.

² OLSON, Steve. *A História da humanidade: Desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes*. Rio de Janeiro: Campus editora, 2003.

³ Cheik Anta Diop não acompanhou a legitimação das suas suposições por estes caminhos do conhecimento científico – paleontologia, biologia molecular, antropobiologia -, pois, este pensador faleceu em 1986, portanto, uma década antes do fortalecimento dessas áreas científicas ocorridas, somente, na segunda metade da década de 90. Por este motivo me refiro ao “posterior”.

⁴ SFORZA, Luca; SFORZA, Francesco. *Quem somos? A história da diversidade humana*. São Paulo: UNESP, 2002.

⁵ MAYR, Ernst. O impacto de Darwin no pensamento moderno. *Scientific American*, Brasil, nº17/2005, pp. 92-98, edição especial, 2005.

⁶ MOORE, Carlos Werderburn. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, págs 133-166, Secretária de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.

interdisciplinaridade para uma observação do espaço que a África ocupa nas pesquisas científicas, estabeleci o que viria a ser minha rotina durante, aproximadamente, 5 anos, a partir de 2004. Foi buscando evidências paleontológicas como a veiculada pela Folha de São Paulo - *Equipe desenterra fósseis de ancestral humano na Etiópia*⁷ - que me deparei, posteriormente, com a problemática do Sudão⁸, pois, a forma como as notícias estavam dispostas no periódico, fizeram com que as notícias internacionais antecedessem as informações do caderno "*Folha Ciência*".

O Sudão localiza-se ao norte da África e corresponde a uma parte do continente africano que despertou pouco interesse por parte dos cientistas que se debruçaram sobre os estudos africanos no Brasil. Esse desinteresse pode ser ilustrado na comparação entre o número de pesquisas relacionadas à África Ocidental e os trabalhos relacionados à região setentrional do continente africano. A forma como a *Folha de São Paulo* está organizada, permitiu-me visualizar o caderno *Folha Mundo*, que antecede as notícias relacionadas à *ciência*, como o eixo central da minha atenção. Neste espaço, ganhou destaque a seguinte chamada: "*Revelações de uma ex-escrava*", publicada em sete de março de 2004. Esta reportagem tratava do depoimento de uma jovem sudanesa do grupo étnico Nuba, seqüestrada no norte do Sudão e transformada em escrava na casa de um diplomata sudanês na Inglaterra.

Após ler o relato sobre a banalização e a intensificação de violência, a qual, não somente a jovem esteve sujeita, tive a curiosidade aguçada em descobrir o início e as causas das hostilidades na região oeste do Sudão. A situação de cárcere da jovem sudanesa fez surgir alguns questionamentos: como era possível que, no século XXI, populações africanas ainda estivessem submetidas às clivagens sociais que remontavam a história da escravização do século XVI⁹? Procurei compreender como e por que relatos como o de Mende Nazer, referentes às experiências das populações africanas, no Brasil, adquirem uma visibilidade inexpressiva ou inexistente, quando considerados seu contingente populacional e a importância da África como um referencial cultural.

A descrição da jovem sobre a forma violenta como foi retirada da sua sociedade, chamou a atenção pela pouca visibilidade das disputas existentes na região oeste do Sudão, região denominada Darfur. Passei a observar a frequência da publicação das notícias referentes àquela região. O afincamento das observações fez com que o entendimento

⁷ *Folha de São Paulo*, caderno Folha-Ciência, 7 de março de 2005.

⁸ SCHERMANN, Patrícia Santos. *Fé, Guerra e Escravidão: cristãos e muçulmanos face à Mahdiyya no Sudão (1881-1898)*. Tese de Doutorado. Niterói, Programa de Pós Graduação em História-UFF, 2005.

⁹ BOXER, Charles R. *O império português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

do conflito de Darfur passasse a ser o centro de minhas pesquisas. A opção por compreender o contexto das hostilidades em Darfur, através de uma metodologia que enfatiza a diacronicidade, foi decisiva para a escolha do recorte cronológico deste projeto, 1989-2001.

Após detalhado levantamento bibliográfico compreendi que a reportagem que tinha chamado minha atenção para o conflito sudanês, publicada no espaço *Folha Mundo* da *Folha de São Paulo*, era produto das tensões políticas ocorridas com o golpe de estado que tinha levado ao poder no Sudão, em 1989, o general *Omar Hassan al Ahmed Bashir*¹⁰. Portanto, 2004, o ano da veiculação da reportagem que despertou minha atenção para o conflito no oeste do país, foi o ano posterior ao ano do recomeço e da reintensificação das hostilidades entre o governo de Cartum e os ditos “rebeldes” do Sul do país. Dessa maneira, 1989, foi tomado como ponto de partida dessa investigação.

O ano de 2001 foi tomado como recorte final por ser o ano em que foram realizadas as primeiras negociações para paz envolvendo o governo e os grupos rebeldes, denominadas *sudan free*¹¹. Após sugestões metodológicas pertinentes do exame de qualificação a pesquisa que tinha como foco central a *cobertura do conflito de Darfur*, tomou outro rumo e passou a ter como centro das observações *a veiculação da África nos editoriais da Folha de São Paulo entre 1989 e 2001*. Dessa maneira, embora o objeto da pesquisa tenha mudado, o recorte cronológico (1989-2001) permaneceu o mesmo.

Quanto à escolha do jornal *Folha de São Paulo*, cabe salientar que a origem da imprensa escrita no Brasil¹² está relacionada ao período da ascensão da produção do café. Na segunda década do século XX, precisamente, em 19 de fevereiro de 1921 foi fundado o periódico *Folha da Noite*¹³, depois denominado *Folha de São Paulo*. A proximidade dos seus fundadores com as elites cafeeiras ocupam um espaço importante na ascensão deste periódico como um dos principais no país. Galgou sua hegemonia até estabelecer-se como um dos jornais de maior tiragem. O estabelecimento de uma linha editorial capaz de discernir hegemonia econômica e liberdade de consolidação da imprensa¹⁴ homogeneizou a visão da elite econômica na opinião pública nacional.

¹⁰ MAMDANI, Mahmood. *Saviors and survivors: Darfur, politics, and the war on terror*. New York: Pantheon books, 2009

¹¹ Idem.

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

Considerando a hipótese de que a visão das elites paulistas homogeneiza a opinião pública nacional, poderia ter uma visão sobre a forma como o país pensa os problemas sociais. Sendo o jornal *Folha de São Paulo* um dos principais veículos da formação de “opinião pública nacional”, seria possível, a partir da análise de seus editoriais, perceber qual o imaginário, sentidos e significados sobre a África que a suposta opinião pública nacional possui.

Visando uma estrutura organizacional, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, *Imprensa e história*, pretendo apresentar o contexto e a importância da invenção de Gutenberg para a consolidação e difusão da imprensa no mundo. O segundo capítulo, *A história da Folha de São Paulo*, pretende localizar no tempo e no espaço a trajetória da *Folha de São Paulo*, identificando o contexto da sua criação e suas transformações estruturais mais importantes. O terceiro capítulo *África na Folha de São Paulo* tem a finalidade de apresentar os resultados, analisando-os sob a perspectiva da análise discursiva *Foucaultiana*¹⁵ e *afropessimista*. Identificar o número total de editoriais no período analisado (1989-2001) e relacioná-los ao conceito do *afropessimismo* e saber o percentual destes, em relação ao número total de edições pesquisadas, compõe-se como o exercício central deste capítulo. Dessa maneira, objetiva-se elaborar um quadro que permita uma interpretação de análises dissociadas de mitos raciológicos¹⁶.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

¹⁶ Um exemplo de um desses mitos é o mito da “maldição de Ham” um dos filhos de Noé, que teve sua descendência condenada a possuir a pele preta como uma punição por presenciar a nudez de seu pai. Este mito está presente na literatura árabe. Sobre este assunto, consultar: MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade*. Belo Horizonte: Maza edições, 2007.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E IMPRENSA

1.1. Imprensa no mundo

O surgimento da imprensa está associado aos desdobramentos sociais, políticos e econômicos ocorridos na Europa no período do renascimento. O crescimento demográfico durante o feudalismo¹⁷ tornou-se um dos principais fatores das transformações sociais das sociedades modernas. A posse de terras possuiu uma importância singular no período em que o feudalismo esteve em vigor no continente europeu. Dessa maneira, as transformações sociais ocorridas nesse contexto (séculos XV e XVI) podem ser tomadas como ponto de partida para a compreensão da concepção euro-ocidental da modernidade¹⁸.

A economia ocupou um espaço significativo nas modificações do século XV. É no contexto dessas transformações que o aparecimento da imprensa deve ser compreendido. Duas observações devem ser feitas ao mencionarmos o termo *renascimento*. A primeira delas é que não devemos pensar este termo como uma simples reelaboração da cultura clássica – greco-romana – ou, muito menos, um nascimento cultural, ou seja, como se a cultura tivesse aparecido no momento que corresponde ao fato histórico aludido.

A segunda observação, diz respeito à relação renascimento e *idade das trevas*. No interior desta digressão, também está inserido um dos debates mais relevantes no campo da historiografia medievalista¹⁹. Por um longo período, convencionou-se atribuir ao feudalismo europeu um período de reduzida ênfase no desenvolvimento científico que ganharia visibilidade considerável apenas no momento posterior ao declínio medieval. Embora o cientificismo não tivesse tido tanto destaque quanto nos momentos da expansão do ultramar, não podemos cair no equívoco de que o feudalismo ou a “idade das trevas”, comumente denominadas, não tenham acumulado os conhecimentos

¹⁷ LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2005.

¹⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: UNESP, 2007.

necessários para um desenvolvimento tecnológico. Há que se destacar, que o termo renascimento não pode, nem deve ser interpretado de maneira homogênea.

Devemos interpretar o sentido desta palavra em suas múltiplas dimensões, ou seja, política, no caso do surgimento do absolutismo; social, no que diz respeito ao fortalecimento da urbanização européia; econômico, para o caso do renascimento comercial e, finalmente, o renascimento científico, no qual a ebulição renascentista incentivou o estudo do homem e da natureza. A passagem para o plano secundário da crença de que o universo não era mais encarado como obra divina ou sobrenatural, abriu as portas para o senso crítico humano, para ciência experimental e para observação no intuito de buscar explicações coerentes para uma variedade de fenômenos naturais.

É ao acúmulo de conhecimentos motivados pela conjuntura pré-capitalista renascentista que estará associado o advento da imprensa. O advento da imprensa marca o momento crucial de transição da tradição oral para uma sistematização da escrita. Neste sentido é imprescindível mencionar o espaço ocupado por Johannes Gensflach Gutenberg em uma das mais profundas transformações ocorridas nas comunicações ao desenvolver a tecnologia moderna de impressão, denominada prensa.

Johanes Gensflach, dito Gutenberg, perito artesão de metal, fundidor e impressor, nasceu em Mainz, na Alemanha, entre 1394 e 1399, e morreu na mesma cidade, em 1468. É creditado a ele o desenvolvimento do tipo móvel e reutilizável. Não há dúvida de que sua participação no refinamento do processo de impressão é cercada de lendas. Argumentam alguns historiadores que o holandês Laurens Coster teria desenvolvido a arte da imprensa um pouco antes ou ao mesmo tempo que Gutenberg. Outros argumentam que Coster meramente roubou alguns dos experimentos preliminares de Gutenberg. Outros propõe ainda que muito pouco sabemos dos detalhes da vida de Gutenberg para creditá-lo como inventor da imprensa. (FONSECA, 2008, p.44)

Sem nos concentrarmos nos debates entre os historiadores – por questão de objetividade, tempo e espaço, e considerando que os debates mencionados persistem até os dias correntes, aceitamos a versão da história, geralmente acordada, que atribui a Johanes Gutenberg a criação da imprensa. A prensa desenvolvida por Gutenberg não deve ter sua construção entendida como um passe de mágica, ou seja, um instrumento que surge de um dia para o outro. O advento da prensa e seus desdobramentos devem ser vistos como o resultado de um acúmulo gradativo de conhecimentos e técnicas que

tiveram suas bases lançadas num período anterior ao qual este inventor conviveu²⁰. Não podemos nos esquecer que um invento que posteriormente viria ocupar um espaço significativo no correr histórico possivelmente tenha contado com a amálgama de outras técnicas e com o apoio de outras pessoas (FONSECA, 2008, p.44).

O fruto da cooperação e dos investimentos alçados por este inventor resultaria na construção de um dos instrumentos que mais contribuiriam – ou o que mais contribuiu - para a difusão das informações num nível global, até então jamais presenciado na história da humanidade.

Tão importante quanto o refinamento dos detalhes que tornaram a imprensa um processo viável de reprodução gráfica, foram às transformações sociais ocasionadas pela mesma. Dentre as mudanças advindas com a invenção da prensa, podemos apontar algumas que redirecionaram definitivamente as múltiplas culturas de tradição oral. Uma delas foi o condicionamento a que os costumes da antiguidade foram submetidos. Embora a invenção da prensa fosse responsável pela impressão e pela possibilidade em termos conhecimentos materializados nos livros, há que se destacar que a escrita não surge exatamente com o advento da prensa.

Em sociedades antigas na África, na América pré-colombiana, na China e em outras regiões, antes da invenção da prensa – no século XV - as múltiplas formas de transmissão de conhecimentos davam-se através da oralidade²¹. No entanto, é apressado determinar que em tais tecidos sociais não houvessem formas próprias de “impressão” ou registro de conhecimentos e informações. As noções dos fundamentos e das informações nessas sociedades, na maioria dos casos, ficavam restritas a uma elite. A difusão do saber na antiguidade não era de maneira alguma acessível à grande maioria da população. Um exemplo ilustrativo da elitização da sabedoria pode ser apreendido na sociedade egípcia antiga.

Mesmo fazendo parte de uma tradição de oralidade, a sociedade egípcia possuía formas de registro – hieroglífica, hierática e demótica – e do mesmo modo, possuía modos de registrá-las. A diferença marcante entre as sociedades da antiguidade – milenarmente antecessoras ao invento de Gutenberg – e as sociedades pós-Gutenberg, é que nas primeiras, o saber estava restrito a uma questão de poder e status social, pois,

²⁰ Ver: TERESI, Dick. *Descobertas perdidas: as raízes antigas da ciência moderna, dos babilônios aos maias*. São Paulo: Companhia das letras, 2008; CHILDRESS, David Hatcher. *A incrível tecnologia dos antigos*. São Paulo: Aleph, 2005.

²¹ GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do oriente*. São Paulo: contexto, 2008.

somente poucos possuíam os meios adequados para registrar ou decifrar informações específicas.

No segundo caso, esses conhecimentos passam a ser mais universais, contribuindo para que parte do contingente populacional – a plebe da idade média - nas mais variadas e longínquas regiões, desenvolvessem as técnicas apropriadas para a compreensão de textos e informações, até aquele momento, inéditos. O incentivo a alfabetização, ou seja, a apreensão dos saberes fundamentais à compreensão das informações foi, talvez, o desdobramento mais marcante após a invenção de Gutenberg.

(...) houve aumentos notáveis na alfabetização durante a primeira metade do nosso período, 1500-1560, por exemplo, em partes da Itália e Inglaterra. Em Veneza, por volta de 1450, 61% de uma amostra de testemunhas sabiam assinar seu nomes, mas a proporção aumentou para 98% em torno de 1650. Em Durham, por volta de 1570, 20% das testemunhas leigas perante o tribunal do consistório eram alfabetizadas (mas menos de 20% dos artesãos, e praticamente nenhum camponês); por volta de 1630, a proporção chegara a 47%. Em outras partes da Europa, foi a segunda metade do período 1650-1800, que mostrou intenso aumento na alfabetização. No conjunto da França, o índice médio de alfabetização entre os homens subiu de 29% em 1690 para 47% em 1790; na Inglaterra, subiu de 30% em 1642 para 60% na segunda metade do século XVIII (BURKE, 2010, p.333).

A circularidade das informações, dos conhecimentos e das culturas são aspectos que não pode deixar de ser mencionado no contexto das transformações sócio-culturais provocadas pelo renascimento cultural – a que o desenvolvimento da prensa está inserido. Se no período anterior à invenção de Gutenberg os saberes circulavam apenas no interior das elites “letradas”, após a invenção de novas técnicas de impressão, a cultura através dos livros impressos, deixou de ser um monopólio das elites dominantes para passar a ser objeto de comercialização. Sobre o incremento econômico da invenção da prensa na cultura popular, Peter Burke é sucinto em esclarecer que:

O exemplo mais óbvio da comercialização da cultura popular ainda não foi mencionado: o livro impresso. Em 1500, mais de 250 centros contavam com gráficas montadas e havia cerca de 40 mil edições impressas, totalizando aproximadamente 20 milhões de exemplares numa época que a população da Europa compunha-se de pouco mais de 80 milhões. A produção de livros continuou a crescer entre 1500 e 1800. Na França, no século XVI, por exemplo, o máximo chegou a quase 4 mil títulos (ou 1 milhão de exemplares) por ano; no século XVII, o máximo chegou a pouco mais de mil títulos; no século XVIII, houve um aumento constante, mas intenso, a um máximo de 4 mil títulos por ano (BURKE, 2010, p.331).

Além do aspecto econômico, o aumento de número de gráficas e dos recursos capitais necessários para a sua instalação, e o incremento considerável do número de edições impressas não foram determinantes para revelar o aspecto cultural implícito na expansão dos livros e na universalização dos conhecimentos proporcionados por estes, a partir da invenção da imprensa. Simultâneo ao desenvolvimento da imprensa com o aumento do número de livros, jornais impressos, da alfabetização e outras mudanças culturais, assistiu-se a consolidação da tradição escrita nos moldes ocidentais. Com o advento das letras impressas, percebe-se a transição das tradições orais, bastante presente nas culturas da antiguidade, para a consolidação de uma cultura – ocidental - onde o registro escrito passa a exercer uma influência significativa nos cotidiano popular, além de representar a perda de monopólio de elites que se apropriavam dos “segredos” da escrita.

As conseqüências da invenção da imprensa, o início da impressão de livros e jornais são desdobramentos que serão iniciados de variadas formas e numa heterogeneidade em momentos distintos nas mais longínquas regiões do globo. No Brasil, podemos identificar o período da colônia como o período das primeiras experiências da imprensa no país.

1.2. IMPRENSA NO BRASIL

1.2.1 – O advento da imprensa no Brasil

Mais do que discorrer sobre a história da imprensa no Brasil, há que se fazer uma consideração sobre a tenuidade da linha entre a introdução da imprensa no Brasil e o momento em que esta, a partir das reelaborações dos paradigmas históricos feito pela *escola dos Annales*²², passa a ser vista como uma possibilidade de apreensão da história. Desse modo, longe de ser entendida como uma trajetória linear, a imprensa no Brasil e a sua respectiva introdução no campo das ciências humanas devem ser compreendida como produto de etapas heterogêneas.

Para Martins e Luca, a história da Imprensa no Brasil está vinculada ao advento dos impressos durante a colonização do Novo Mundo. Neste contexto, a iniciação das

²² BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

atividades de impressão no Brasil foi tardia, pois, enquanto na Europa já existiam tipografias desde meados do século XV, nas Américas, as atividades impressoras (de maneira escassa) surgem um século mais tarde (MARTIS; LUCA, 2008, p.23). A inexistência de estruturas propícias ao estabelecimento das primeiras tipografias durante a dominação europeia do Novo Mundo fez com que no Brasil o primeiro periódico, o *Correio Braziliense*²³, tivesse sua primeira edição publicada em Londres em 1808. Dessa maneira, o ano de 1808 pode ser tomado como marco referencial da introdução da imprensa oficial no país²⁴.

Embora o ano da chegada da família real no Brasil (1808) seja visto como marco oficial das primeiras atividades de impressão, não significa que em séculos anteriores não houvessem experiências e iniciativas no sentido de introduzir e consolidar esta atividade no espaço colonial. Diferente das autoras²⁵ que atribuem à chegada da imprensa as transformações oriundas da chegada da família real, Nelson Werneck Sodré entende a chegada da imprensa na colônia portuguesa sob uma perspectiva gradual, cumulativa, ou seja, por etapas. Desse modo, *a imprensa colonial; a imprensa da independência; o pasquim; a imprensa do império; a grande imprensa e a crise da imprensa*²⁶ são os capítulos da obra *História da imprensa no Brasil*²⁷, onde o autor sistematiza a historicidade e a trajetória da imprensa brasileira. Ao contrário das autoras referidas, Werneck Sodré (1999) amplia o contexto do ingresso da imprensa na colônia fazendo uma relação da mesma com a conjuntura do escravismo e da ascensão do capitalismo comercial. Segundo Werneck é:

Coincidência interessante fez do aparecimento do Brasil na história e do da imprensa acontecimentos da mesma época, só nisso aproximados, porque a arte de multiplicar textos acompanhou de perto, e serviu, a ascensão burguesa, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava sua existência com o escravismo. Se o impulso que deu aos portugueses o mérito de ocupar o Brasil estava ligado à expansão do capital comercial, foi ele o responsável também pelo surto da gráfica na metrópole (SODRÉ, 1999, p.9).

Considerando que a chegada dos europeus no novo mundo esteve condicionada a interesses políticos na Europa, a instalação da imprensa no Brasil, da mesma forma, esteve associada às querelas e os interesses políticos. Nesse sentido, deve-se entender as

²³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²⁴ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina De. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto editora, 2008, p.23.

²⁵ Idem.

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²⁷ Idem.

disputas entre as metrópoles portuguesas e espanholas nas Américas, e associá-las ao advento da imprensa no Novo mundo em conformidade à importância dada pelas metrópoles e as suas respectivas áreas de interesses. Dessa maneira, é difícil definir até onde foram os interesses da metrópole como Estado organizado no interesse em estabelecer uma imprensa metropolitana.

Após o estabelecimento da carta régia que regulamentava a impressão real, assistiu-se o surgimento de uma variedade de jornais, de temas e interesses que os motivavam. *Gazeta do Rio de Janeiro, jornal surgido na corte, Correio Braziliense e a Gazeta* (SODRÉ, 1998, pp. 21-22), são alguns dos periódicos que ilustram a ebulição intelectual da transição do período imperial, ou seja, dos resquícios do feudalismo à modernidade, simbolizada no período imperial. O período imperial da história do Brasil marca uma nova fase da imprensa na colônia. Logo, o golpe da maior idade, as insurreições contestatórias da dominação portuguesa, bem como o avanço das lavouras de café, foram acontecimentos os quais a imprensa com seus discursos fez valer em momentos distintos.

1.2.2. Imprensa e independência

Depois da abertura dos portos e da chegada da família real ao Brasil (1808)²⁸, o período da independência (1822)²⁹ marca fase distinta na história da imprensa no Brasil³⁰. O período que antecedeu a independência foi caracterizado pela censura aos jornais – em número pouco expressivo - existentes naquele contexto. A perseguição e o cerceamento ficavam sob os auspícios de forças ligadas a Coroa. Estas disputas giravam em torno das garantias de manutenção do espaço da burguesia na ordem que se conformava. A burguesia que antes da independência clamava um governo próprio, durante o processo de independência reivindicaria seus direitos delimitando o poder concentrado nas mãos do imperador³¹. Dessa maneira, as polarizações políticas internas

²⁸ LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999, p.124.

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.142-148.

³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

³¹ PIERANTI, Octávio Penna. Nelson Werneck Sodré e “História da imprensa no Brasil”: uma análise da relação do estado e meios de comunicação de massa. *Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação*. Brasília, setembro-2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>.

geradas pelas transformações da conjuntura da independência apresentaram-se como principal tema de abordagem destes periódicos.

É interessante notar a importância destes periódicos ao apresentarem-se como “abertos” contestadores daqueles que conduziam o poder como rédeas. Contra estes, segundo Werneck Sodré (1999), a imprensa imprimira a repressão. A dissolução da assembléia constituinte por D.Pedro (1823) dotou-o de poderes ilimitados³². A ausência desses limites possibilitou que o mesmo, despoticamente e associado às elites oligárquicas da época, promovesse o silenciamento da imprensa nascente como uma forma de reduzir a pressão pela centralização política do poder. O impedimento e a perseguição aos jornais durante os nove anos que se seguiram a independência (1822), caracterizaram a historicidade da imprensa brasileira. A agressão a Luis Augusto May, responsável pelo periódico a *Malagueta* e a prisão de Cipriano Barata, dono do jornal *O sentinela*, são exemplos da perseguição mencionada³³.

A centralização do poder nas mãos de D.Pedro ofereceu argumentos para o aumento significativo do número de jornais e panfletos que questionavam a inexistência da liberdade de imprensa. Deve-se mencionar umas das principais contradições da história da imprensa brasileira: aumento do número de periódicos e a consolidação da imprensa escrita ocorrem sob a mais intensa repressão da Coroa portuguesa, sob as ordens de D.Pedro³⁴. A diminuição da perseguição aos periódicos começou a se tornar real a partir de 1831. O cerceamento da imprensa durante o pós-independência não deve ser visto como uniforme. As pressões e repressões do império sobre os jornais intercalaram-se entre momentos de paz e de concessões por parte das oligarquias ligadas à Coroa portuguesa. O acesso dos jornalistas aos cursos de direito, proporcionados por uma das concessões em 1826, e o fim da censura oficial em 1827, ilustram as proximidades e os distanciamentos que envolviam as elites em disputa³⁵. Logo, essas querelas apresentaram-se como assunto principal das páginas destes periódicos.

Após a censura em 1827, a imprensa da pós-independência assistira a uma das fases de maior produtividade e liberdade desde o período colonial³⁶. É neste contexto

³² COSTA, Emília Viotti Da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp.60-83.

³⁴ PIERANTI, Octávio Penna. Nelson Werneck Sodré e “História da imprensa no Brasil”: uma análise da relação do estado e meios de comunicação de massa. *Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação*. Brasília, Setembro, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>.

³⁵ Idem.

³⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

que está inserido a transmissão da informação, feita através dos jornais, para as extremidades mais longínquas do império. A difusão contribuiu para a retroalimentação de movimentos de contestação à autoridade imperial. O espaço de protagonismo assumido pelos periódicos nas transformações da conjuntura nascente fez com que prepostos aquietados com o poder imperial sabotassem a distribuição dos periódicos. O surgimento dos *pasquins*³⁷, nesse contexto, deve ser mencionado como uma forma distinta de jornalismo. Sem seguir regras jornalísticas pré-ditadas, os pasquins apresentavam como válvulas de escape para as opiniões dos seus proprietários. Dessa maneira, em parte dos casos, as interpenetrações entre as opiniões dos proprietários e a credibilidade destas, era inexistente.

Até 1860, quando se deu o fim da conciliação acerca do novo governo, segundo SODRÉ, (1999, pp.181-223) existiam poucas vozes opositoras, o que caracteriza o período pós-independência – e imperial – como de maior intimidação da imprensa escrita no Brasil, mesmo considerando o seu processo de difusão e introdução para outras regiões remotas do país. Devem ser consideradas na historicidade da imprensa brasileira as relações entre a oligarquia e a imprensa. Esta aliança prosseguirá durante a República e em outros momentos marcantes para história do país. Dessa forma, mesmo com o advento da República, a essência autoritária do estado não se alterou de maneira uniforme.

1.2.3. A imprensa na República

A proclamação da República (1889) não diminuiu o cerceamento da imprensa por aqueles responsáveis pelas decisões. Como de praxe na história da colônia, a chegada modernidade, externaliza pelo discurso republicano³⁸, serviu para reorganizar a estrutura do poder sem modificar a estratificação social vigente. Cabe destacar que a República Velha (1889-1930) é marcada por uma nova conjugação de forças (aliança) entre o exército e as oligarquias do café³⁹. O poder permaneceu centralizado, pois, embora tenha deixado as mãos de um imperador que se aproximou do despotismo,

³⁷ Nomes que recebia os jornais que denunciavam vigorosamente aqueles que estavam no centro das decisões. Para maior aprofundamento, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil* Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp.83-181.

³⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A modernidade republicana*. Rio de Janeiro, 2009, Revista Tempo. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

³⁹ LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

passou para as mãos de um militar que assumiu o poder através de um golpe. Dessa maneira, as relações estabelecidas entre o governo e a imprensa durante este período não foram muito distintas das do período do império⁴⁰.

Do período que os militares chegaram ao poder (1889) até aproximadamente 1894, o poder político foi hegemônico do exército, configurando a República da espada. A partir de 1894, a aristocracia cafeeira dos dois principais pólos políticos do país, respectivamente, São Paulo e Minas Gerais, monopolizaram e alternaram-se no poder protagonizando a República do café com leite, comumente denominada política dos governadores⁴¹. É importante destacar que entre esses dois momentos – o período dos militares e a consolidação da elite cafeeira - é impossível estabelecer uma fronteira demarcatória em meio aos fatos históricos, evidenciando a interpenetração dos acontecimentos. Desse modo, deve-se refutar a idéia de compreender a historicidade do período republicano como uma espécie de sucessão linear ininterrupta de acontecimentos.

A perseguição aos jornais não diminuiu. Qualquer crítica ao governo era passível de coerção. Mesmo sendo resultado de forças centrífugas do capitalismo, a coerção foi das estratégias utilizadas na fase inicial do governo republicano, contra a imprensa, como uma forma de enfrentar os questionamentos. Diversos periódicos, naquele contexto, exigiram a redução da perseguição dos jornais por parte do governo. Embora tenha tido uma repercussão ignóbil, a exigência marcou a organização conjunta da imprensa brasileira em torno de um objetivo comum que naquela conjuntura tratava-se da perseguição adotada pelo governo militar de tudo e todos que fossem contrários as suas opiniões. Dessa maneira, a fase republicana constitui parte importante da construção e consolidação da imprensa no Brasil.

O estabelecimento da República no Brasil em 1889 não deve ser dissociado da conjuntura internacional do século XIX. Economicamente, 1889 é apenas quatro anos após a conferência de Berlim (1885)⁴², conferência em que se repartiram inúmeras regiões do globo de acordo com interesses econômicos geoestratégicos das potências hegemônicas. Esses interesses estavam associados a uma nova fase ou reelaboração do

⁴⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do império. In: *História da imprensa no Brasil*. 4º edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 181-249.

⁴¹ CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1982.

⁴² LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

capitalismo internacional comumente denominada imperialismo ou neocolonização⁴³. Esta política, posta em prática no século XIX sob formas e métodos distintos dos identificados na colonização do século XVI, foi sentida de diferentes formas nas mais variadas e longínquas regiões do globo. A intensificação da universalização do comércio associadas ao século XIX, no Brasil pode ser ilustrado pela chegada da família da real e da abertura dos portos.

No século XIX a estratificação social ainda permaneceria como em períodos anteriores com os europeus/colonizadores ocupando o ápice da pirâmide social circundados por uma massa de africanos escravizados, alforriados ou ex-libertos. Esta estratificação foi intensificada pela difusão e consolidação das teorias raciais⁴⁴ que tiveram um papel ímpar na reelaboração das relações entre os indivíduos. Não se pode esquecer que essas teorias embasaram a composição da pirâmide social com a introdução das noções de superioridade e inferioridade dos grupos humanos⁴⁵. Dessa maneira, as transformações sócio-econômicas ocorridas no Brasil na passagem do século XIX podem ser compreendidas como reflexo de transformações que ocorriam concomitantemente no velho continente.

Ideologicamente, a difusão dos valores da revolução francesa ocupou espaço destacável na reconstrução de valores representados pela sociedade feudal⁴⁶. No Brasil, a herança da escravidão, da cana-de-açúcar, do latifúndio e da dominação portuguesa eram memórias que não deveriam ser lembradas. A idéia de desenvolvimento, tomada como referência de países ocidentais⁴⁷ introduziu na oligarquia brasileira uma concepção diferenciada de mundo. A própria concepção de república, herdada da revolução francesa, apresentava-se como inovação em relação aos poderes absolutos do rei, característica marcante do feudalismo na Europa. Desse modo, não só a introdução da República como forma de governo, mas o discurso inerente a esta, apresentaram-se como evidência da trajetória do país pelo caminho da modernidade.

O reflexo destas transformações no Brasil se constituiu como assunto principal dos periódicos da época. Diante das mudanças, a imprensa brasileira não reduziu o

⁴³ N'KRUMA, Kawame. *Neocolonialismo: ultimo estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

⁴⁵ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins fontes, 1999.

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

⁴⁷ GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.

interesse pela política que continuou sendo a vocação dos principais periódicos⁴⁸. A diversidade de posições adotadas pelos jornais na época em relação à centralização do poder em mãos militares evidenciou a não homogeneidade de opiniões, refutando a idéia de uma organização oficial da imprensa. Havia jornais que atacavam de maneira veemente o governo do marechal Deodoro da Fonseca e defendiam a sua substituição pelo seu vice, o também militar Floriano Peixoto. Outros jornais ainda, como o *jornal do Brasil* podem ser citados como exemplo de periódicos que repudiavam a República e defendiam o retorno da monarquia⁴⁹. Essa multiplicidade de posições e opiniões reflete a intensidade das transformações do contexto estudado.

A consolidação da República, a partir do estabelecimento da política dos governadores deu uma nova face a imprensa brasileira. Nelson Werneck Sodré⁵⁰ destaca que com a chegada da República a imprensa não se deu conta de que nas transformações ocorridas havia uma reorganização de poderes e influências da oligarquia na conjuntura que se apresentava. O latifúndio representava uma elite econômica, e a violência contra quaisquer formas de oposição continuava a ser o principal assunto dos jornais. O latifúndio como representante da escravidão e do regime colonial passaram a ser tratados pelos jornais como o mal a ser extirpado. Dessa maneira, esses assuntos foram apresentados como os principais obstáculos à modernidade implícita no discurso da República no Brasil.

Ao apresentar como assunto nos principais jornais o latifúndio e a escravidão como resquícios de um sistema obsoleto, a imprensa brasileira redimensionou pilares do próprio estado em que estava inserida. Esta nova dimensão dada aos problemas do país obrigou a imprensa a se reestruturar, já que os problemas do Brasil republicano não podiam ser combatidos com uma imprensa que teve sua estrutura consolidada para a época do império. O encarecimento dos acessórios, em sua maior parte, trazidos da Europa, necessários a modernização da imprensa restringiu a atividade jornalística às classes mais abastadas. Assim, não é de estranhar que a relação imprensa e burguesia tenha se fortalecido mais, durante a República do que na Colônia e no Império.

É deste período que tem início a transformação da imprensa panfletária para a empresa jornalística. Esta alteração se dá no sentido de angariar recursos para atender a

⁴⁸ PIERANTI, Octávio Penna. Nelson Werneck Sodré e “História da imprensa no Brasil”: uma análise da relação do estado e meios de comunicação de massa. *Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação*. Brasília, setembro-2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

demandas cada vez mais complexas de um período em que os acontecimentos sucedem-se rapidamente. A necessidade de obter recursos para a manutenção da indústria como empresa gerou por parte das autoridades o interesse em comprar as notícias. Nesse contexto, Werneck Sodré chama atenção para o fato de se saber o que veio primeiro, se a vontade da imprensa de receber as verbas governamentais ou se o interesse do governo de acalmar os ânimos de uma imprensa aparentemente independente. Deve-se destacar que o estabelecimento dessas relações marcará a história da imprensa brasileira até os dias correntes.

Embora as relações entre imprensa e o poder durante a República fossem estreitas, elas não implicavam em ausência de punição aos jornalistas mais questionadores. Muitos destes foram presos e agredidos na passagem do século XIX para o XX. A distribuição de verbas por parte do governo teve sua dimensão ilustrada, de acordo com Werneck Sodré, com o pedido do diretor do jornal governista pela não suspensão do auxílio de verbas injetados pelo governo de Washington Luis⁵¹. O estreitamento das relações entre o Estado e a imprensa fez com que o Congresso Nacional acompanhasse essas mudanças e desenvolvesse outra concepção sobre a imprensa e o jornalismo. Essa interpretação fundamentou a promulgação da lei de imprensa de 1923, a primeira a tratar da imprensa no país.

⁵¹ PIERANTI, Octávio Penna. Nelson Werneck Sodré e “História da imprensa no Brasil”: uma análise da relação do estado e meios de comunicação de massa. *Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação*. Brasília, setembro-2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DA *FOLHA DE SÃO PAULO*

2.1. Os anos 20 e a *Folha da Noite*

Ao destacar o surgimento do jornal que será posteriormente denominado como *Folha de São Paulo*, é imprescindível remontar o contexto em que o mesmo estava inserido. Nesse sentido, a década de vinte do mesmo século merece uma atenção diferenciada. Embora um dos conteúdos do discurso republicano fosse à modernidade⁵², o advento da República não alterou de forma significativa a estratificação social-racial estabelecida desde o século XVI. Dessa forma, mesmo o século XX estando associado às transformações econômicas e tecnológicas até então vistas, este período apresentou contrastes e continuísmos tidos como obsoletos.

A década de vinte do século XX ocupou uma posição significativa para a consolidação da política neoliberal ocidental. A partilha e a pilhagem dos continentes autorizados pela conferência de Berlim (1885)⁵³ se consolidou nas regiões de maior importância estratégica. O continente africano, neste contexto, assumiu uma posição ímpar por concentrar parte dos minérios estratégicos ao funcionamento do capitalismo global-ocidental. Se, no século XVI a colonização não estabeleceu um centro de povoamento no interior do continente, a neocolonização do século XIX foi responsável pelas sucessivas levas migratórias e pela consolidação de centros urbanos semelhantes aos da Europa. Desse modo, considerando as abordagens econômicas, os anos vinte do século XX, precisamente para o continente africano, foi período de consolidação do imperialismo neocolonial.

No campo da política assiste-se durante os anos vinte a consolidação e a difusão do discurso dos nacionalismos⁵⁴ que amalgamados às teorias raciais⁵⁵ constituíram-se como às ideologias que fizeram a conformação social que pode ser tomada como

⁵² HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

⁵³ LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁵⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos: desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

⁵⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

marcador para o período em questão. É importante destacar a contradição presente neste recorte temporal, pois o mesmo período cronológico no qual a Europa consolidara sua hegemonia econômica será a mesma década da crise de 1929, considerada uma das piores crises cíclicas do capitalismo desde a sua consolidação. Dessa forma, as variadas transformações sócio-econômica-tecnológicas ocorridas na Europa foram sentidas no Brasil de múltiplas formas e em segmentos sociais variados.

No Brasil, o século XX pareceu significar muito mais de que uma simples passagem de um ano a outro. O novo contexto imperou para que as reminiscências da escravidão⁵⁶ e do passado colonial fossem deixadas para trás. O crescimento da produção nas fábricas, o aumento do setor de serviços, o aumento gradativo de levas sucessivas de imigrantes, o avanço nas comunicações, recente paisagem técnico-industrial, bem como, o letramento da população injetaram otimismo – fortalecido pelos lucros da exportação de café - e apresentou o cenário adequado à reelaboração da imprensa e do modo de vida urbano. Dessa maneira, a informação e sua difusão ocuparam um lugar privilegiado no centro das transformações mencionadas⁵⁷.

Os anos vinte foram marcados por contestações políticas e sociais que evidenciavam o colapso da primeira República. É destacável a profissionalização dos jornais diários, assim como o aumento do caráter opinativo destes em dimensão inédita. A introdução de novos métodos - decorrentes do desenvolvimento tecnológico em andamento na Europa – possibilitou o crescimento expressivo das tiragens, a melhoria de qualidade e o fundamental barateamento dos exemplares, já que durante a trajetória da imprensa no Brasil percebe-se que o acesso a informação estava restrito às classes mais abastadas. Deve-se considerar nesse contexto, o alto índice de analfabetismo da população brasileira que durante parte da história da imprensa não contribuiu para o pioneirismo e a evolução das atividades de impressão. Dessa maneira, enquanto em outras partes do planeta a imprensa já estava consolidada, no Brasil, é a partir deste período que a imprensa começa a entrar no caminho da profissionalização⁵⁸.

⁵⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

⁵⁷ PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 111-153.

⁵⁸ Idem.

2.1.2. A *Folha da Noite* e os primeiros anos de funcionamento

É nessa conjuntura que surge em 19 de Fevereiro de 1921, sob a iniciativa de um grupo liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, o jornal *Folha da Noite*. O jornal que passou a circular no mesmo dia da sua fundação, sofreu interrupções durante os anos de 1924, 1927 e 1930⁵⁹. Em uma conferência realizada em 1945 sobre um dos fundadores da *Folha*, *Francisco Pati*⁶⁰, destacou a liderança de Olival Costa, à frente do empreendimento. Ao dar destaque ao comprometimento deste jornalista com sua profissão relacionando-o com as condições locais de trabalho, percebe-se as condições e o tipo de material usado nas impressões. A citação contida na obra de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato destaca de maneira rica em detalhes a rusticidade da fase inicial da *Folha da Noite*, assim como as condições de impressão:

As oficinas e a redação tinham sido instaladas naquele prédio (à rua do Carmo). Oficinas, redação e gerência, era tudo uma coisa só, O balcão da gerência. Quase na porta da rua. Atrás dele estava sendo montada a primeira máquina de impressão do jornal. Depois da máquina de impressão vinham em fila, olhando para a parede a direita, as seis primeiras máquinas de composição. Ao lado delas, olhando para a parede a esquerda, a mesa de Olival bem rente a do paginador. Mais ao fundo, junto à calandra, a mesa dos redatores. No porão, as caldeiras. As bobinas de papel entulhavam, no armazém, o corredor improvisado pela distribuição das máquinas e das mesas (MOTA; CAPELATO, 1981, p14).

A estrutura organizacional dos primeiros dias do que iria ser a *Folha de São Paulo*, nos anos 60 do século XX, evidencia a transição do contexto panfletário da imprensa brasileira para a fase do jornal empresa. Por outro lado, as concentrações em um mesmo ambiente das máquinas de impressão, das caldeiras e das bobinas constituem-se como uma das evidências da transferência tecnológica utilizada na imprensa europeia para o Brasil. Desse modo, com a iniciativa modernizadora os principais objetivos dos fundadores da *Folha* eram atrair, com seu vespertino, leitores das classes médias urbanas e da classe operária⁶¹.

Com periodicidade diária, uma das características de ordem material mais marcante da *Folha da Noite*, em seus primeiros dias, foi a *falta de plano bem-*

⁵⁹MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.6.

⁶⁰ Um dos fundador-colaboradores do Jornal *Folha da Noite* juntamente com Olival Costa. Francisco Pati foi diretor do Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Idem, p.14.

⁶¹ *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2010, p.108.

*estruturado, de um projeto social, de uma orientação política mais definida*⁶². Essas carências não impediram o reconhecimento imediato do novo periódico pela reduzida quantidade de leitores⁶³. Segundo o historiador e jornalista, Paulo Lencastre⁶⁴: *Em uma semana, o jornal “passou a render o suficiente para manter-se” (...). Assim é que nos exercícios financeiros subseqüentes, o êxito se traduzira em lucros líquidos apreciáveis, permitindo a estabilização do novo periódico* (MOTA, 1981, apud Lencastre, 1922, p.6). Desse modo, três anos após sua fundação (1924), o periódico firmou-se definitivamente no mercado.

Com o fortalecimento econômico e procurando atuar junto aos leitores não atingidos pelo conceituado e concorrente periódico *O Estado de São Paulo* (ESP), a *Folha da Noite* tem a iniciativa de criar em 1º de julho de 1925, o periódico matutino *Folha da Manhã*. De maneira semelhante à *Folha da Noite*, a *Folha da Manhã* – que circulou com esse nome até a década de 60 – foi impedida de circular devido às restrições impostas pelo governo de Getúlio Vargas, pois ambos periódicos caracterizavam-se pela oposição ao governo. A mudança do posicionamento editorial do jornal, ou seja, o momento em que as Folhas deixam de fazer oposição ao governo para apoiá-lo, ocorre em 1929 quando um dos sócios que compunha o grupo fundador do primeiro periódico – *Folha da Noite* - Pedro Cunha, retirou-se da sociedade. Dessa maneira, as Folhas tornaram-se periódicos governistas⁶⁵.

É nesse contexto que são lançados os pilares do que viria ser, a partir dos anos 60, o jornal *Folha de São Paulo*. Carlos Guilherme Mota ilustra a trajetória desse periódico sob quatro fases distintas. Para cada fase mencionada, é imprescindível destacar, não se pode dizer que houve uma continuidade uniforme em todas as fases⁶⁶. A opção da apreensão da história da *Folha de São Paulo*, a partir de períodos cronológicos distintos foi adotada com a finalidade de traçar um panorama esquemático,

⁶² MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.6.

⁶³ É importante destacar a reduzida quantidade de leitores não só da *Folha da noite*, bem como, outros periódicos por dois motivos: o primeiro, o alto índice de analfabetismo entre as classes proletárias, o segundo motivo, diz respeito ao ínfimo número de alfabetizados entre as classes mais abastadas do país no contexto mencionado. Sobre essa questão do letramento da população ver: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina De. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto editora, 2008.

⁶⁴ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.6.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.3.

contestável e não definitivo que possa permitir compreender as rupturas, reelaborações, reconstruções e particularidades das fases referidas.

Segundo Carlos Guilherme Mota, a primeira fase da Folha pode ser traçada desde os anos 20, com o aparecimento do jornal – a fase de Olival Costa e Pedro Cunha – e a década de 40, quando o jornal fica sob a responsabilidade de Otaviano Alves de Lima (1931-1945)⁶⁷. Não é correto compreender esse período de maneira sincrónico-linear, ou seja, o momento histórico que vai da fundação da Folha da Noite até os anos 40 do século XX não ocorreu de forma mecânica e isolada. Esse período, por exemplo, pode ser abordado ainda sob outras duas cronologias. Uma cronologia que abarca o período em que Olival Costa esteve a frente da Folha, e outra que se detém no período no qual Octaviano Alves Lima fixou paradigmas administrativos correspondentes ao contexto dos anos 40 do século XX⁶⁸. Desse modo, embora as cronologias estejam inseridas em espaço de tempo amplo, ambas apresentam semelhanças e diferenças particulares.

A fase de Olival Costa pode ser entendida como um período onde o periódico objetivou demarcar um espaço a partir da intensidade da sua própria inserção no debate político do contexto da época, precisamente os anos 30 do século XX. Não deve ser ignorado nesse período, a associação deste jornal com uma burguesia afazendada⁶⁹ que compunha a classe média paulista da década de 40. Outro ponto que marca a trajetória da Folha nesse período é a oposição feita ao governo de Getúlio Vargas que tinha chegado ao poder através da revolução de 30⁷⁰. Além de Olival Costa e Pedro Cunha, Antônio dos Santos Figueiredo, Mariano Costa, Monteiro Lobato, Paulo Duarte, Nicolau Ancona Lopez, Ticiano de Oliveira, Léo Vaz, Gastão Barros, Antônio de Pádua Nunes, colaboraram para o surgimento da *Empresa Folha da Manhã Ltda*⁷¹. Desse modo, a transformação das antigas Folhas – da noite e da manhã – na *empresa Folha da manhã limitada* atesta a percepção dos responsáveis pelo jornal com a fase modernizadora do capitalismo mundial na conjuntura dos anos 30⁷².

De 1931 a 1945, as *Folhas* estiveram nas mãos do grupo liderado por Octaviano Alves Lima. Natural de Taubaté, descendente de famílias dos primórdios da

⁶⁷ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.3.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem, p.3.

⁷⁰ SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

⁷¹ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981

⁷² SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

colonização, Octaviano Alves levou para as *Folhas* a preocupação e os interesses dos lavradores. Enquanto em sua fase iniciais Olivais Costa e Pedro Cunha representaram a urbanização e as classes médias, Octaviano representou os interesses dos plantadores. A consolidação da posição da classe agrária foi uma das características da sua administração. Entre 1945-1962, a administração de José Nobantino Ramos será a responsável por fixar na *Folha* uma concepção moderna, urbana e definitivamente empresarial.

Coube a Nobantino Ramos a institucionalização os paradigmas divisionais de redação na elaboração dos periódicos *Folha da Manhã, da Tarde* e a *Folha da Noite*. Esses jornais externalizaram variados interesses e tensões relacionados ao contexto da redemocratização do país, após o fim da ditadura estabelecida por Getúlio Vargas⁷³. Além de Nobantino, a heterogeneidade do novo grupo dirigente, aproximava-o, talvez, da diversidade de interesses em disputa. Alcides Ribeiro Meirelles⁷⁴, Clóvis Medeiros de Queiroga⁷⁵, representaram a composição de forças mais destacáveis. Embora contestasse as proximidades entre a política e a imprensa⁷⁶, as relações do seu próprio grupo – a começar pelo próprio Nobantino – evidenciavam a contradição de suas reivindicações, pois o mesmo possuía relações estreitas com o poder através de Costa Neto, na época, ministro da justiça do presidente Eurico Gaspar Dutra⁷⁷.

As relações entre imprensa e poder⁷⁸ percebidas na trajetória histórica da imprensa no Brasil foram contestadas por Nobantino Ramos ao tentar combater o caráter paternalista e personalista que faziam da imprensa uma arma eficiente nas disputas políticas de diversos contextos na história política do país. O fim da segunda guerra mundial, as transformações cíclicas do capitalismo mundial, bem como o início da guerra fria⁷⁹, forneceram às *Folhas*, naquele contexto, conteúdos para sua definição como jornal da classe média. Desse modo, apesar das evidentes transformações

⁷³ Idem.

⁷⁴ Tornou-se diretor-presidente da empresa e juntamente com Nobantino Ramos, expressava os interesses do capital agrário nacional. Ver: MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981, p.101..

⁷⁵ Entrou no grupo/sociedade liderado por Nobantino Ramos como representante de Francisco Matarazzo, expressando os interesses do capital urbano-industrial nacional. Idem.

⁷⁶ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. Editora Contexto, 2010, pp. 111-153.

⁷⁷ SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.g

efetuadas por Nobantino, deve-se destacar a proximidade de suas relações com a oligarquia rural.

2.1.3. Os anos 60 e a modernização da Folha de São Paulo (1962-1981)

O ano de 1962 limita a abertura da 4ª fase das *Folhas*. Sob a administração de Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho, a Folha consolidaria sua autonomia financeira, bem como, estabelecerá um modelo político-cultural. A modificação da direção não alterou a linha de conduta do jornal que continuou a se declarar como de serviço estratégico para o país. O momento da substituição do comando das empresas *Folhas* coadunou-se com as atribulações políticas do país, pois, nos primeiros anos da década de 60, o presidente João Goulart se desvencilhava da restrição de poderes imposta como uma estratégia de por fim a herança política de Getúlio Vargas. Na economia, a conjuntura que a nova direção da *Folha* herdou foi contrária a conjuntura de expansão vivida pelas finanças mundiais nos anos 60, logo:

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes (HOBSBAWM, 1995, p.257).

Essas estatísticas fornecem, de maneira aproximada, uma dimensão do espaço ocupado pela década de 60 no desenvolvimento da economia mundial. Embora a década de 60 tenha sido marcada pela fusão das Folhas – *da Manhã, da Tarde e da Noite* – em um único empreendimento, *a Folha de São Paulo*, o contexto da prosperidade econômica não atinge da mesma proporção a economia brasileira. A inflação gradativa se constituiu como tema principal da mídia impressa. Esse contexto econômico será responsável pela ruína de muitos periódicos da época. Nobantino Ramos⁸⁰, ex-responsável pela administração das empresas Folha, explica como os altos índices inflacionários identificados entre (1962-1964) foram sentidos de múltiplas formas nos diversos periódicos da época.

⁸⁰ MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, pp.99-103.

O processo inflacionário que culminou, no Brasil, de 1962 a 1964, arruinou as finanças dos jornais mal-administrados, em razão da excessiva elevação dos custos. Mas, de outro lado, fez a fortuna dos jornais razoavelmente geridos, porque se os custos subiram muito, os preços da venda do jornal e da publicidade subiram mais ainda (MOTA e CAPELATO, 1981, p.186).

É nessa conjuntura econômica que o grupo liderado por Octávio Frias, ligado ao capitalismo financeiro-industrial, e a Carlos Caldeira Filho, oriundo do setor da construção civil se associarão para reerguer financeiramente as empresas Folhas. O que chama atenção na associação do capital dos dois indivíduos é a diversidade de origem de suas fontes. Enquanto Octavio Frias está associado ao âmbito do capital internacional, Carlos Caldeira Filho tem suas raízes ligadas à construção civil, segmento da produção econômica-nacional estratégica aos interesses nacionais dos anos 60. Desse modo, percebe-se que quando se trata de ampliar os limites alcançáveis do capital nacional para as elites internas pouco importa sua procedência.

A queda na venda de jornais, talvez, tenha sido a evidência mais contundente das dificuldades financeiras porque passou a *Folha de São Paulo* na década de 60. Nobantino Ramos que tinha sido diretor presidente das empresas *Folha* antes de Octavio Frias e Carlos Caldeira assumirem, detalhou como a inflação refletiu na venda dos jornais, antes de ser introduzida a publicidade em suas páginas e como passou a ser a principal fonte de lucro da *Folha de São Paulo*.

A venda de cada exemplar, que antes da grande inflação deixava prejuízo unitário, a ser coberto pela publicidade, passou a dar lucro unitário. A venda do jornal tornou-se fonte de lucro. Como a publicidade já era lucrativa, o negócio jornalístico prosperou ainda mais.

Percebe-se como a inserção da publicidade no interior do periódico joga um papel fundamental na redefinição do jornal de acordo o contexto global. Daí por diante, os novos administradores optaram por uma reformulação jornalística em três etapas. A primeira delas, em um período que vai de 1962/1967, pode ser apreendida como *reorganização financeiro-administrativa e tecnológica*⁸¹. Este curto período de cinco anos, trouxe conseqüências incomensuráveis para a história do país da imprensa e principalmente da *Folha de São Paulo*, durante os anos em que vigorou a ditadura

⁸¹ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.188.

militar no Brasil⁸². Entre 1962 e 1967 pode-se destacar a presença de dois governos que não são apenas distintos, mas profundamente opostos. O governo democrático defendido por João Goulart⁸³ e o regime ditatorial, levado a cabo pelos militares em um período compreendido entre 1964-1985.

É imprescindível destacar que a primeira etapa da reformulação da *Folha* (1962-1967) está amalgamada a outras duas fases. A fase em que João Goulart esteve no poder, até 1964, e o período a partir do qual os militares se tornaram hegemônicos⁸⁴. Deve-se mencionar que esse recorte cronológico foi o mesmo em que se deu a proposta de modernização do jornal. Essa iniciativa se coadunou com a atribulada situação política do país em que era evidente a disputa de poder para a manutenção do governo Goulart. Durante esse período, a *Folha* se mostrou contrária ao presidente João Goulart e aos discursos pronunciados pelo seu chefe da Casa Civil, professor Darcy Ribeiro, assim como, no durante do golpe de 1964, o jornal sugeriu ao general Humberto Castello Branco, medidas para regeneração nacional⁸⁵. Dessa maneira, o apoio do periódico aos militares foi bastante estreito.

Somente no momento que a autoridade dos militares transpõe os interesses do periódico - durante a perseguição a vários intelectuais dentre os quais estavam vários jornalistas - é que, a partir da redação de um violento editorial, a *Folha de São Paulo*, mudaria a sua posição em relação ao golpe, passando a dar voz a indivíduos e instituições antes silenciados pela ditadura⁸⁶. O discurso da imparcialidade, registrados nessa conjuntura, evidencia a continuidade com outros períodos. Desse modo, embora a *Folha* se apresentasse como um dos bastiões da democracia, aportando opiniões contrárias, não tinha definido um posicionamento claro no momentos de importância impar.

A forma de distribuição adotada pelos novos administradores recuperará em curto espaço de tempo os prejuízos do início da década. A possibilidade de reinvestimento de capital permitido pela ampla distribuição de jornais direcionou a *Folha* para as transformações que o contexto dos anos 60 exigiu. A segunda etapa da

⁸² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

⁸³ BANDEIRA, Alberto Moniz. *O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

⁸⁵ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.189.

⁸⁶ Idem.

reformulação da Folha pode ser localizada, cronologicamente, entre 1968 e 1974⁸⁷. Esta fase é descrita como a fase da “*revolução tecnológica*”⁸⁸. É interessante perceber como o período marcado na trajetória da *Folha* – os anos 60 – foi o momento de transformações e inovações tecnológicas. Cabe destacar que estas modificações ocorrem paralelo ao período de maior retrocesso político do país.

A revolução tecnológica, particularidade da reformulação da *Folha* na década de 60, precisamente 1968-1974, pode ser apreendida pelas alterações nas formas de distribuir os jornais juntamente com a aquisição de uma frota de veículos que reduzira significativamente a dependência dos trens e das reduzidas linhas de ônibus. O abismo entre produção e circulação era imenso. Foi tentando superar essa discrepância, na administração de Octavio Frias, que a *Folha* adquirirá sua primeira frota de veículos⁸⁹. Com a diminuição do tempo de chegada a tendência foi o aumento considerável do número de leitores. Acompanha-se, de maneira simultânea, o melhoramento das instalações físicas do jornal que em 1950 passa a funcionar – redação, administração, publicidade e composição – no prédio da Alameda Cleveland⁹⁰.

A inserção de novas técnicas e métodos de impressão gráfica em 1967 pontuou a renovação tecnológica da Folha de São Paulo. A substituição das antigas impressoras pela técnica *offset* colocou definitivamente o jornal no contexto das inovações tecnológicas. A utilização dessa técnica pela Folha pode ser apreendida sob três etapas. A primeira, a utilização do chumbo como um dos materiais base para impressão, evidencia a rusticidade das técnicas adotadas pelos jornais da época e o quanto a Folha inovou ao optar por um maquinário mais avançado. A segunda etapa da impressão *offset* se dava quando (MOTA, 1981, p.201). Percebe-se que, mesmo a técnica *offset* sendo considerada a técnica mais desenvolvida existente naquele contexto, esta não deixa de estar interpenetrada aos métodos tradicionais, no caso, a técnica denominada *composição quente*. A terceira e última fase da implantação da impressão *offset* no jornal *Folha de São Paulo*, evidenciou o compromisso da nova administração com a modernização tecnológica do jornal, assim como, estabeleceu novos paradigmas para o jornalismo impresso no país.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.189.

⁸⁹ Idem, p.199.

⁹⁰ Idem, p.200.

A presença de uma câmara eletrônica automatizada no processo de impressão, reformulado, pelos novos administradores na década de 60, ilustra a sintonia dos executivos com o desenvolvimento tecnológico em andamento na Europa no período mencionado. A um custo total de 3,5 bilhões, em valores da época, a modernização do maquinário da *Folha de São Paulo* estabeleceu os parâmetros do jornalismo moderno no Brasil. Em 1971 as empresas Folhas S/A empreenderam outra modernização que seria responsável pela introdução do que havia de mais avançado no mercado impressoras da época. A utilização da impressora *Metro-offset* elevou a qualidade fotográfica do jornal, além de melhorias sensíveis nas outras fases por onde passava a impressão (MOTA, 1981, p.201).

A opção por outras inovações em um curto espaço de tempo contribuiu consideravelmente para a definição – nos anos posteriores - do lugar ocupado pelo jornal *Folha de São Paulo* no panorama nacional de impressos. As empresas *Folhas S/A* parecem ter saído na dianteira do processo de automação que marcou a reformulação dos principais periódicos entre as décadas de 50 e 70. As variadas intervenções modernizadoras prepararam a *Folha* para reformulações mais recentes, a exemplo do *novo projeto gráfico da Folha de 2006⁹¹*, considerado a reformulação gráfica mais profunda do jornal desde sua fundação.

Com altíssimo investimento em maquinário de última geração as *Folhas* conseguiram ganhar tempo em relação a outras fases de impressão. O aproveitamento desse tempo se desdobrou em um bom emprego dos espaços vazios no jornal, prerrogativa que a impressão de chumbo não proporcionava. Estas são algumas das mudanças mais significativas das empresas Folhas S/A em sua inserção da tecnologia no jornalismo impresso. Outras inovações tecnológicas de menor impacto, porém de mesma relevância devem ser mencionadas. A partir da reformulação tecnológica decretada pela nova administração da *Folha*, o jornal não parou de modernizar seu parque tipográfico consolidando definitivamente a relação entre a tecnologia e o jornalismo impresso no Brasil.

O ano de 1981 testemunhou a continuidade da modernização iniciada nos primeiros anos da década de 60. A assiduidade das inovações tecnológicas foi marcada

⁹¹ ALVES, Murilo Rodrigues; OLIVEIRA, Erik Ulisses Alves de; CAMPANATE, Camila Muniz Torres; D'ANDRÉIA, Carlos Frederico de Brito. *Entre a forma e o conteúdo: análise de como os elementos gráficos adotados pela Folha de São Paulo influenciam a leitura do jornal*. In: XV Congresso de ciências da comunicação na região sudeste, 2010, São Paulo. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R19-0898-1.pdf>>.

pela construção de mais uma unidade de impressão – equipada com uma impressora *Goss-Metro*⁹², a mais avançada do mercado durante os anos 80 - constituindo, dessa maneira, um dos maiores e mais avançados parques de impressão do país, com nove impressoras de última geração. A tecnologia contida nas impressoras fez aumentar consideravelmente a capacidade e a velocidade da produção, o que significou um passo largo na direção do monopólio do número de tiragens que o jornal iria assumir em tempos posteriores. Desse modo, a ininterruptão dos aperfeiçoamentos tecnológicos levados adiante durante a década de 80 se coadunou com a busca de um projeto/identidade político-cultural para o jornal⁹³.

A busca por uma identidade política e cultural que aproximasse a história do jornal, seu conteúdo, assim como transmitisse harmonia em suas posições políticas ao seu público leitor, pode ser compreendida como a terceira e última etapa – (1974-1981)⁹⁴ - do processo de reformulação o qual jornal *Folha de São Paulo* foi submetido desde o início dos anos 60, quando o grupo de administradores liderados por Octávio Frias e Carlos Caldeira assumiu o comando das empresas *Folha S/A*. A redução do tempo de impressão dos jornais, alcançado com altíssimo investimento em tecnologia, proporcionou a distribuição necessária para que o jornal criasse as condições propícias para sua consolidação financeira. Desse modo, a autonomia econômica conseguida pela *Folha*, não foi suficiente para estabelecer uma identidade política para o periódico.

A conjuntura repressiva do país, pois, o Brasil era governado por militares nessa época, não deve ser reduzida na tentativa de compreender a construção do projeto político-cultural da *Folha de São Paulo*. Deve-se mencionar que a ambigüidade dos posicionamentos do jornal – em relação a sua associação com as elites e com governos - desde a sua fundação, bem como, as variações das múltiplas conjunturas políticas no país, pesaram consideravelmente no momento de definição de uma identidade política desse periódico, principalmente, se considerarmos a situação de tensão política experimentada desde a deposição do governo de João Goulart⁹⁵. A consolidação da ditadura fez com que o espaço da opinião democrática, o qual a *Folha* tinha se esforçado para ampliar, fosse reduzido drasticamente. Imprescindível citar que, no

⁹² MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.203.

⁹³ Idem, p188.

⁹⁴ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.188.

⁹⁵ BANDEIRA, Alberto Moniz. *O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

momento do golpe de estado, em março de 1964, a relação do jornal com os militares era muito próxima⁹⁶, só alterando-se posteriormente, quando os militares passaram a decretar os atos institucionais⁹⁷ que perseguiram os principais intelectuais do país, dentre os quais, estavam inúmeros jornalistas.

A conjuntura política nos anos em que a ditadura militar esteve em vigor, foi responsável por um aumento no número de informações que a própria ditadura se encarregou de censurar. Essas notícias/informações circulavam em uma variedade de temas como a resistência à ditadura, transição do regime ditatorial para o regime democrático, assim como a adoção do pacote de abril⁹⁸, possibilitaram ao jornal *Folha de São Paulo* redimir-se do estreitamento dos seus laços com a ditadura militar e passasse a ser o suposto “porta voz” dos anseios da população. Cabe destacar que a história da *Folha*, desde a sua fundação, é caracterizada pela associação desse periódico com as elites, evidenciando que o discurso da imparcialidade e do compromisso com o leitor foi momentâneo.

A passividade e a oposição do jornal ao monopólio de poder controlado pelos militares, não ocorreu de maneira uniforme, ou seja, a Folha não se colocou do início ao fim da ditadura ao lado dos militares. Os 21 anos aos quais os militares controlaram o país, o jornal alternou períodos de proximidade e distanciamento das elites controladoras do poder. Há que destacar que, naquele contexto, o jornal fazia – e faz ainda hoje - parte das empresas *Folhas S/A*, argumento que talvez justifique a heterogeneidade de pensamento e posicionamento dos responsáveis pelos editoriais do jornal no período decorrido. Dessa maneira, sendo compelida a se adaptar a conjuntura política que se alterava constantemente, a *Folha* passou pelos anos de repressão impondo a si mesma uma profunda reforma interna.

⁹⁶ Nos primeiros dias da “revolução de março”, após a chegada de Humberto Castello Branco ao poder, um editorial da *Folha* deixou implícito que os militares seriam uma das últimas tentativas de “regeneração nacional”, ver: MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981, p.189.

⁹⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

⁹⁸ Conjunto de leis impostas pela ditadura, precisamente pelo presidente Ernesto Geisel em 1977, que dentre outras medidas estabeleceu o fechamento do Congresso temporariamente. Ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

2.1.4. Manual de Redação como reflexo da reformulação do *Projeto Folha*

Um das evidências que melhor refletiu o contexto empresarial/mercadológico que o jornal *Folha de São Paulo* tinha se inserido desde os anos 60, foi a criação do Manual geral de redação⁹⁹. Publicado pela primeira vez em 1984, o manual colocou no debate sobre a democratização do país o questionamento sobre qual seria o papel desempenhado/ocupado pela imprensa no contexto pós-ditadura. O período em que os militares estiveram no poder (1964-1985)¹⁰⁰ coincidiu com a reformulação tecnológica praticada pela nova direção da *Folha de São Paulo* – Octávio Frias e Carlos Caldeira - desde o início da década de 60. Desse modo, as décadas de 60 e 70 assistiram, não apenas, a consolidação da visão jornalística-financeira-empresarial das *empresas Folhas S/A* nos anos oitenta, mas, à sua hegemonia como o jornal de maior tiragem no país.

Com a hegemonia econômica assegurada nas décadas de 60 e 70, na segunda metade da década de 70, a linha editorial da *Folha de São Paulo* começa a se modificar. Segundo Albuquerque e Diniz (2008), *a mudança (...) obedeceu a uma lógica de competição de mercado: o processo de redemocratização “lenta e gradual” iniciado no governo Geisel oferecia ao jornal a possibilidade de disputar mercado (...)*. Esse argumento, talvez explique o porquê que a saída na frente da *Folha* em relação a outros jornais na época da campanha das *diretas já* (1985), representou o afinamento do discurso do periódico com o discurso do mercado. Dessa maneira, fica evidente a sobreposição da instância econômica aos interesses políticos de “democratização” externalizados pelo jornal.

Embora a década de 80 não tenha tido a mesma relevância - tecnologicamente inovadora - das décadas de 60 e 70, os anos oitenta não devem ser vistos como um período onde não tenha ocorrido mudanças. Mesmo que o peso das reformulações ocorridas não seja o mesmo de décadas anteriores. Em junho de 1981, objetivando definir o seu lugar na imprensa pós ditadura, os responsáveis pelos editoriais da *Folha* fazem circular um documento intitulado: *A Folha e alguns passos que é preciso dar*¹⁰¹.

⁹⁹ ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. *As metamorfoses do contrato representativo: jornalismo e democracia no Manual da Redação da Folha de São Paulo*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, vol.5 2008, nº14, Novembro de 2008. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br>.

¹⁰⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010 e SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. Essas duas obras englobam a cronologia histórica referida.

¹⁰¹ ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. *As metamorfoses do contrato representativo: jornalismo e democracia no Manual da Redação da Folha de São Paulo*. Revista

Este documento, acompanhado de outro, lançado um ano depois e intitulado *A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo*¹⁰² tinham como objetivos a necessidade de consolidar a profissão jornalística após o período ditatorial. Desse modo, a campanha das *diretas já* serviu para ilustrar o estreitamento da linha editorial do jornal com as elites hegemônicas.

A década de oitenta - precisamente, o período após a campanha das *diretas* - entrou para a história da *Folha de São Paulo* como o período em que se buscou a perfeição estética do texto jornalístico, *do apartidarismo político* e da organicidade empresarial¹⁰³. É nessa conjuntura que será viabilizado o *Projeto Folha*¹⁰⁴. Esse projeto constituiu-se como uma sólida iniciativa de demonstrar a sintonia dos administradores do jornal com o que havia de mais moderno nas formas de impressão de jornal naquele contexto. Cabe destacar que a *Folha* tomou como referência para tal modernização, o padrão empresarial adotado pelos principais jornais norte-americanos¹⁰⁵. Semelhante ao funcionamento de uma empresa, o jornal *Folha de São Paulo*, objetivando maior eficiência, talvez tenha sido o primeiro a estabelecer um rigoroso controle de produção, desse modo:

Visando garantir maior eficiência no trabalho jornalístico, a Folha implantou o controle de produção, a avaliação profissional, as reuniões feitas exclusivamente para críticas e a introdução do concurso como forma de neutralizar a admissão de novos. A empresa tornou-se rigorosa com prazos, como o horário de fechamento da edição. Mai do que aperfeiçoar a produção, o Projeto Folha foi uma estratégia de marketing feita para seduzir o leitor e claro, aumentar a vendagem do jornal¹⁰⁶.

O funcionamento e a forma empresarial de organização do *Projeto Folha* deixam evidentes as preocupações dos dirigentes em prepará-lo para modernização dos anos vindouros, considerando o contexto o qual o mesmo estava inserido. Ao aderir à inserção dos métodos organizacionais das empresas em sua redação, a *Folha*, reelaborou a concepção do jornalismo impresso no Brasil. Desse modo, a década de

Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, vol.5 2008, nº14, Novembro de 2008. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br>.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. *As metamorfoses do contrato representativo: jornalismo e democracia no Manual da Redação da Folha de São Paulo*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, vol.5 2008, nº14, Novembro de 2008. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br>.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

oitenta apresentou-se como o marco da consolidação da *Folha de São Paulo* como o impresso de maior circulação no país.

Estabelecido como complexo de impressão jornalístico mais estruturado do Brasil desde os anos 60, na década de noventa, o então *Grupo Folha de São Paulo*, teve seu monopólio fragilizado devido aos impactos das transformações econômicas e tecnológica colocadas pela introdução das políticas neoliberais no contexto mundial. A queda do número de tiragens – que por sua vez, refletiu a redução do número de leitores – se constituiu como principal exemplo do caráter ilusório do discurso de liberalização econômica propagado como base da política neoliberal. Dessa maneira, a *Folha* foi obrigada – devido à constituição de um contexto diferenciado - a efetuar, talvez, a maior transformação gráfico-editorial desde seu período de fundação¹⁰⁷.

2.2. A conjuntura dos anos 90, as políticas neoliberais, a internet e seus impactos na *Folha de São Paulo*

2.2.1. Os anos 90

A conjuntura dos anos 90 foi marcada por uma série de acontecimentos que caracterizariam esse período como ímpar dentre os momentos históricos mais destacados do século XX¹⁰⁸. Em pouco tempo – nos meses de 1989 – os regimes comunistas da Polônia, Tcheco-eslováquia, Bulgária e Romênia desmoronaram. Outros estados como Lituânia, Letônia e Estônia, antes pertencentes à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS – declararam suas respectivas independências. Ainda no plano político, a confrontação de poder bipolar, pontuado pelas disputas de hegemonia ideológica, política e militar foi suprimida possibilitando aos Estados Unidos a hegemonia econômica mundial. No plano econômico, a expansão das fronteiras capitalistas para o leste europeu – barrado pelo êxito da revolução bolchevique de 1917 – apresentou-se como uma estratégia de redução da enormidade do

¹⁰⁷ MANUAL DA REDAÇÃO. SÃO PAULO: PUBLIFOLHA, 2010.

¹⁰⁸ SADER, Emir. *Século XX: uma bibliografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

déficit fiscal, no caso da economia norte-americana, acumulado no contexto da guerra fria¹⁰⁹.

Se por um lado, o declínio da antiga União Soviética permitiu ao capital estadunidense transpor as fronteiras as quais o mesmo esteve restrito enquanto vigorou a guerra fria, por outro, fez a maior economia do planeta (a americana) deixar de ser a maior credora mundial – patamar atingido desde a primeira metade da década de 80 – e passasse a ser o maior devedor do globo com ativos que superavam a ordem de 1,12 trilhões de dólares¹¹⁰. É como alternativa de resolver os problemas da instabilidade da economia americana que surge a idéia de viabilizar as políticas neoliberais em âmbito mundial. Nessa conjuntura, o secretário do tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, apresentou em março de 1989 uma estratégia que visava aliviar a economia americana mediante a taxa de juros e outras condições:

Diante de tal situação, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, apresentou, em março de 1989, um plano visando à redução do valor da dívida externa mediante a diminuição do principal ou das taxas de juros, a extensão dos prazos de pagamento e a substituição de obrigações com taxas de juros flutuantes por títulos com taxas fixas¹¹¹.

Segundo o discurso do secretário, a conversão da dívida em novos títulos deveria ser feita de maneira espontânea sendo que as transações econômicas seriam regidas pelos padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em tom de imposição, o secretário norte-americano deixou implícito que a redução das dívidas só estariam assegurada para os países que se submetessem as seguintes recomendações financeiras:

Disciplina fiscal; mudanças das prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; taxas de juros positivas; taxas de câmbio de acordo com as leis de mercado; liberalização do comércio; fim das restrições aos investimentos estrangeiros; privatização das empresas estatais; desregulamentação das atividades econômicas; garantia dos direitos de propriedade¹¹².

Essa recomendação, previamente acertada nos bastidores das instituições financeiras, denominou-se *consenso de Washington*¹¹³. Esse consenso é acatado como

¹⁰⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil- Estados Unidos (De Collor à Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

¹¹⁰ Idem, pp.48.

¹¹¹ Idem. pp. 49-50.

¹¹² Idem.

¹¹³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil- Estados Unidos (De Collor à Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004, pp.48-50.

marco regulatório da introdução das políticas neoliberais na América Latina. A partir da materialização do documento – *Washington Consensus* - vários países foram “convencidos” a aderir a essa política liberalizante. Dessa maneira, os benefícios e prejuízos do neoliberalismo foram sentidos de diferentes formas e em distintos momentos.

2.2.2. A internet

A adoção das recomendações financeiras neoliberais pelo governo Collor¹¹⁴ foi acompanhada pelo desenvolvimento tecnológico-digital que tornou ímpar os anos 90¹¹⁵. Nesse contexto, a consolidação da *internet*¹¹⁶ deve ser apreendida como uma das principais, ou talvez a principal, revolução nas comunicações, principalmente, quando se trata de países em desenvolvimento. Criada nas três últimas décadas do século XX como uma mistura de estratégia militar, desenvolvimento científico, iniciativa tecnológica e reelaboração contra cultural, apenas na década de 90 - em algumas regiões do mundo – a rede de comunicações terá visibilidade¹¹⁷. Embasado em uma tecnologia de comunicação de troca de pacotes, o sistema não possuía um único centro de controle. Dessa maneira, as mensagens que eram encaminhadas encontravam suas próprias rotas ao longo das redes.

Posteriormente, o advento da tecnologia digital possibilitou o empacotamento das mais diversas formas de comunicação – som, imagens, dados, – que conduziram a criação de uma rede capaz de interligar seus principais pontos, sem a necessidade de utilizar um centro controlador/receptor. A globalização da linguagem digital e a forma como os sistemas funcionavam proporcionaram as condições necessárias a uma comunicação global. Com múltiplas utilidades nos mais diversos segmentos sociais, estava consolidada a maior rede de comunicação de todos os tempos. No Brasil a introdução da internet foi gradativa, estando na primeira metade da década de 90 restritas às instituições acadêmicas e órgãos de governo¹¹⁸.

¹¹⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil- Estados Unidos (De Collor à Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

¹¹⁵ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

¹¹⁶ Idem, p.82.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ CARVALHO, Marcelo Sávio R.M. *Os primórdios da internet no Brasil*. Disponível em: <<http://www.nethistory.info>>.

Apenas em 1995 a rede de comunicação deixou de ser regalia de poucos para auferir acessibilidade ao público. Embora a informatização amalgamada à introdução da internet tenha demonstrado suas eficiências em variados segmentos sociais, foi marcante sua relação com a mídia impressa. O advento do computador na década de 80 provocou uma mudança radical nas formas de impressão de jornal. Inicialmente utilizado como máquina de escrever sofisticada, sua utilização contribuiu para eliminação de dois excessos: o de barulho e o de papel. De maneira gradual, foi aos poucos fazendo parte do ambiente das edições jornalísticas com a função de editor e/ou de arquivo pessoal.

2.2.2.1. Os impactos da internet na *Folha de São Paulo* e a reelaboração do *Novo Projeto Folha*

Na segunda metade da década de 90, a inserção da internet elevou consideravelmente o acesso dos jornalistas a uma diversidade de fontes. Foi permitido ao jornalista, além de publicar o seu texto em tempo real, ter um “contato mais próximo” com o leitor ao receber suas opiniões¹¹⁹. Esse foi o lado positivo da chegada da internet! Se, por um lado, a inserção da *internet* permitiu a leitura das notícias em tempo real, por outro, a universalização do seu acesso ocupou um papel significativo na redução da venda das tiragens avulsas na década de 90. De acordo com números fornecidos pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2002, a *Folha de São Paulo* aparecia como o primeiro jornal em número de exemplares/circulação com a estatística de 346.333. Passados oito anos (2010), a *Folha*, passou a ocupar a segunda colocação entre os jornais de maior circulação/assinaturas, com 294.498 jornais/dia¹²⁰.

A redução de 51.835 exemplares no número total de jornais circulados entre 2002 e 2010, ou seja, 15% (aproximadamente) em uma década constata as dificuldades arcar pelos grandes jornais com o advento das políticas neoliberais e da tecnologia digital. Uma análise feita pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC), referente à circulação dos maiores jornais do país constatou uma queda de 6,9%¹²¹. A *Folha de São Paulo* registrou, segundo o Instituto de verificação, uma queda de 5% em

¹¹⁹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina De. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp.249-250.

¹²⁰ *Maiores Jornais do Brasil*. Disponível em: <http://www.anj.org.br>.

¹²¹ Idem.

2009, considerando os números anteriores¹²². Se na década de 60 o aumento da circulação dos exemplares foi a fórmula mais eficiente encontrada pelos dirigentes da *Folha* para a reestruturação econômica do jornal¹²³, nos anos noventa, diante da expansão da digitalização na informática, a venda avulsa mostrou suas limitações ao sucumbir a rapidez das fontes digitais.

Quando o jornal *Folha de São Paulo* à lógica empresarial, um dos seus objetivos foi buscar o equilíbrio entre lucros e gastos, já que, desde os anos 60, as dificuldades econômicas agravadas pela conjuntura neoliberal dos anos 90, bem como o desenvolvimento tecnológico verificado nesse período, acarretaram reminiscências das atribuições financeiras vividas pelas *empresas Folha* antes de sua modernização, iniciada em 1962, quando Octávio Frias assumiu a presidência das empresas *Folha/S.A.*²⁴. O contexto econômico dos anos 90, no que diz respeito à circulação do jornal, hostil, imperou para que os executivos da *Folha* buscassem iniciativas que em um curto espaço de tempo pudessem reduzir os prejuízos dos altos investimentos – não retornados – da informatização das décadas anteriores. Desse modo, mudanças profundas, nunca presenciadas na trajetória do jornal foram imprescindíveis para enfrentar a conjuntura crítica do fim dos anos 90.

2.2.3. O Novo Projeto Folha

É nesse contexto – fim dos anos 90 e primeira metade dos anos 2000 - que surge a idéia de uma (mais uma) profunda reformulação gráfica no jornal. Cabe ressaltar que, o que se nomeia de *Novo Projeto Folha*, não é uma iniciativa contemporânea daqueles períodos atribulados. É o rótulo dado a um processo de informatização/modernização levado a cabo pelos novos administradores das *empresas Folha* nos anos 80 e reorientado em diversos outros momentos. Desde 1984, quatro versões foram publicadas, respectivamente, nos anos de 1987, 1992, 1997 e 2001. Em cada uma dessas percebem-se mudanças significativas nos manuais, à medida que outras edições atualizadas surgem. Sobre as semelhanças e diferenças identificadas nos primeiros *Manuais da Redação da Folha*, o artigo apresentado no Congresso de Comunicação

¹²² *Maiores Jornais do Brasil*. Disponível em: <http://www.anj.org.br>.

¹²³ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981.

¹²⁴ Idem.

Mídia e Consumo¹²⁵ é bastante elucidativo. Paralelo ao processo de reformulação, que não cessou durante a década de 90 e toda década de 2000, a criação de *cadernos temáticos* foi uma das estratégias postas em prática pelos editores para atrair o leitor/assinante e restabelecer a vendagem das edições avulsas.

Os cadernos *Mundo, dinheiro, cotidiano* e *esporte*¹²⁶ (autônomo aos domingos e às segundas feiras) assim como o investimento em fascículos distribuídos acoplados ao jornal foi uma das estratégias de superação da redução das vendas avulsas. O primeiro fascículo, publicado em agosto de 1994 e denominado o *atlas Folha/The New York Times* bateu recorde de tiragens no dia do lançamento, atingindo o limite de 1.117.802 exemplares¹²⁷ e consolidando o jornal *Folha de São Paulo* como o maior em número de vendas avulsas no país. Outras inovações atualizaram a iniciativa modernizadora do contexto de 1984 quando o *Projeto Folha* foi implementado. Ainda neste ano, o jornal *Folha de São Paulo* foi o primeiro a digitalizar todo seu acervo documental e histórico imprimindo a substituição do microfilme pelo disquete¹²⁸.

Em 1996, a Folha assume a liderança do segmento “classificados”, estabelecendo uma margem de 57% de diferença em relação ao segundo maior jornal em número de vendas, o *Estado de São Paulo* (ESP). Confirmando a sua entrada na era da digitalização, em abril de 1996 é lançado em caráter experimental – e de acesso livre ao público - o Universo on-line, primeiro serviço de porte no país. Neste mesmo mês, a Folha implanta um projeto de melhoramento de qualidade gráfica para combater os erros ortográficos dos jornalistas¹²⁹. Este projeto composto de aulas de atualização e um plantão tira-dúvidas de português. Em 1997, a Folha de São Paulo, lançou o mais novo projeto editorial. Sendo uma versão atualizada e ampliada dos manuais anteriores, este tinha a proposta de refletir sobre a situação do jornalismo e sobre as aptidões do jornal para o futuro que se aproximava¹³⁰. Desse modo, propunha-se um jornalismo interpretativo, complexo e humano.

¹²⁵ ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. *As metamorfoses do contrato representativo: jornalismo e democracia no Manual da Redação da Folha de São Paulo*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, vol.5 2008, nº14, Novembro de 2008. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br>>.

¹²⁶ Os cadernos *Folha Mundo, Dinheiro, Esportes e Cotidiano* foram lançados respectivamente em fevereiro de 1991: ver a *História da Folha*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>.

¹²⁷ História da Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

Em 1998, modificações no projeto gráfico fazem com que a partir do dia 19 de fevereiro o jornal chegasse às bancas totalmente colorido. É importante destacar as influências do manual publicado em 1997 nas alterações editoriais do jornal, mesmo um ano após o lançamento do *Manual* de 1997. Em 27 de Julho, é a vez do lançamento do caderno *Folhainvest*, publicação que teve como objetivo contribuir para que o leitor compreendesse o funcionamento do mercado financeiro¹³¹. Percebe-se, ao discorrer sobre as transformações empreendidas pelo jornal *Folha de São Paulo*, ao longo das décadas de 90 e 2000, o quanto estas foram heterogêneas. Estas evidências servem para pontuar um aspecto relevante do *Novo Projeto Folha*¹³².

Um dos aspectos que não devem ser esquecidos - após a análise do breve histórico de inovações executadas pela *Folha de São Paulo* nas décadas de 90 e 2000 é que o *Novo Projeto Folha* (NPF) de renovação não foi colocado de maneira uniforme, ou seja, a modernização das *empresas Folha S/A* não ocorreu da noite para o dia. Percebe-se que modificações foram feitas em uma pluralidade de setores estratégicos que as mesmas, a depender do contexto, coexistiram ou amalgamaram-se, não podendo dessa maneira, estabelecer limites cronológicos fixos ou invariáveis para cada inovação. Desse modo, o Novo Projeto Folha (NPF), a criação do Manual da Redação, bem como, a diversidade das reelaborações dos projetos gráficos do jornal sobrepunham-se em momentos distintos.

2.3. Imprensa como fonte histórica e a abordagem de temáticas africanas na *Folha de São Paulo*

Para compreender a forma como são tratados os temas referentes ao continente africano nos editoriais da *Folha de São Paulo*, entre os anos de 1989-2001, é imprescindível abranger o contexto no qual a imprensa – a partir de jornais e revistas - passou a ser utilizada como fonte no campo da História¹³³. Nesse sentido, a criação da revista *Annales*¹³⁴ conseguiu captar os anseios e as tensões de mudança na metodologia histórica, o que abriu o campo de estudos sobre a história da imprensa e inseriu uma

¹³¹ Idem.

¹³² SILVA, Carlos Eduardo Lins Da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória cultural, 1988.

¹³³ BLOCH, Marc. *Apologia a História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

¹³⁴ BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

inovação no século XX. O campo de estudo da história, tal como se conhece nos dias correntes, começou a ser edificado no século XIX e se consolidou no século posterior¹³⁵. É importante destacar que a consolidação da história como disciplina acadêmica no século XIX, não implica o entendimento da mesma como uma sucessão linear de fatos e acontecimentos com início, meio e fim. Desse modo, a antiguidade¹³⁶ greco-romana apresenta-se como terreno fértil onde pode-se perceber a existência de uma “proto-história” entendidas na concepção dos pensadores gregos.

Heródoto, respeitado como fundador da história ocidental, e Tucídides podem ser considerados clássicos exemplos de pensadores que contribuíram para o início do caminhar do que se constituiria, na transição do século XIX para o XX, na disciplina História¹³⁷. Desde a antiguidade clássica¹³⁸ a história tinha sido narrada/descrita sob uma heterogeneidade de gêneros, desde crônicas monásticas até tratados antiquários, passando por política e memória¹³⁹. A maneira como esses fatos eram descritos, superdimensionava a narrativa político-militar. Parte dessas anotações e narrações foi feita por pessoas que pertenciam a classes sociais confortavelmente abastadas. Desse modo, por esse pretexto na modernidade cunhou-se a expressão: *história vista de cima*¹⁴⁰.

No século XVIII intelectuais de países como a Escócia, Itália, França e Alemanha passaram a dispensar maior atenção ao que naquele contexto denominava-se como *história da sociedade*¹⁴¹. A mudança central de eixo na atenção dos historiadores se concentrou na ampliação da metodologia e da epistemologia histórica, ou seja, buscava-se uma forma de abordagem da história que não estivesse limitada a

¹³⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e terra, pp.339-363.

¹³⁶ É imprescindível destacar que, a história como disciplina acadêmica tal como conhecemos nos currículos universitários atuais, foi edificada sob uma epistemologia euro-ocidental. Este paradigma ideológico, ao invés de reconhecer a diversidade de particularidades culturais de outras sociedades, primou por universalizar – desprezando as contribuições culturais alheias – sua própria cultura. Para um aprofundamento de como a história, apropriada pelos ocidentais, serviu para universalizar a epistemologia ocidental, consultar: GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008, pp.37-83.

¹³⁷ BLOCH, Marc. *Apologia a História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

¹³⁸ MOORE, Carlos. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, págs 133-166, Secretária de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.

¹³⁹ BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997

¹⁴⁰ JIM, Sharpe. A história vista de baixo. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

¹⁴¹ BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

historicidade das guerras e da política. O principal enigma para os historiadores era o seguinte: como edificar uma narrativa histórica que pudesse transpor a narrativa contida na história tradicional – narrativa centrada na cobertura das guerras e da política?

Prescindia-se de uma história que pudesse ampliar o leque de abordagem para temas como leis, comércio, moral e costumes, temas estes, diga-se de passagem, presentes em um famoso livro¹⁴² de um dos pensadores mais destacados do iluminismo: *Voltaire*¹⁴³. No século XIX, *Leopold Von Ranke* protagonizou uma das transformações mais radicais na história como disciplina histórica, sendo superada em termos epistemológicos, talvez, apenas (consideradas as devidas reservas) pelas reelaborações postas pela revista dos *Annales* no século XX. A inserção no século XVIII da sociedade como fonte histórica (história da sociedade ou sociocultural) como forma de fugir à abordagem político-militar tradicional, sob as modificações propostas por Ranke, foi marginalizada, pois, os propósitos deste, não estavam restritos somente à história política. Ranke escreveu sobre uma diversidade de temas, entre eles a reforma e contra-reforma, arte, literatura e ciência¹⁴⁴.

As sugestões metodológicas defendidas por *Ranke* retrocederam o que havia de mais moderno (naquele contexto) em termos de procedimentos históricos¹⁴⁵. Aproximadamente um século depois da “revolução” provocada por Ranke - precisamente os anos 20 do século XX - a idealização em 1928 e a respectiva publicação, um ano depois (1929), da revista dos *Annales*, por *Lucien Febvre*, voltaria a provocar na história, transformações tão profundas e tão radicais quantos as ocorridas no período *rankiano*¹⁴⁶. Inicialmente, denominada *Annales d'histoire économique et sociale*. A idéia de Lucien Febvre e Marc Bloch – os dois principais proponentes da revista - era de que publicação pudesse reverberar os apelos dos historiadores por uma abordagem nova e interdisciplinar no campo dos estudos da história. Segundo Peter Burke:

Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie* de Vidal De La Blache, a revista foi planejada, desde seu início, para ser algo mais do que uma outra revista

¹⁴² Essai sur les mœurs (Ensaio sobre os costumes). Ver: BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997, p.17.

¹⁴³ VOLTAIRE, François Marie Arquet. *Cândido ou o otimismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001

¹⁴⁴ BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997, p.18.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Denomino de período *rankiano* o recorte cronológico em que o pensamento de Leopold Von Ranke foi academicamente hegemônico.

histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar (BURKE, 1997, p.33).

A inovação interdisciplinar proposta por Febvre e Bloch, além de contribuir para consolidar a história como disciplina acadêmica, serviu para transpor o dogma da abordagem político-militar e estabelecer outros campos de interesse (temáticos) para pesquisa em história. É imprescindível destacar que as alterações propostas por Bloch e Febvre, especificamente às de Bloch, reelaboraram o valor e a atenção dispensada aos documentos, reorientando o espaço ocupado pelos jornais na pesquisa histórica. O aumento gradativo do interesse dos historiadores por áreas heterogêneas de estudo – algumas posteriormente consolidadas como campos de pesquisa – ficou constatado pela variedade de títulos verificados nas pesquisas da época. Temas como: *o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, os aspectos do cotidiano*, são alguns dos temas mais frequentes nas pesquisas¹⁴⁷.

2.3.1. A inserção da imprensa no campo da história: debates e pesquisas

A partir da década de 70 do século XX os jornais passam a ser utilizados pela história como fonte¹⁴⁸. Segundo Tania Regina, no Brasil durante a década de 70, era bastante reduzido o número de pesquisas que se utilizavam de jornais, revistas e outros tipos de impressos como fonte histórica. Os resquícios da interpretação histórica tradicional (rankiana) no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX fixaram uma idéia de busca da verdade que, segundo a concepção daquela abordagem, só podia ser possível por meio de documentos cuja natureza estava longe de ser constatada¹⁴⁹.

A perscrutação na história, responsável por trazer ao presente fatos acontecidos no passado, fez com que o historiador encarregado dessa tarefa estivesse dissociado de qualquer vínculo afetivo com seu objeto de estudo, além de possuir uma metodologia

¹⁴⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, pp.111-155.

¹⁴⁸ A conjuntura a qual me refiro diz respeito a década de 70 no Brasil, para um aprofundamento sobre este recorte cronológicos, consultar: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

¹⁴⁹ Idem.

crítica de alta precisão. A objetividade, a neutralidade, a credibilidade e principalmente a fidedignidade documental constituíram-se como um dos pré-requisitos que mais contribuíram para uma hierarquização de qualidade dos documentos que os especialistas não podiam prescindir¹⁵⁰.

Nesse contexto, o uso de jornais e revistas não foi compreendido como possibilidade de restituir o passado histórico, já que esses impressos, além de apresentarem conteúdos fragmentados, deveriam, com base na visão tradicional, ser abordados com reserva devido a complexidade, os fluxos, os compromissos e os sentimentos que envolviam sua impressão. Este argumento talvez seja coerente para explicar a reduzida produção, durante os anos 70, de pesquisas que utilizassem jornais e revistas como fonte na História. Nesse sentido, o fim dos anos 60 deve ser considerado um marco onde pode-se constatar um aumento considerável do número de pesquisas que passaram a utilizar jornais ou revistas. Dessa maneira, a terceira edição do livro *Teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues dedicou dois parágrafos à história da imprensa¹⁵¹.

O uso de jornais e revistas pela história não deixou de ter suas críticas e críticos. Os debates eram acalorados entre os que defendiam a utilização dos jornais como fonte e os que se opunham. A distinção de idéias entre os historiadores Jean Glénisson e Pierre Novin é um exemplo que ilustra as tensões acerca da introdução da imprensa no campo da pesquisa¹⁵². *Jean Glénisson*, professor francês associado ao Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), defendia que os procedimentos críticos demandados pelos jornais revestiam uma *complexidade desanimadora*¹⁵³.

Para este autor: *sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação* (LUCA, 2010, p.116). Já o historiador *Pierre Novin*, partia do pressuposto de que era crucial o inquérito das fontes de informação, sua tiragem, sua área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos-político-financeiros. A disputa de idéias entre os dois pensadores induz a perceber o início de uma reflexão sobre as formas como os impressos eram utilizados, ou seja, era necessário deter atenção na maneira de se conceber os jornais apenas como ingênuos depósitos de “informação”. Essa perspectiva transpôs as disputas

¹⁵⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p.112.

¹⁵¹ Idem, p.112.

¹⁵² Idem, pp.112-115.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

para outros campos ideológicos. O campo daqueles que só se dispunham a “correr riscos” sob a falta absoluta de fontes (LUCA, 2010, p. 116) e aqueles que adotavam um pouco mais de cautela, já que, para estes, a imprensa era subserviente ao poder econômico das classes dominantes.

As contestações em torno das vantagens e desvantagens da utilização da imprensa na história contribuíram para o início de uma produção acadêmica variada e produtiva. Ana Maria de Almeida Camargo, em um artigo pioneiro¹⁵⁴, transpôs as recomendações de artigos e ensaios de teoria ao avaliar como os desafios da utilização da imprensa pela história estavam sendo enfrentados na prática. Em seu trabalho esta autora defendeu com veemência a utilização dos jornais como fonte histórica. Gilberto Freyre deve ser mencionado como um dos primeiros autores a perceber a proficuidade da adoção dos jornais como fonte histórica. Essa percepção ficou constatada na pesquisa que resultou no livro que analisa as múltiplas representações dos escravos nos anos anúncios de jornais brasileiros do século XIX¹⁵⁵. Outros pensadores, a exemplo de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Rodrigues, utilizavam-se com frequência dos periódicos como fonte de informações para suas respectivas pesquisas (LUCA, 2010, p.117). Desse modo, em um curto espaço de tempo, a imprensa deixa de transitar de maneira secundária em torno da disciplina História.

Contemporânea ao momento em que a imprensa deixava de ocupar espaço secundário na pesquisa histórica para ser uma das principais fontes, foi lançada a obra clássica de Nelson Werneck Sodré: *A história da imprensa no Brasil*¹⁵⁶. No contexto dos anos 60, essa produção constituiu – e ainda hoje - como uma das poucas a abordar de maneira concisa e detalhada a história da imprensa no Brasil desde o período da colonização até a contemporaneidade dos anos 60. Os anos 70 assistiram a um aumento significativo das produções que se assenhorearam dos jornais como base analítica que incrementaram uma multiplicidade de temas correlacionados com a inserção da imprensa na história.

O estudo da imprensa como objeto na história, as relações entre *trabalho, cidade e imprensa*, as proximidades entre *imprensa e literatura*, assim como as indispensáveis

¹⁵⁴ V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. 1971, São Paulo. *A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, vol.II, pp.225-39.

¹⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora nacional (Recife), 1979.

¹⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

interpenetrações entre *imprensa, política e censura*, são exemplos que ilustram a ebulição temática que ocorreu no campo da história, após o emprego da imprensa como fonte ¹⁵⁷. A tese de doutoramento de Arnaldo Contier: *Imprensa e ideologia em São Paulo*, publicada em 1973, apontou as reorientações por que a história viria passar ao utilizar a lingüística como base para interpretar o vocabulário político-social dos jornais publicados entre o fim do primeiro reinado e o início da regência, portanto, entre 1827 e 1835. Com metodologia diferenciada, a fusão das dissertações de mestrado de Maria Capelato - publicadas um ano após (1974) a defesa da tese de Arnaldo Contier (1973) - e de Maria Ligia Prado produziram um livro publicado em 1980 e intitulado o *bravo matutino*¹⁵⁸.

A partir de uma análise detalhada nos editoriais do período compreendido entre 1927-1937 as pesquisadoras apontaram o uso do periódico como porta-voz de setores estratégicos das classes dominantes. A pesquisa de Vavy Pacheco Borges que por meio dos principais jornais de São Paulo – Estado de São Paulo, Correio Paulistano e Diário Nacional – procurou apreender as relações entre o Estado, as oligarquias e o governo de Getúlio Vargas, deve ser lembrado como um dos trabalhos surgidos na efervescência intelectual dos anos 70 (LUCA, 2010, p.119).

O movimento operário no Brasil entre os anos 70 e 90 constituiu-se como um dos principais temas da imprensa nacional deste período. A imprensa nesta ocasião, não era uma imprensa que se utilizava de profissionais especializados como uma empresa. Tratava-se de uma imprensa feita por pessoas comuns (militantes) em condições rudimentares de produção e impressão. A organização do arquivo *Edgard Leuenroth* da Universidade de Campinas (UNICAMP), na década de 70, pôde captar e trazer à tona a riqueza material da produção operária. (LUCA, 2010, p119).

Um outro caminho foi traçado na relação entre a imprensa e a literatura. Este pontuou a questão da produção e da venda (consumo) dos impressos. *Teresinha Del Fiorentino* nas primeiras décadas do século XX abriu as portas da relação entre a imprensa e a literatura ao analisar, por meio da imprensa periódica daquele período, e apresentar um perfil detalhado da prosa de ficção. Mesmo que a profissionalização do trabalho intelectual não fosse o centro da pesquisa, abordou as contradições e explicitou

¹⁵⁷ FERREIRA, Antônio Celso. et al. *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008, pp.129-139.

¹⁵⁸ Sobre a história desse jornal, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

as tensões que envolveram o processo que encontrou um abrigo confortável na imprensa (LUCA, 2010, p.124).

As reelaboraões orquestradas no campo da história pela revista dos *Annales* reverberaram na história política. Esta por sua vez, enxergou a imprensa como a possibilidade de explicitar as disputas pelo poder¹⁵⁹. A questão do comunismo no Brasil foi um ponto que esteve com frequência em destaque na imprensa. Evitando a exaustividade da dimensão e da importância desse campo de estudos, cabe-nos mencionar os trabalhos mais destacados. A junção magistral entre a política e cultura pode ser constatada na pesquisa de Silvia Miskulin sobre a história do suplemento *Junes* (LUCA, 2010, p.128).

Este suplemento foi publicado pelo jornal da revolução cubana¹⁶⁰, *revolución*, entre 1959 e 1961. A partir desse suplemento pode-se traçar um panorama das principais mudanças culturais ocorridas no início do processo revolucionário. No caso brasileiro, é impossível falar da imprensa nos anos 60 e 70 sem destacar a censura. Ângela de Castro Gomes deu uma contribuição inestimável às relações entre a história a imprensa e censura. Através da revista Cultura e Política e do caderno literário denominado “autores e livros” do jornal governista *A manhã*, a autora discerniu o espaço ocupado pela história na política cultural do Estado Novo (LUCA, 2010, p.129).

Sob uma perspectiva comparativa, os impactos da censura no jornal *O Estado de São Paulo* (ESP) e no semanário Movimento, são analisados por Maria Aparecida de Aquino. Segundo esta autora, o jornal *O Estado de São Paulo* que num primeiro momento emprestou apoio incondicional ao regime militar, depois teve que desenvolver estratégias para denunciá-lo, devido ao peso repressivo do estado militarizado sobre a imprensa. Beatriz Kushnir, a partir de uma análise detalha na *Folha da Tarde* destaca o colaboracionismo de alguns veículos da imprensa frente à força persuasiva e às verbas publicitárias dispensadas pelo governo. Essas pesquisas e suas áreas de interesse, a exemplo dos campos que se preocupam com as relações entre história e imprensa, história, imprensa e cidade, história imprensa e infância, entre outros, além de poderem ser multiplicados, são produtos do espaço aberto pela história. Esses campos e mesmo suas áreas de interesse, não podem ser numerados de maneira definitiva, correndo-se o risco de secundarizar determinadas relevâncias. Dessa maneira, o aumento da utilização

¹⁵⁹ A nossa concepção de poder coaduna com a concepção de poder defendida por FOUCAULT em: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

¹⁶⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

de jornais na pesquisa em história demonstra a irrefutabilidade da importância da palavra impressa para os estudos da história.

2.4. África na *Folha de São Paulo*

Para discorrer sobre a presença do continente africano na *Folha de São Paulo* é necessário pontuar as representações da África no mundo e no Brasil. A herança da escravidão pode ser atestada como a particularidade que mais repercutiu na longa história desse continente e que influencia no seu porvir até a contemporaneidade. Os impactos negativos, se observados em longo prazo, sob o desenvolvimento econômico, político, tecnológico e social não podem ser determinados. Mesmo assim, as heterogêneas interconexões existentes na visão depreciativa no que perpassa a herança das culturas da África não são difíceis de ser percebidas (MOORE, 2005).

Para Carlos Moore, a construção da idéia de África foi consolidada externamente, ou seja, a memória edificada da África durante o seu longo percurso histórico foi realizada a partir relatos de viajantes, especialmente árabes, e religiosos das mais diversas partes do globo que por lá passaram desde a antiguidade¹⁶¹. Segundo este autor, no mundo ocidental, a racialização no que diz respeito às culturas oriundas da África é tão comum que a desumanização das culturas provenientes da África não é percebida (MOORE, 2005, p.140). O juízo da África desumanizada serviu como embasamento científico para edificar a memória coletiva da África num âmbito mundial. Essa memória esteve amalgamada aos conhecimentos religiosos, acadêmicos e filosóficos em praticamente todas as sociedades atingida pela ocidentalização¹⁶², precisamente as sociedades africanas, até a descolonização do continente africano nos anos cinquenta do século XX¹⁶³. Ainda hoje, percebem-se nas relações interpessoais do cotidiano, os impactos dessas idéias. Para Zamparoni, no Brasil:

(...) predomina a idéia de uma África exótica, terra selvagem, como seriam animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em violentas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam

¹⁶¹ HAMDUN, Said; KING, Noel. *Ibn Battuta in Black Africa*. Princeton (NJ): Markus Wiener, 2003.

¹⁶² SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁶³ M'BOKOLO, Elíxia. *África negra: história e civilizações: do século XIX aos nossos dias*. (Tomo – II) Lisboa: Edições Colibri, 2007.

doenças avassaladoras. (...) o termo África passa a referenciar um lugar qualquer exótico e homogêneo¹⁶⁴.

Essa forma de pensar o continente africano, não é muito diferente das idéias de África afixadas na memória coletiva. Essas concepções podem ser constatadas ou reproduzidas em diversos segmentos sociais, porém, deve-se destacar seu espectro emblemático nos meios formadores da opinião pública nacional - jornais, revistas e meios áudios-televisivos. A forma estereotipada como o continente que deu origem a humanidade¹⁶⁵ ainda é reproduzida, pode, portanto, ser apreendida sob variadas facetas.

Desde que a história enquanto disciplina apropriou-se da imprensa como fonte histórica, uma infinidade de pesquisas e temas descreveram, de maneira detalhada, as relações entre esses dois campos de abordagem. A variedade de títulos jornalísticos usados para realização dessas pesquisas, em hipótese alguma, pode deixar de ser mencionado. Diferentes jornais, de diferentes épocas e de variadas abordagens, foram perscrutados e questionados das mais diversas formas por pesquisadores de perspectivas temáticas variadas. Nesse sentido, o aparecimento de investigações que tiveram o jornal *Folha de São Paulo* como fonte histórica, demonstraram o contexto em que as pesquisas passaram a utilizar-se da imprensa.

Vários autores optaram por utilizar a *Folha de São Paulo* como fonte histórica. Desses trabalhos chama atenção a variedade de temas, porém a ausência dos trabalhos que tiveram a África como o foco. Cabe destacar que os trabalhos em que a *Folha* apareceu como fonte, em alguns casos, realizou-se uma análise comparativa, ou seja, a pesquisa era sempre realizada como base nas observações da *Folha de São Paulo* e de outros jornais. Francisco de Assis Carvalho analisou o discurso da mídia sobre a introdução do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro nos editoriais de dois jornais: *O Globo* e a *Folha de São Paulo*¹⁶⁶.

Inserida na área do conhecimento filológico e da língua portuguesa, o foco central dessa pesquisa, segundo o autor, está na análise de quatro editoriais. Dois do jornal *O Globo* e dois do jornal *Folha de São Paulo*. A apreensão de como são

¹⁶⁴ ZAMPARONI, Valdemir. *A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro*. Multiculturalismo/artigos. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br>

¹⁶⁵ OLSON, Steve. *A história da Humanidade: Desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

¹⁶⁶ CARVALHO, Francisco de Assis. *O gênero editorial e a polêmica do ensino religioso*. 2008. 217f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas em filologia e língua portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>

utilizadas as estratégias discursivas por estes periódicos constituiu-se um dos pilares organizacionais da análise. Dessa maneira, tentou-se perceber o papel ocupado pela imprensa na construção de significados e sentidos¹⁶⁷. Eduardo Pio da Silveira, também sob uma perspectiva comparativa, analisou a forma como as notícias sobre a arquitetura foram veiculadas nos três principais jornais de São Paulo: O Estado de São Paulo (ESP), *Folha de São Paulo* e Jornal da Tarde. A reduzida veiculação de notícias sobre o urbanismo foi um dos fatores centrais para motivação dessa pesquisa. Desse modo, tentou-se verificar a procedência da hipótese e as possíveis causas para o reduzido espaço destinado pelo jornal às notícias relacionadas às transformações urbanas na cidade.

Outro trabalho realizado em perspectiva comparativa entre jornal e revista e não apenas entre jornais, é o de Renato Souza do Nascimento. Este trabalho analisou as relações da cultura da juventude com a indústria cultural, apontando as particularidades do mercado e de suas influências na mercantilização dos movimentos. Partindo do pressuposto de que a mídia é uma das partes da indústria cultural, o autor optou pela escolha do Jornal *Folha de São Paulo* e da revista *Veja* como uma possibilidade de traçar as proximidades entre as abordagens midiáticas e o fortalecimento dos movimentos¹⁶⁸. O jornal *Folha de São Paulo* serviu como fonte histórica para pesquisas comparativas com outros impressos. Desse modo, este periódico passou a ser uma das fontes mais requisitadas para a pesquisa em jornais.

Maraísa Lopes analisou o discurso de linha francesa presente na cobertura da guerra do Iraque pelo Jornal *Folha de São Paulo*¹⁶⁹. Para este fim, a autora partiu do pressuposto da ausência de ideologia nos discursos da mídia impressa. Camilo Aguilera Toro analisou a formação do público do futebol e sua transformação em espetáculo das massas. O autor se baseou nas informações esportivas do jornal *Folha de São Paulo*, entre os anos de 1970-2004, para identificar o modo como esta mídia impressa deu visibilidade ao fenômeno da transformação deste esporte em comunicação de massa¹⁷⁰.

¹⁶⁷ CARVALHO, Francisco de Assis. *O gênero editorial e a polêmica do ensino religioso*. 2008. 217f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas em filologia e língua portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>

¹⁶⁸ SILVEIRA, Eduardo Pio da. *Notícias de arquitetura nos jornais de São Paulo 2000-2002*. 2007. 67f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>

¹⁶⁹ LOPES, Marisa. *Folha de São Paulo: Da produção de sentidos acerca da guerra do Iraque*. 2009. 136f. (Dissertação de mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>.

¹⁷⁰ TORO, Camilo Aguilera. *O espectador como espetáculo: notícias das torcidas organizadas na Folha de São Paulo (1970-2004)*. 2004. 145f. (Dissertação de mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências

Dessa maneira, percebe-se um maior número de dissertações (3), se comparados ao número de teses (2) produzidas, que se utilizaram da *Folha de São Paulo* como fonte histórica.

Teses de doutorado foram dedicadas a abordar algum aspecto na maneira que o jornal *Folha de São Paulo* veiculou determinados tipos de notícias. Beatriz Kushnir utilizou-se do jornal *Folha de São Paulo* para apreender os procedimentos da censura no Brasil no período compreendido após o ato institucional de nº5, até a elaboração da constituição de 1988¹⁷¹. Outro estudo interessante foi realizado por Daniel do Nascimento e Silva¹⁷². Nesta pesquisa, o jornal *Folha de São Paulo* como foi usado como fonte de análise na perspectiva de se compreender, a partir do conceito de violência, os discursos produzidos pela mídia impressa acerca do nordeste. Para este fim, o autor deteve sua atenção nas comunicações cartográficas dos jornais *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* (ESP), *O Globo* e na revista *Veja*. Essa investigação, segundo o autor, chama atenção para o papel central da constituição, produção e a comunicabilidade da violência no discurso midiático impresso¹⁷³.

Percebe-se, no conjunto destes trabalhos, a ausência de abordagens centradas na África e de temas correlatos. Entretanto, há uma que deve ser mencionada, por se tratar, talvez, da única investigação em que a África aparece como objeto central da pesquisa em um jornal. Nesse estudo, procurou-se perscrutar as imagens da Guiné-Bissau e de Cabo Verde no jornal *O Estado de São Paulo* no contexto das comunicações dos países de terceiro mundo¹⁷⁴.

Considerando que o recorte cronológico escolhido correspondeu ao período das descolonizações e das lutas de libertação, o objetivo da pesquisa, além de perceber o sistema de troca de notícias articulado em torno dos países de terceiro mundo, pontuou

Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

¹⁷¹ Segundo a autora, um dos objetivos da pesquisa foi compreender a relação entre os censores jornalistas, sob a perspectiva colaboracionista, e a falta de oposição às ações restritivas. Ver: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. 2001.428f. (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

¹⁷² SILVA, Daniel Nascimento e. Pragmática da violência: o nordeste na mídia brasileira. 2010.192f. (Tese de doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Esta pesquisa deve ser obrigatoriamente mencionada porque no conjunto de trabalhos em que realizei o levantamento bibliográfico, a pesquisa referida, mesmo sendo sobre o Jornal *Estado de São Paulo* e não sobre a *Folha* constitui-se como trabalho basilar para ser referendado.

uma variedade de discussões referentes à ONU e ao que ficou conhecido como a “nova ordem informativa internacional (NOII)”.

Dessa maneira, após detalhada incursão bibliográfica objetivo, no próximo capítulo, verificar os sentidos e significados da África, presente nos editoriais da *Folha de São Paulo*, no intuito de perceber o modo e as formas como as representações apontadas anteriormente aparecem de modo explícito e implícito nestes textos.

CAPÍTULO III

ÁFRICA NOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE SÃO PAULO* (1989-2001)

3.1. As categorias

Segundo Maria Laura Franco, categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos¹⁷⁵. A autora aponta também os critérios que podem ser adotados para uma categorização.

[...] pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que signifiquem ansiedade ficam agrupados na categoria “ansiedade” enquanto que os que signifiquem a descontração, ficam agrupados sob o título conceitual descontração (FRANCO, 2008, p.59).

As mensagens, os discursos¹⁷⁶ e as palavras externalizam aspectos sociais, ideologias e pensamentos construídos no cotidiano e através das relações entre a atividade psíquica do sujeito e os seus conhecimentos. As mensagens, as palavras e os símbolos, explícitos ou implicitamente expressos, estão estreitamente associados a múltiplas condições contextuais. É no sentido de compreender a relação que se estabelece entre comportamento humano e as representações sociais que se deve partir para análise de conteúdo¹⁷⁷.

No campo metodológico, a análise do conteúdo não é um campo homogêneo. Desse modo, Franco (2008)¹⁷⁸ assinala que a metodologia da análise de conteúdos entremeia à análise do discurso, enfatizando o método *lógico-estético e formal*. Esse exercício incorpora métodos lógico-estéticos e que buscam os aspectos formais típicos do autor ou do texto. Nesse campo do estudo dos efeitos do sentido, da retórica da língua e da palavra se interpenetram com a análise do discurso¹⁷⁹.

¹⁷⁵ FRANCO, Maria Laura P.B. *Análise do conteúdo*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008, p.59

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: edições Loyola, 1996.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2002.

O método *lógico-semântico e semântico*, subdivididos em *psicológico-semântico*, compreende as múltiplas inteligibilidades implícitas em imagens e/ou nos enunciados e em métodos *lógicos semântico-estruturais*. Esta última conceituação metodológica é aplicada ao universo psicosociosemântico ou sócio-econômico mais extensos. No campo da análise do discurso, é considerada como uma das dimensões mais essenciais no exercício da compreensão e da interpretação do analista social por não excluir as possibilidades análises lógicas objetivas ou formais. Desse modo, a metodologia semântica-estrutural constitui-se em um dos instrumentos mais relevantes para a análise de conteúdo.

Por se tratar de uma pesquisa voltada a editoriais veiculados entre 1989 à 2001 no jornal *Folha de São Paulo*, os títulos (enunciados) destes ocupam um espaço central. Desse modo, a metodologia lógico-semântica foi priorizada para composição deste estudo. Privilegiamos categorizar os editoriais pesquisados com o nome dos países africanos mais recorrentes nos editoriais pesquisados.

Nos editoriais pesquisados constatou-se uma multiplicidade de assuntos que em momentos distintos – e de acordo com as conjunturas decorridas entre 1989 e 2001 - receberam atenção dos editores. Á variedade de opiniões emitidas sobre África pelos editoriais da *Folha* e a busca de uma metodologia de apresentação de dados, foram decisivas para definição de categorias entendidas como apropriadas. Nesse sentido, optou-se por estabelecer como categorias, os nomes dos países africanos mais recorrentes nos editoriais verificados. Dessa maneira, África do Sul, Angola, Somália, República Democrática do Congo, Ruanda, Argélia, aparecem categorias utilizadas para apreensão dos conteúdos elaborados sobre o continente africano.

3.2. Os editoriais

Foram pesquisados 36 editoriais referentes à África. Destes, 12 diziam respeito à África do Sul; 4 referiam-se à Angola; 1 à Argélia; 3 sobre a Somália; 3 editoriais dedicados a Moçambique; 1 para Líbia; 3 para Ruanda e 3 para a República Democrática do Congo – ex-Zaire. Os demais (6) apresentaram temáticas variadas, cujas abordagens não estão vinculadas a nenhum dos países identificados nos editoriais.

Dos editoriais sobre a África do Sul, 11 estavam relacionados às transformações do pós apartheid e um estava relacionado a uma comparação feita pelo presidente sul-

africano, Nelson Mandela, entre a situação racial do Brasil e da África do Sul. O presidente sul-africano afirmava, categoricamente, que o Brasil era exemplo de democracia a ser seguido por seu país depois do prolongado regime do apartheid¹⁸⁰.

Sobre Angola, quatro editoriais tratavam da retomada dos conflitos armados envolvendo o Movimento pela Libertação de Angola – MPLA – e a União Nacional pela Independência Total de Angola – UNITA, após um cessar fogo acordado antes das eleições em 1992.

Para a Somália os editoriais tratam sobre a ação dos grupos de oposição ao governo de Siade Barre, assim como o roubo dos víveres doados pelas agências humanitárias. Segundo os editoriais, os grupos opositores passaram a negociar os viveres tendo por objetivo o financiamento da luta contra o ditador somalí Siad Barre.

Três editoriais foram dedicados aos acontecimentos políticos da República Democrática do Congo após o fim da ditadura de Mobutu e a chegada ao poder dos rebeldes liderados por Laurent Kabila.

Os editoriais sobre o Ruanda destacaram os desdobramentos do conflito que envolveu Tutsis e Hutus, e sua expansão para a região dos Grandes Lagos.

O único editorial sobre a Líbia tratou o embargo econômico dos Estados Unidos como uma forma de pressão, para que o governo Líbio entregasse dois suspeitos, acusados de explodirem o avião de uma empresa aérea norte-americana (PAM AM) em 1988. Já o editorial que se refere à Argélia (1) trata do acirramento das tensões políticas no país após a morte do presidente Mohamed Boudiaf em 1992.

Seis editoriais versavam sobre temas diversos como: análise da conjuntura ou perspectivas da economia africana; relações Brasil-África; a utilização das clivagens sociais africanas para os discursos das grandes potências nas nações Unidas; sobre o “esquecimento” da África no ocidente; as guerras e as democracias na África. Em nenhum destes editoriais os editores priorizaram à problemática específica de quaisquer país da África, ou seja, as questões foram abordadas de modo genérico. O primeiro editorial localizado no período compreendido entre 1º de Janeiro de 1989 á 31 de Dezembro de 2001, é datado em de 13 de Fevereiro de 1990, com o seguinte título: *Libertação de Mandela*.

¹⁸⁰ *Igualdade Ilusória*. Editorial publicado em 2 de Agosto de 1991.

3.3. África do Sul

O nome deste país africano representa a categoria que teve o maior número de editoriais veiculados no período analisado, doze no total. Termos como: *Apartheid*²²; *chacina*⁴; *violência*⁹; *sociedade multirracial*⁷; *segregação racial*⁵; *confrontos tribais*⁷; *democracia*⁴; *odioso*⁶; *racismo/raça*⁵; *selvageria*³; *guerra civil*², foram os termos mais recorrentes nos editoriais do país sul-africano. Os termos recorrentes identificados nesta categoria serão avaliados considerando a importância das discussões teóricas implícitas nas terminologias, e não a partir de uma ordem numérica que expresse o maior número de repetições. Dessa forma, embora o termo apartheid tenha sido o mais repetido, percebe-se que o mesmo foi abordado sob perspectivas variadas.

Esse contexto de transformações, conflitos e tensões no pós-apartheid é veiculado nos editoriais da *Folha de São Paulo* no período que compreende este estudo (1989-2001). Partindo do pressuposto de que a análise de conteúdo consiste em apreensão das linguagens e dos símbolos contidos em certos enunciados, acredito que uma observação atenta dos editoriais da *Folha* pode fornecer uma idéia aproximada das representações da África que os editores deste periódico veicularam. Dessa forma, o entendimento do conceito *apartheid* se faz necessário

Quanto ao significado do termo apartheid, Houaiss, conceitua-o como: *regime de segregação racial que se estabeleceu na África do Sul pela minoria branca*¹⁸¹. No dicionário Aurélio da língua portuguesa não foi encontrado qualquer referência ao significado da nomenclatura *apartheid*. Nelson Mandela define o apartheid sob uma perspectiva etimológica e acrescenta que:

A palavra apartheid era nova, mas a idéia era antiga. Literalmente significa “separação” e representa a codificação, em um único sistema opressor, de todas as leis e regulamentos que durante muitos séculos mantiveram os africanos em posição inferior aos brancos. O que sempre fora mais ou menos *de facto* viria a se tornar inexoravelmente *de jure*. (...) A premissa do apartheid dizia que os brancos eram superiores aos africanos, mestiços e indianos, e sua função era fortalecer para sempre a supremacia dos brancos (MANDELA, 1995, p.97-98).

O *dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*¹⁸² conceitua o sistema do apartheid como:

¹⁸¹ HOUAISS, A; VILLAR, M.S. *Mini dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹⁸² AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999, p. 36.

Termo da língua *afrikâner* pelo qual é designada a política oficial do governo da África do sul para com os direitos sociais e políticos dos diferentes grupos raciais desse país. Trata-se, na verdade, de um sistema social, econômico e político baseado em princípios teóricos e uma legislação especial. A política do apartheid foi oficializada pelo governo sul-africano a partir de 1948, quando partido nacionalista *boers* tomou o poder (AZEVEDO, 1999, p.36).

De forma similar, a enciclopédia brasileira da diáspora africana assinala o apartheid como:

Política de segregação racial instituída oficialmente pelo governo da África do Sul, em 1948, com o objetivo de criar condições diferenciadas de desenvolvimentos aos vários grupos étnicos que compõe a nação sul-africana, e com evidente vantagem para as minorias brancas dominantes (LOPES, 2004, p.66)

Cabe ressaltar que o apartheid foi instalado em 1948, após a vitória nas eleições gerais do Partido Nacional Sul-africano que se associou ao Partido Unido (PU), liderado pelo general Smutus¹⁸³. Para a demarcação das idéias segregacionistas na África do Sul, as teorias raciais¹⁸⁴ ocuparam um espaço considerável na construção de um “argumento” para a separação. Fundamentados no conceito de raça¹⁸⁵, os segregacionistas não consideravam a África do Sul como uma nação¹⁸⁶. No imaginário dos líderes africânderes a África do Sul era constituída por nações compostas por distintos grupos raciais.

As diferenças no status social, baseadas nas idéias de raça¹⁸⁷, estabeleceram um espaço social definido a cada grupo. Aos negros sul-africanos foram reservadas as funções sem prestígio social, ao tempo em que os brancos ocupavam o ápice da mesma. A implantação do sistema do apartheid não dever ser entendido como homogênea. Desse modo, houve uma base jurídica para legitimação do sistema de segregação sul-africana, na qual imperou um conjunto de leis e os pilares da separação. O *native labour act*, estabelecido em 1913, institui um dos exemplos de leis segregacionistas, responsáveis por fixar 93% das melhores terras sul-africanas para as populações

¹⁸³ FELIPE, Ângela Marques. *O processo de reconciliação na África do Sul*. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/processo_reconciliacao_africa_sul.pdf.

¹⁸⁴ SCHWARCS, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

¹⁸⁵ BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: edições 70, 1977.

¹⁸⁶ HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: editora paz e terra, 1990.

¹⁸⁷ BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: edições 70, 1977.

brancas, em detrimento de 7% das piores terras, dispensados a 75% da população negra¹⁸⁸. Dessa maneira, a intensificação das práticas pró-apartheid originou um período de longas manifestações contra o regime racista, sendo a década 80 considerada como o ápice dos conflitos políticos sul-africanos.

Desse modo, o ano de 1989 foi decisivo para o fim do regime de segregação sul-africano. O fim da antiga União Soviética (URSS) e a queda do muro de Berlim foram transformações políticas marcantes que culminaram na reelaboração da conjuntura mundial¹⁸⁹. Mudança que se desdobrou no fim do regime separatista sul-africano. A eleição do presidente F.W de Klerk e suas ações políticas, apontaram na direção de um processo de declínio da política separatista.

A libertação de Nelson Mandela em 1990 certamente fragilizou a política separatista. A abolição do apartheid na África do Sul foi o assunto mais recorrente nos editoriais da *Folha de São Paulo*. Os editoriais abordaram o fim do apartheid sob várias perspectivas. Embora os editoriais manifestem uma diversidade de abordagens, nenhuma delas foge da idéia do repúdio ao regime.

Destacar-se-á a maneira como os editores fizeram referência a ao apartheid. No editorial do dia 19 de março de 1992 com o título de *“mais perto do fim”*, o termo apartheid foi encontrado três vezes. O editorial descreve a participação dos brancos nas primeiras eleições do pós-apartheid – e vitória pelo desmantelamento do apartheid - no processo eleitoral que coloca o país mais próximo do banimento do regime separatista. O editorial discorre sobre a iminência de uma guerra civil, caso os 84,9% dos brancos não tivessem participado do pleito.

Ao mencionar as implicações do apartheid sob a perspectiva eleitoral, o editorial da *Folha*, relata o respaldo do sufrágio dos 68,6% dos brancos na consolidação da transição da África do Sul pós-apartheid e enfatiza, da mesma forma que Nelson Mandela, o caráter jurídico do apartheid.

O respaldo de 68,6% dos brancos, que controlam a economia e a política sul-africanas, vem de fato consolidar o processo iniciado há cerca de dois anos pelo presidente Frederik De Klerk, de eliminação do arcabouço jurídico do apartheid (Editorial *Mais perto do fim*, editorial de 19 de março de 1992).

¹⁸⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2011, p.69.

¹⁸⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano: Da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006, pp. 481-477.

O editorial da Folha de São Paulo traduz como foi odioso e revoltante o regime de segregação racial instalado em 1948.

A esmagadora vitória do ‘sim’ no plebiscito realizado na África do sul coloca o país a um passo mais perto do desmantelamento do *odioso* regime de segregação racial implantado em 1948. (...) Embora positivo pelo seu resultado, contudo, o próprio plebiscito é, ao mesmo tempo, sintomático do discricionarismo *revoltante* do apartheid (Editorial *Mais perto de fim*, 19 de março de 1992).

Considerando as variadas abordagens dirigidas ao tema do apartheid, nesse editorial o tema foi discutido sob ênfase político-eleitoral, citando o plebiscito realizado somente entre população branca, e como o mesmo alargou o desmantelamento do sistema separatista. Dessa maneira, o que destacamos é que a maneira como o editorial se referiu ao regime racista sul-africano não foi distinta da opinião pública que condenava a segregação no país.

Outro editorial onde a terminologia *apartheid* aparece é o do dia *31 de outubro de 1998* que tem por título: *Apartheid nunca mais*. Este fez referência aos estadistas que se destacaram historicamente por suas idéias e ações políticas, pontuando que muitos dos mencionados foram agraciados com o prêmio Nobel.

Certos personagens tornaram-se símbolos das divisões e feridas de seus países, como Augusto Pinochet, Fidel Castro e Piether Botha. Outros como Nelson Mandela e Frederik De Klerk, passam a ser identificados com o renascimento de suas nações e foram até agraciados com o Nobel da paz (1993). Mas a história oferece também lugar para figuras menos contraditórias, da espécie de Desmond Tutu. Quando futuros vencedores e perdedores ainda se digladiavam na *guerra sangrenta do apartheid*, o bispo sul-africano já movia seu combate humanitário contra o próprio conflito, o que lhe valeu também um Nobel (1984). Foi provavelmente por conta dessas credenciais que o religioso se viu encarregado de outra tarefa árdua e absolutamente incomum: a comissão de reconciliação e verdade.

O editorial cita o bispo Desmond Tutu¹⁹⁰ como um exemplo de personalidades que ocuparam papéis decisivos em conjunturas específicas, o caso do apartheid. Os editores chamam atenção para as responsabilidades que o mesmo assumiu quando foi encarregado da comissão de reconciliação e verdade. Os editores chamam atenção para os imbróglis jurídicos que envolveram a publicação pelo bispo Desmond Tutu dos

¹⁹⁰ Primeiro negro a se tornar arcebispo da igreja anglicana da África do sul. Ao lado do líder negro Nelson Mandela tornou-se um dos ícones da luta contra o separatismo branco. Ver: MANDELA, Nelson. *Longo caminho para liberdade: uma autobiografia*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

cinco volumes do relatório final sobre o resultado das investigações dos abusos cometidos.

Poucas horas antes do horário marcado, no tribunal derrubou o recurso do congresso nacional africano – CNA -, o partido que elegeu Mandela em 1994 – contra a publicação. Alegava não ter tido a oportunidade de se defender das acusações de terrorismo e abusos no combate ao *odioso apartheid*. Mandela recebeu os volumes das mãos de Tutu, não sem antes aludir as suas “imperfeições”.

Exceto o título do editorial onde a palavra apartheid introduz o leitor no assunto, os outros dois momentos em que o apartheid aparece recorrente, os editores o mencionam como uma *guerra civil sangrenta* ou como o *odioso apartheid*. Cabe ressaltar que a comissão de reconciliação e verdade surgiu como uma das ações políticas, no âmbito dos direitos humanos, com o objetivo de punir os “excessos” cometidos pelos lados conflitantes durante o período em que o regime racista esteve em vigor. *O combate humanitário contra o conflito*, o qual Desmond Tutu possui larga experiência e a publicação dos cinco volumes do relatório final das investigações, evidenciam uma abordagem do apartheid sob a ótica dos direitos humanos. E isto é fundamental nos sentidos implícitos dos editoriais.

Se no primeiro editorial analisado - *“mais perto do fim”* de 19 de março de 1992, pude perceber uma leitura do apartheid sob a base eleitoral da África do Sul pós apartheid, no editorial *“apartheid nunca mais”* de 31 de outubro de 1998, verificamos uma abordagem do ponto de vista dos Direitos humanos, já que, a própria comissão de reconciliação e verdade é originária da introdução do debate dos Direitos Humanos na África do Sul pós-apartheid¹⁹¹.

A recorrência ao termo apartheid nos editoriais que tiveram a África do Sul como a temática central pode ser percebida, em maior número (seis vezes), no editorial do dia 26 de abril de 1994 intitulado como: *O fim do apartheid*. O editorial inicia discorrendo a importância histórica da realização das eleições na África do sul, e o espaço ocupado pelo pleito no declínio do regime separatista.

A eleição que começa hoje na África do sul é um desses raros eventos que de fato merece um rótulo de históricos. Cessa com o pleito, a dominação da minoria branca sobre a maioria negra, que durou 342 anos e cristalizou-se em regras que institucionalizaram um *odioso regime de segregação racial*.

¹⁹¹ KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África: entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas editora, pp.97-111.

Este editorial¹⁹² fez menção à cisão como sistema *odioso*. Outro editorial, datado de 31 de outubro de 1998, se referiu ao apartheid também como um *odioso regime de segregação racial*. O editorial alerta que o fim do regime separatista está condicionado a um longo processo de negociação - que durou quatro anos - vitimando cerca de 13 mil pessoas - , marcado pela carnificina. A iminência da vitória do ex-presos político Nelson Mandela e os desafios herdados do apartheid - violência e desemprego - são alguns dos pontos tocados pelo editorial.

(...) o fim definitivo do regime será o fruto de um longo processo de negociação, que durou quatro anos e foi marcado por uma verdadeira carnificina. De 90 à 94, mais de 13 mil pessoas (a maioria negros) morreram, vítimas da violência (...). (...) a previsível vitória de Nelson Mandela

O editorial destaca ainda os desafios sociais em comum a serem enfrentados pelos governos da África do sul e do Brasil. O fato do termo apartheid significar “separação” pode ser aplicado à outras experiências sociais, incluindo a brasileira, no que se refere às desigualdades, daí a cunhagem da expressão *“apartheid social”*. Embora a violência no Brasil não deva ser comparada ao exemplo da violência na África do Sul, o editorial chama atenção para o fato de que no Brasil a violência já se apresenta como um problema gravíssimo. Desse modo, o combate às diversas formas de separação (*apartheids*), independente de como se expressem, se apresenta como um dos pontos fundamentais dos regimes democráticos.

Esse desafio aproxima a questão sul-africana da brasileira. Não é por acaso que se cunhou a expressão *“apartheid social”* para designar desigualdades sociais similares a ainda piores que às da África do Sul - país em que 14% da população controlam 90% das terras e 90% do setor formal da economia. (...) No Brasil, embora pareça não atingir ainda níveis semelhantes, a violência já é um problema gravíssimo. (...) Lá como cá, atacar o *apartheid*, em todas as suas formas, é tarefa urgente e prioritária do regime democrático.

A comparação feita pelos editores entre as similaridades sociais do Brasil e da África do sul - violência, desigualdade e desemprego - parece ilustrar a aplicabilidade do termo *apartheid* a uma variedade de conjunturas políticas e/ou sociais. O editorial deixa implícita a idéia de que se para a experiência sul-africana a terminologia apartheid é entendida como segregação, para o caso do Brasil, a segregação aludida pode ser mencionada como exclusão social. Dessa maneira, parece não haver dúvidas para os editores da Folha de que, independente das formas e da conjuntura que as “separações”

¹⁹² *O fim do apartheid*. Editorial, 26 de Abril de 1994.

se manifestem, a relação separação/exclusão foi a coluna vertebral do sistema do apartheid.

Nos editoriais analisados, há unanimidade entre os editores sobre a condenação do regime separatista. Embora tenhamos verificado a recorrência de termos a exemplo de *odioso*, utilizados pelos editores na maioria dos casos para explicitar a intensidade da violência envolvida nas divergências, constato que mesmo nos poucos momentos em que *odioso* aparece, - para se referir a utilização da violência - não há da parte da linha editorial da Folha de São Paulo em procurar parcialidade ou abrandamento em relação as ações do regime segregacionista.

3.3.1. Raça e racismo nos editoriais sobre a África do Sul

Sem a mesma recorrência que o tema apartheid, raça/racismo apareceram cinco vezes, se comparados as 22 ocorrências do termo apartheid. As terminologias ocuparam no passado e ocupam na atualidade um espaço considerável nas relações sociais e no imaginário das sociedades. Compreender a evolução histórica e as reelaborações destas terminologias se constitui como um exercício de fundamental importância para conhecer a maneira como editores da Folha veicularam esses termos nos editoriais.

A etimologia da nomenclatura *raça* descreve-a como derivada de uma palavra latina (*ratiō*) onde tem origem o termo italiano correspondente - *razza*¹⁹³. Em termos de significado, o dicionário Houaiss da língua portuguesa define raça como uma *classificação de grupos humanos por seus traços físicos hereditários (cor de pele, tipo de cabelo e etc); coletividade de indivíduos unidos por semelhanças socioculturais*¹⁹⁴. Homologamente, o dicionário Aurélio da língua portuguesa, apresenta quatro definições para o termo raça, são elas:

1. Conjunto de ascendentes e descendentes duma família, tribo, ou povo com origens comuns.
2. Conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar de um indivíduo para outro.
3. Divisão de uma espécie animal, provinda do cruzamento de indivíduos selecionador para manter ou aprimorar determinados caracteres.
4. Grande empenho ou combatividade (HOLANDA, 2010, p. 635).

¹⁹³ CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

¹⁹⁴ HOUAISS, A; VILLAR, M.S. *Mini dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 628.

Uma ressalva deve ser feita, pós ser mostrado o significado do termo *raça* em ambos os dicionários. Ela diz respeito à proximidade das definições dos dicionários referenciados. Enquanto no dicionário Houaiss *raça* é uma *classificação de grupos humanos por seus traços físicos hereditários (cor de pele, tipo de cabelo e etc)*, para o Aurélio, *raça* é conceituada como: *Conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar de um indivíduo para outro*. Dessa maneira, ambos estão em comum acordo sobre o papel da hereditariedade na definição do fenótipo dos indivíduos.

Historicamente, o significado do termo *raça* designou consangüinidade parental, ou seja, os indivíduos ou grupos que supostamente possuísem similaridade dos traços físicos e hereditários. Além da proximidade da aparência, a ancestralidade ocupou um espaço considerável no significado da terminologia *raça*, até o século dezenove. Nos fins do século dezoito, o termo *raça* era citado para fazer alusão à possibilidade de pertencer a uma linhagem consangüínea. A maior parte do correr histórico - precisamente a transição da antiguidade ao feudalismo¹⁹⁵ - a terminologia *raça* esteve dissociada da conotação racial que teve seu apogeu como conceito científico no século XIX.

Atingindo seu apogeu como conceito científico no século XIX, a noção de *raça* diz respeito a certo conjunto de atributos biológicos comuns a um determinado grupo humano. A palavra, na idade moderna, com outros significados, era conhecida no mundo europeu, e dizer que pertencia a uma *raça* era afirmar o pertencimento a uma linhagem (SILVA;SILVA, 2010, p.346)

E ainda

(...) a palavra “*raça*” começou a mudar de significado por volta de 1800. Anteriormente, o termo foi utilizado primeiramente no sentido de “linhagem”; as diferenças entre *raças* derivavam de circunstâncias da sua história e, embora se mantivessem através de gerações, não eram fixas (BANTON, 1977, p.29)

O século dezenove, portanto, pode ser considerado como o momento que o termo *raça* deixou de fazer alusão as relações de parentescos – identificados durante o medievo - para servir como argumento justificativo da superioridade euro-ocidental.

¹⁹⁵ ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Uma idéia da modificação do sentido da nomenclatura *raça* pode ser apreendida nas palavras de Michael Banton, segundo este autor:

No século XIX, o termo “raça” veio a significar uma qualidade física inerente. Os outros povos passavam a ser visto como biologicamente diferentes. Embora a definição continuasse incerta, as pessoas começaram a pensar que a humanidade estava dividida em raças (...). O novo uso da palavra “raça” fazia dela uma categoria física. Levou a negligenciar o modo como o termo era socialmente utilizado como categoria para organizar a percepção que as pessoas tinham da população do mundo. Havia um processo social, que poderia ser denominado racialização, pelo qual se desenvolveu um modo de categorização, aplicado com hesitação nos trabalhos históricos europeus, e depois, mais confiadamente, às populações do mundo (BANTON, 1977, p.30).

A utilização das diferenças fenotípicas como embasamento para justificar, biologicamente, a diversidade humana, originou conseqüências que podem ser discutidas - de maneira reconstruída - nos dias correntes. A biologização das relações sociais no século XIX provocou a hierarquização dos grupos humanos, classificando-os sob os auspícios de teorias racialistas. O uso do termo *raça* a partir deste período passa a designar características físicas. Os indivíduos foram diferenciados sob o embasamento de teorias raciais¹⁹⁶ que possuíam o objetivo de legitimar biologicamente a superioridade euro-ocidental.

As classificações propostas por estas teorias erigiram uma pirâmide racial, “cientificamente legitimada”, que fixou as populações européias no ápice como produtos da perfeição da cultura ocidental. A exceção do ponto mais alto, os grupos não ocidentais, africanos, asiáticos, latino-americanos entre outros, estava reservada a base. Enquanto o topo da pirâmide estava representado pelas populações européias, o outro extremo, imaginando a oposição dos valores ocidentais, era concebido às populações de cor representadas pelos contingentes africanos. Os argumentos biológicos construídos para justificar, baseados no fenótipo, o lugar de cada cultura na organização social proposta, imbricou-se nas relações cotidianas pessoais.

Os grupos dotados de melanina entendidos, assim, pelas teorias racialistas como pertencentes à *raça negra*, foram fortemente associados a toda sorte de infortúnio imaginável¹⁹⁷. A construção do imaginário racial brasileiro¹⁹⁸, portanto, foi reflexo das

¹⁹⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: companhia das letras, 1993.

¹⁹⁷ MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade. Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Maza\edições, 2007.

discussões raciais que vigoravam na Europa em momentos distintos. No Brasil, a idéia de relacionar os africanos escravizados a termos como: selvagem, incivilizados, desalmados, entre outros estereótipos, revela a multiplicidade de termos que paralelo ao conceito de *raça*, fortaleceu o juízo negativo das elites em relação à África e suas populações.

Os desdobramentos do ideário racial difundido na Europa e o uso do termo, *raça* ao ser introduzido no Brasil, em momentos distintos, consolidou uma imagem negativa da África e de suas culturas. A associação dos estereótipos oriundos do conceito europeu de raça pode ser percebida, de maneira reelaborada, nas relações sociais correntes.

Uma das formas de entender as ressignificações dos sentidos do termo *raça*, é analisar o editorial de 2 de agosto de 1991 que tem por título: *igualdade ilusória*. Torna-se, imprescindível fazer uma observação sobre a validade científica da terminologia raça na contemporaneidade. Longe da conotação racial imbricada na terminologia raça usada no início do século XIX, com o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de pesquisa, entre eles a genética e a biologia molecular, não há mais qualquer base científico-biológica para sustentar a idéia de raça ou de pureza racial.

Os avanços da ciência nos últimos cinquenta anos do século XX esclarecem um grave equívoco oriundo do século XIX, que fundamenta o conceito de “raça” na biologia. Raça não é um conceito que possa ser definido segundo critérios biológicos. Porém, raça existe: ela é uma construção sócio-política (...) (MOORE, 2007, p.38)

Luca Cavalli-Sforza, ao discutir sobre “pureza racial” assinala que a idéia de pureza entre as raças constituiu-se como um dos principais pilares da legitimação do conceito de superioridade racial durante o século XIX e início do século XX (SFORZA, 2002, p.316). Desse modo, o termo raça é utilizado para referenciar as circunstâncias e conjunturas sociopolíticas, e não mais com a finalidade de identificar grupos racialmente isolados ou supostamente homogêneos. Partindo dos pressupostos de como a terminologia *raça* é aplicada na contemporaneidade, percebe-se no editorial analisado quais são os sentidos implícitos – e se estes existem – a este termo.

O editorial datado do dia 2 de agosto de 1991 tem por título: “*Igualdade ilusória*” e trata da surpresa causada pelo desconhecimento demonstrado na declaração

¹⁹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2° ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

feita pelo líder negro da África do Sul e presidente do Congresso Nacional Africano (CNA) Nelson Mandela de que o exemplo racial da sociedade brasileira é um modelo a ser seguido. Segundo o editorial referido:

Causa surpresa pelo desconhecimento que demonstra, a declaração feita no Rio pelo líder negro da África do Sul e presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela de que o Brasil constitui um exemplo de sociedade multirracial a ser seguido (Editorial *Igualdade ilusória*, 2 de agosto de 1991).

Considerando o fato de a declaração feita pelo líder sul-africano ter sido no sentido de retribuir as boas vindas reservadas pelas autoridades brasileiras, este editorial destaca que o relacionamento das raças no Brasil está distante de um paradigma racial que possa ser imitado.

Apesar de se reconhecer que a manifestação é motivada também pela intenção amistosa comum aos que desejam retribuir os papéis atenciosos dos comitês de boas-vindas, é forçoso verificar que – infelizmente – o relacionamento entre as *raças* no Brasil está bem longe de exibir uma harmonia tal que mereça ser imitada (Idem, 2 de agosto de 1991).

A terminologia *raça* nesse trecho merece um comentário. O editorial refere-se ao *relacionamento entre as raças no Brasil*, para o qual o termo sugerido foi evidenciado como homogêneo e estático, no que diz respeito aos aspectos genético-biológico, ou alude-se a concepção racial originária do termo. Assim, torna-se complexo analisar a noção de raça quanto grupo sócio-político neste editorial.

Supõe-se que o termo *raça* foi usado de forma reelaborada, ainda assim, o uso desta terminologia pelos editoriais servem para análise de pressupostos da concepção de raça que a linha editorial da Folha de São Paulo herdou dos seus antecessores. Carlos Guilherme Mota (1981), analisando um artigo assinado por Rubens do Amaral¹⁹⁹ e publicado no editorial do Jornal *Folha da Manhã*²⁰⁰ em 25/1/1934, destaca-se que na conjuntura da publicação do artigo, o entendimento da *raça* como determinante genético não era uma particularidade dos representantes das *Folhas*²⁰¹, mas de diversos outros

¹⁹⁹ Juntamente com seu irmão Luiz do Amaral e Alves de Lima foram os responsáveis por recuperar os jornais, empastelados quando da vitória do movimento revolucionário de 1930. Sob sua direção, as *Folhas* se caracterizarão como “jornais da lavoura”.

²⁰⁰ Nome que antecedeu o nome atual do Jornal *Folha de São Paulo*. A Folha da Manhã originou-se no dia 1º de Julho de 1925 e circulou com esse nome até 1960, quando foi substituído pela nomenclatura atual.

²⁰¹ É uma forma de fazer referências aos periódicos que antecederam e deram origem à Folha de São Paulo, no caso, a *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*.

segmentos sociais. O campo da literatura foi o exemplo ilustrativo de como, até os anos 30, assiduidade de se pensar o termo raça sob uma perspectiva genético-biológica, foi constante.

A interpretação da sociedade brasileira, fazendo da raça um fator determinante, não constituía, no entanto, uma característica peculiar aos representantes das Folhas. Essa foi uma tendência constante na literatura brasileira até a década de 30, inclusive de outros setores representativos da imprensa liberal desse período. O ESP, por exemplo, também se baseara em teorias raciais como fator preponderante de explicação das transformações da sociedade (MOTA e CAPELATO, 1981, p. 80).

Desse modo, a concepção de raça nesta citação não deve ser explicitada como recorrente a este período de 1930. Ao tomarmos como referência um editorial publicado na mesma década, para analisar a concepção de raça usada nos editoriais da Folha de São Paulo na atualidade, não o fazemos no sentido de constatar a imutabilidade do conceito de raça adotado pelos editores daquela década, mas pode-se entrever processos entremeados com conceitos sendo usado pelo jornal em questão. Assim, o emprego do termo *raça* pelos editores da *Folha*, não deve ser interpretado como extensão uniforme da idéia de raça dominante no Brasil no início do século XX.

Já o editorial publicado em 2 de Agosto de 1991²⁰² teceu críticas sobre a percepção das relações raciais no Brasil, a partir de uma perspectiva sul-africana. Sob esse ponto de vista, a ausência dos “instrumentos legais” presentes na sociedade do apartheid - após um olhar superficial para as relações raciais brasileiras – deixa a impressão de que as oportunidades seriam distribuídas a todos.

Com efeito, pode parecer a um visitante sul-africano que a ausência de instrumentos legais de discriminação como os que lamentavelmente persistem no regime de Pretória - implique o estabelecimento de uma sociedade em que as oportunidades se acham igualmente abertas a todos, independentemente da cor da pele (editorial, 2 de agosto de 1991).

O editorial enfatiza a sutileza da discriminação racial existente no Brasil, e de como ela subsiste sob um verniz de democracia e igualitarismo e argumenta sobre a ausência de discriminação racial no Brasil pela não existência de instrumentos jurídicos legais que justifiquem a discriminação, como na África do Sul, e acrescenta que:

(...) se é verdade que o convívio racial no Brasil tem características muito menos violentas e ostensivas do que na África do Sul, subsiste, sob o verniz

²⁰² *Igualdade ilusória*. Editorial, 2 de Agosto de 1991.

igualitarista, uma realidade eivada por inúmeras sutilezas discriminatórias herdadas do período escravista. Tal situação contribui para agravar ainda mais as profundas injustiças da estrutura social brasileira, configurando um quadro especialmente perverso para os negros. (editorial, 2 agosto de 1991).

O trecho acima permite fazer uma comparação entre as opiniões e as preocupações dos editores da Folha em relação ao negro em momentos distintos. Nesse sentido, o fim da Segunda Guerra Mundial possibilitou a reestruturação da economia mundial que afetou o capitalismo mundial. No Brasil, essas rearticulações foram embasadas sob auspícios da guerra fria que intensificou as transformações na estrutura sócio-econômica brasileira com a finalidade de adequar o país para o cenário internacional. Logo, inúmeros desafios foram colocados para os governos brasileiros pós-1945.

Na era Vargas (1930-1945)²⁰³ a questão ligada mão-de-obra foi de salutar importância. Assim, a edificação e o fortalecimento de complexos industriais se constituíram como agentes que contribuíram para o êxodo rural naquela conjuntura desenvolvimentista, a mão-de-obra desqualificada que fora antes para negros, pardos e mestiços, passou a ser vista como um potencial, mas não como força de trabalho produtiva. Logo, constata-se a transformação do status social dos antigos “inaptos” a indústria à condição de um elemento produtivo.

Alterações em outros setores da vida social brasileira em momentos distintos fortaleceu a idéia da *forja do homem novo*²⁰⁴. Esse argumento fortaleceu, em 1940, a opinião de que os negros tinham que voltar para o interior, ou seja, para roça (CAPELATO e MOTA, 1981, p.83). Nesse período, no Brasil, o contexto das relações raciais desse deixava entrever que o “suposto” espaço ocupado pelo negro na nova sociedade em que o homem novo seria forjado, podia ser atestado, segundo Capelato e Mota, pela *incompatibilidade* dos indivíduos para com a vida urbana.

Nesse contexto, propuseram também a volta do negro para a roça. Alegando sua incompatibilidade para com a vida urbana, sugeriam que se empreendesse uma verdadeira cruzada de evacuação (do negro) das cidades em benefício da roça... A ação continuada, sempre vigilante, sempre enérgica, acabaria restituindo ao meio adequado dezenas ou centenas de milhares de indivíduos de uma raça que roubamos à África e escravizamos na América para depois deixá-la, livre sim, mas abandonada ((. CAPELATO e MOTA, 1981, p.83).

²⁰³ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

²⁰⁴ CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo: impres, 1981, p. 82.

Deve-se chamar a atenção para um detalhe. Mesmo não estando inserida no recorte cronológico proposto por esta pesquisa, a conjuntura da década de 40 possui uma importância ímpar. Enquanto a conjuntura política e socioeconômica da década de quarenta entrava em confluência com aumento do êxodo rural e a busca por melhores condições de vida nas cidades, os editores da *Folha da Manhã* defenderam o trajeto oposto para os negros, ou seja, enquanto muitos indivíduos se dirigiam às cidades, os negros que já se encontravam nelas eram incitados a retornar as zonas rurais, portanto, a roça, e os que lá estavam, foram persuadidos a lá permanecerem. Da mesma forma, fica constatado o espaço que o campo das relações raciais ocupou na década de quarenta.

O período decorrido entre as décadas de 30 e 50 foi bastante significativo para o fortalecimento dos debates que envolviam o negro e a questão racial no país. Considerando o contexto da época, mesmo sem a visibilidade dos dias correntes, entre 1935 e 1950 pode-se enfatizar uma multiplicidade de iniciativas – fundação de uma série de organizações negras – que surgem com a fim de desconstruir o mito da harmonia das relações entre as raças, implícito na terminologia *democracia racial*, conceito forjado por destacados intelectuais dos anos 30 a partir de variadas interpretações da obra do antropólogo pernambucano Gilberto Freyre. O Movimento Brasileiro contra o Preconceito Racial (Rio, RJ, 1935) a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro (São Paulo, SP, 1948) e a Justiça Social Cristã (Rio, RJ, 1950), são exemplo ilustrativo da fundação de organizações.

Embora o período da publicação do editorial do Jornal *Folha da Manhã* não esteja inserido na cronologia proposta nesta análise, ele é bastante ilustrativo – por ser o periódico que dará origem a *Folha de São Paulo* em questão - para pontuar as trajetórias e a antiguidade dos posicionamentos/ pensamentos da *Folha de São Paulo*, não apenas sobre o negro, mas precisamente, sobre as relações raciais no país. Ao realizar uma comparação entre o contexto político-racial de 1940, e a conjuntura racial do Brasil no dia que o editorial do dia 2 de agosto de 1991, foi veiculado, fica nítido que a preocupação dos editores da *Folha de São Paulo* na atualidade, não é apenas diferente do pensamento emitido sobre o negro no contexto dos anos 1940, mas profundamente contrário. Após constatar esses contextos – em um dos quais o jornal *Folha da Manhã*, posteriormente, *Folha de São Paulo* está inserido - sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, causa surpresa, à preocupação dos editores da Folha expressa no editorial do dia *2 de agosto de 1991*, com as injustiças da estrutura social-racial brasileira que torna o quadro perverso para os negros. Dessa maneira, percebe-se o

percurso diacrônico e as reelaborações apreendidas da visão do editores da *Folha* em relação aos negros.

A perscrutação dos dois editoriais citados, desconstrói as possíveis idéias de homogeneidade ou mesmo da existência de sincronicidade no pensamento racial dos editores da *Folha* em relação aos negros. Este axioma pode ser apreendido desde quando o periódico estudado – A Folha de São Paulo – ainda não era conhecido por este nome. O juízo acastelado pelos editores da *Folha da Manhã* em 1940 não se transformou em dogma. A preocupação com o negro demonstrada no editorial do dia 2 de agosto de 1991 – *igualdade ilusória* - deve ser encarada como produto de múltiplas reconstruções e de heterogêneas conjunturas sócio-políticas ocorridas desde a data que o editorial *da Folha da Manhã* foi registrado. Desse modo, fica explícito que o pensamento expresso em relação ao negro nas linhas editoriais da *Folha* nos dias correntes, não corresponde exatamente ao juízo informado no editorial do jornal que o precedeu.

O termo *raça* apareceu no editorial do dia 2 de agosto de 1991 e fez referência à *brutal inferioridade* que estreita as chances dos afrodescendentes ascenderem no trabalho. A impossibilidade de ascensão social dos negros condiciona-os a permanência nas camadas mais pobres onde, segundo o editorial, são as únicas camadas onde não há distinções econômicas entre as raças.

3.3.2 Racismo

Da mesma forma que o termo *raça*, a denominação *racismo* foi pouco recorrente nos editoriais sobre a África do Sul.

Uma das dificuldades que atestam a complexidade e os obstáculos existentes para se discutir embasadamente o termo *racismo* podem ser constatados pela ausência deste conceito no dicionário etimológico consultado²⁰⁵. Embora o dicionário não trate do termo racismo, o dicionário Aurélio da língua portuguesa define racismo como:

Palavra que tem o termo raça como sufixo formador da palavra; substantivo masculino. 1. Doutrina que sustenta a superioridade de certas raças. 2. Preconceito ou discriminação em relação a indivíduo(s) considerado(s) de outra(s) raça(s); de onde deriva a palavra racista. (HOLANDA, 2010, p.635).

²⁰⁵ CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Se a palavra *raça* se constitui como o sufixo formador do termo *racismo*, pode-se deduzir que o termo *racismo* provém do conceito de raça. Não por acaso, essa idéia foi fixada na memória coletiva articulando o racismo como derivado do conceito de raça. Nos dias correntes, apresenta-se como um difícil obstáculo na busca de explicações coerentes para aparecimento e a operacionalização do racismo. Já o dicionário Houaiss, conceitua racismo primeiramente como um substantivo masculino, para em seguida defini-lo como: *Discriminação baseada na suposta inferioridade de certas raças*²⁰⁶.

Parece haver consenso entre os dois dicionários em relação à classificação gramatical do termo racismo. Ambos corroboram que a nomenclatura é um substantivo masculino. Sobre a conceituação do termo racismo, parece não haver apenas uma diferença nas denominações apresentadas pelos dois dicionários, mas sim uma oposição. Enquanto o dicionário Aurélio define racismo como: *Doutrina que sustenta a superioridade de certas raças*. O dicionário *Houaiss* apresenta a mesma definição em outras palavras, a saber: *Discriminação baseada na suposta inferioridade de certas raças*. Desse modo, enquanto o dicionário Aurélio da língua portuguesa apresenta racismo como doutrina que sustenta a superioridade das raças, o Houaiss, adota o mesmo pressuposto.

Já o dicionário de *nomes, termos e conceitos históricos* define racismo como:

Termo moderno (nos dicionários europeus ele surge pela primeira vez, em 1932, definido como “partido dos racistas”), empregado para caracterizar o tipo de comportamento de pessoas com referência a grupos antropológica e socialmente diferenciados. (...) o racismo presume “superioridade” que conduz a várias práticas, “do paternalismo ao genocídio, passando pela segregação e pelo *pogrom*. Todo racismo é pragmático, jamais especulativo, o que o torna odiosamente organizado (AZEVEDO, 1999, pp. 381-382).

Cabe perceber que o dicionário mencionado não tem uma definição sobre quais pilares – superioridade ou inferioridade - se fundam a ideologia do racismo, pois, para este instrumento do conhecimento: *“o racismo presume “superioridade” que conduz a várias práticas”*. Deve-se ter cautela com a definição deste dicionário quando esta se refere à *modernidade*²⁰⁷ do termo racismo. A modernidade atribuída à palavra racismo

²⁰⁶HOUAISS, A; VILLAR, M.S. *Mini dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

²⁰⁷HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006, pp. 83-115.

na citação referida pode ser entendida sob duas perspectivas. A primeira é cronológica. Refere-se ao período posterior às transformações sócio-políticas derivadas das revoluções francesas e industrial.

A segunda perspectiva em que o termo *modernidade* pode ser analisado é histórica. A modernidade tal qual conhecemos na contemporaneidade pode ser interpretada como produto das transformações oriunda das Revoluções francesa e industrial, precisamente. O aparecimento e a utilização do conceito de *raça* na Europa é um dos exemplos dos desdobramentos do contexto de mudanças no Velho continente nos fins do século XVIII e durante todo o século XIX. O uso corrente dessa, além de estabelecer profundas clivagens sociais nas relações humanas, perceptíveis nos dias correntes, abriu espaço para que o entendimento sobre o racismo como ideologia e sua derivação do termo *raça* fosse feita de maneira distorcida. A idéia fixada na memória popular coletiva de que racismo é uma experiência contemporânea compõem-se como evidência da distorção referida.

A concepção de racismo como decorrência direta do conceito de raça, impera por um questionamento. Se seguirmos a idéia de que o racismo, realmente, passa a existir a partir da consolidação da concepção biológica atribuída a palavra raça, é correto pensar que antes da biologização das relações raciais não havia racismo? Nossa interrogação não tem como perspectiva esvaziar a importância do conceito de raça, mas sim, assinalar o fato de que nas populações melanodérmicas²⁰⁸, o projeto racializado sistemático desenvolvido nos séculos XVIII e XIX, só pode ser viabilizado sobre o fenótipo. Para Moore (2007), o juízo de que o racismo seja uma experiência dos nossos dias ou que tenha se originado com a escravização dos africanos no século XVI, não se sustenta.

Antes de abranger o termo racismo e perceber os sentidos inerentes a sua grafia nos editoriais da Folha, o equívoco de abordá-lo como derivado direto do termo raça, deve ser solapado. Seguindo as múltiplas definições existentes para o conceito de racismo, a enciclopédia brasileira da diáspora africana entende racismo como:

Doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, lingüísticos, religiosos etc sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as idéias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade (LOPES, 2004, p. 557).

²⁰⁸ O termo melanodérmico é derivado da palavra melanoderme, que significa pessoa cujo organismo apresenta melanina, o pigmento humano da pele negra. Ver: NASCIMENTO, Elisa Larkin. In. de (Org). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica*. Vol.4. São Paulo: Selo negro, 2009.

Todas confluem com o argumento de que o racismo constitui-se como *doutrina ou ideologia que prega a superioridade entre as raças*. Considerando as variadas definições, deve-se perceber se os sentidos atribuídos ao termo racismo, presentes em alguns editoriais da *Folha*, divergem ou se aproximam das conceituações já citadas.

Se por um lado os editores da Folha destacam a positividade da participação dos brancos no processo decisório sul-africano, por outro ressaltam que, mesmo com a praticidade desse aspecto, o processo de declínio do apartheid não esteve livre de obstáculos como os brancos extremistas que votaram no “não”. De acordo com os editores, aqueles que foram contrários ao desmantelamento do apartheid foram os partidários do racismo retrogrado e incivilizados; enraizados nas memórias dos períodos mais odiosos da história:

Deve-se ressaltar ainda que mesmo agora, o processo não está livre de obstáculos como os 31% dos brancos extremistas que votaram “não”. Partidários do racismo retrogrado e incivilizado; saudosista dos períodos mais odiosos da história, ameaçaram até tomar armas pelo apartheid no que teriam que ser combatidos com todo rigor (editorial, 19 de agosto de 1992).

Observa-se que o sentido da terminologia racismo empregada nesse editorial, está associada às idéias, doutrinas ou ideologias de superioridade das raças, portanto, o significado implícito está de acordo com as definições adotadas anteriormente. Percebe-se que os partidários do racismo referido, o externalizam de maneira tão extremada que recobra a memória de anos onde as perseguições raciais, atingiram o ápice de sua intensidade. Assim, a opção pela luta armada com a finalidade de sustentar o regime segregacionista, apresentou-se concomitantemente, como uma estratégia definitiva de manutenção do *status quo*.

O termo racismo aparece no editorial da *Folha*, em 13 de fevereiro de 1990 que tem por título: *Libertação de Mandela*. Os responsáveis pela redação deste editorial destacam o papel histórico que a libertação do líder negro Nelson Mandela assumiu, em âmbito internacional, na luta contra o apartheid. Este papel, segundo os editores, não excluem as incertezas ocultas em torno de um dos mais odiosos, injustificáveis e desumanos sistemas de organização social que se tem notícia no planeta.

A libertação do líder Nelson Mandela representa, certamente, um marco histórico no processo de luta contra o regime do apartheid na África do sul; o entusiasmo e a esperança que desperta, em âmbito mundial, não excluem entretanto as incertezas de que se cerca o processo de um dos mais odiosos,

injustificáveis e desumanos sistemas de organização social que se conhece no planeta (editorial, 13 de fevereiro de 1990).

Os editores destacam as opiniões dos setores mais radicais que se opuseram, na ocasião, as reformas empreendidas pelo presidente Frederik De Klerk. Mandela, na visão dos editores, teria que enfrentar os desafios inerentes ao fim do apartheid, além de confrontar-se internamente com conflitos internos e com o Congresso Nacional Africano (CNA) que não tinha se decidido pela via do entendimento ou da negociação.

Nos setores mais radicais pró-apartheid sabe-se das resistências que as tentativas de reforma empreendidas pelo presidente De Klerk tendem a despertar, Nelson Mandela, por sua vez, terá de haver-se com os conflitos internos de um movimento que ainda não se decidiu integralmente pela via do entendimento e da negociação (Idem).

Contrariando as expectativas, as declarações de Nelson Mandela tinham deixado o pensamento nítido de que a luta armada apresentava-se como necessária para por termo ao regime segregacionista. Concomitantemente, Mandela afirmou que os sul-africanos, independentes das colorações de suas epidermes concordavam em reconhecer que o segregacionismo não tinha futuro. A intensidade do receio na África do Sul pós-apartheid confirma as tensões existentes entre os esforços de negociação e a aposta de uma ruptura violenta por parte dos extremistas.

Bem ao contrário, as declarações do líder anti-apartheid vieram frisar explicitamente a idéia de que a luta armada continua a ser necessária para vencer o regime racista. Ao mesmo tempo, Mandela afirmou que: “a maioria dos sul-africanos, brancos e negros, reconhece que o apartheid não tem futuro”; pode-se notar, assim, um jogo cuidadoso entre o esforço de negociação e a aposta numa ruptura violenta, sendo incerto, até agora, o peso que as diversas correntes pró e contra o apartheid terão nesse processo (Idem).

Enquanto parte da opinião pública sul-africana e mundial aguardava do líder Nelson Mandela declarações contrárias ao prosseguimento da luta armada, essas não ocorreram. A opção pelas armas, segundo Mandela, apresentou-se como uma necessidade fundamental para debilidade do regime separatista. Clivagens sociais evidenciaram tramas entre a negociação e a possibilidade de resolução das divergências políticas, por meio da violência. Por fim, os editores distinguiram o Zimbábue como exemplo de país africano, onde a transição pacífica de uma sociedade na qual o racismo foi institucionalizado para uma sociedade democrática, deveria ser seguida. Os responsáveis apontam ainda que o uso da violência como uma estratégia para abolir a

segregação pode ser explicável pela intensidade de tensões acumuladas por décadas de segregação. De acordo com os editoriais, na África do Sul pós apartheid, as conseqüências do separatismo podiam originar implicações maléficas aos próprios ideais de justiça e liberdade pensados para o país.

O exemplo de transição pacífica para uma sociedade sem *racismo* institucionalizado, que se registra no Zimbábue (ex-Rodésia) talvez possa ser apontado como alternativa a processos mais traumáticos de mudança; a tentação de romper pela violência com o regime, ainda que explicável pela carga de tensões acumuladas durante décadas de injustiça e opressão, tende a acarretar conseqüências de tal modo nocivas aos próprios ideais de justiça e liberdade que só pode ser visto com angústia e preocupação (Idem).

Nota-se que o país selecionado pelos editores da Folha de São Paulo como referência de transição pacífica de uma sociedade, onde o racismo foi institucionalizado para uma sociedade abertamente democrática, é um país onde o presidente está no poder desde 1980, portanto, doze anos, considerando o ano da veiculação do editorial em questão - 1992. Em maio de 2011, Robert Gabriel Mugabe, ainda é o presidente do Zimbábue²⁰⁹. Ao sugerirem a transição da sociedade segregacionista para uma sociedade democrática na ex-Rodésia como exemplo para África do Sul, será que as pessoas que escreveram o editorial estudado sabiam da monopolização do poder por Robert Mugabe?

É importante destacar que quando os editores se referem ao *exemplo de transição pacífica para uma sociedade sem racismo institucionalizado*²¹⁰, entendemos aqui o racismo - o qual a sua extinção é o objetivo final da transição - de acordo com a definição do dicionário de *nome, termos e conceitos históricos* de que o racismo *presume superioridade*²¹¹, ou mesmo se adotarmos a conceituação do dicionário Aurélio de que racismo compreende uma *Doutrina que sustenta a superioridade de certas raças*²¹², fica nítido que o pensamento dos editores em relação a uma *sociedade sem racismo institucionalizado*, também é uma sociedade onde a idéia de superioridade não deve prevalecer. Dessa maneira, nas oportunidades em que o termo racismo apareceu nos editoriais sobre a África do Sul não ficou constatado que os editores da Folha

²⁰⁹ MOORE, Carlos. *África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2008.

²¹⁰ Editorial de, 13 de Fevereiro de 1990.

²¹¹ AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999, p. 36.

²¹² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini-Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010, p. 635.

tivessem advogando qualquer definição do racismo que fosse diferente das observadas nessas análises.

3.3.3. Etnia e étnico/tribal nos editoriais sobre a África do Sul

As designações tribal/étnico foram mencionadas em sete oportunidades nos editoriais referentes a África do Sul. Serão analisadas aqui apenas as situações que acredito melhor ilustrar as circunstâncias em que essas categorias foram apresentadas, associava-os frequentemente a conflitos, confrontos ou hostilidades políticas do pós apartheid.

Originados no século XIX, o termo tribo²¹³, de onde deriva a palavra tribal, e etnia²¹⁴, remontam ao contexto da biologização das relações sociais oriundos com aparecimento conceito de raça. Com o aparecimento simultâneo às disciplinas científica/acadêmicas, história, antropologia, etnologia, sociologia no século XIX, esses termos foram adotados por dois campos da antropologia²¹⁵, disciplina que estuda a diversidade humana. As relações entre antropologia, etnia, etnografia, etnologia, tribo estreitaram-se.

Coube ao francês Vacher de Lapough o mérito da introdução do termo etnia no campo das ciências sociais buscando compreender quais princípios eram responsáveis pela atração e a separação das populações. É importante frisar que no momento do seu advento no campo científico não foi atribuído grande importância a este conceito. Percebe-se, que a inserção do termo etnia nas ciências sociais, em termos cronológicos, pois ambos remontam ao século XIX, acontece no momento em o conceito de raça está a se consolidar no continente europeu. Entre os teóricos modernos, as definições de “etnia” ou “étnico” foram condicionadas a abranger, de uma só vez, múltiplos sentidos que se encontram de alguma forma amalgamada as noções tradicionais do conceito raça (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 1998, p.33).

²¹³ GODELIER, Maurice. “O conceito de tribo. Crise de um conceito ou crise dos fundamentos empíricos da Antropologia. In: *Horizontes da Antropologia*. Lisboa: Edições 70, s/d, pp.13-160.

²¹⁴ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

²¹⁵ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*, DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

É importante fazer referência as complexidades existentes entre os termos raça e etnia para contextualizar o emprego da biologia nas relações humanas iniciada em fins do século e no correr do século XIX. A partir da segunda metade do século XX, o termo raça, contrariamente ao que defendiam os teóricos do século XIX, adquire outra acepção.

É verdade que, em sua acepção contemporânea, o termo “raça” (ou o qualitativo “racial”) não mais denota a hereditariedade biossômática, mas a percepção das diferenças físicas, no fato de elas terem uma incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos e as relações sociais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.41).

As transformações da acepção da terminologia raça imperaram para que o conceito de etnia percorresse, de acordo com o contexto, as trajetórias semelhantes às traçadas pelo termo raça. A reelaboração do conceito de raça e os sentidos atribuídos ao termo *etnia* pelas ciências sociais francesas nos fornecem os conceitos e novas definições acerca deste termo (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p.42-43).

Longe de estabelecer o ponto de vista das ciências sociais francesas como dogma, a opinião deste campo de estudos, considerando os contextos, faz com que se perceba a continuidade dos antigos debates acerca das afinidades e dessemelhanças entre as definições de raça e etnia. Hoje, esses debates estão dissociados do pensamento biologizante do início do século XIX, porém, estão no centro de intensas celeumas acadêmicas que resultaram em variadas interpretações e conceituações sobre os termos mencionados. Diversos teóricos emitiram opiniões e percepções em torno do campo da etnicidade, precisamente, as preocupações que se destinavam a um consenso sobre a definição do conceito de etnia (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Para apreender as terminologias usadas nos editoriais da Folha e perceber se as mesmas estão embasadas em teorias raciais tradicionais do século XIX, é necessário conhecer algumas das múltiplas conceituações e reelaborações ocorridas no percurso desde que o termo começou a ser usado.

O conceito de etnia no dicionário Aurélio estimula a reflexão sobre o que vem a ser grupos étnicos, quais os seus critérios de definição, bem como os limites e suas fronteiras. Nesse sentido, os editoriais da *Folha*, ao mencionar os termos etnia e/étnico os associavam à conflitos, deixando entrever a noção de grupo, ou seja, a idéia de conflitos étnicos como conflitos entre grupos culturalmente distintos.

Em *Chacina sul-africana*, editorial de 20 de Junho de 1992, o termo *étnico* foi escrito como forma de ilustrar as rivalidades entre diversos grupos culturais. O editorial utiliza o episódio da queda dos governos comunistas na Europa para ilustrar a complexidade do processo de desconstrução do apartheid na África do Sul, e destaca como os processos políticos para suprimir a segregação, abriram espaço para que antigas rivalidades nacionalistas e étnicas ressurgissem em conflitos violentos e bárbaros.

Num fenômeno de certa forma semelhante ao ocorrido após a queda dos governos comunistas na Europa, o processo de extinção da África do Sul parece ter aberto espaço para que antigas rivalidades nacionalistas, rivalidades étnicas e confrontos tribais escalassem novos patamares de barbarismo e violência (editorial, 20 de Junho de 1992).

Considerando a análise dos termos etnia/étnico, destaca-se nesse editorial²¹⁶, a sua vinculação a termos como: *chacina*, *barbarismo* e *confrontos tribais*. Esses termos remetem-nos a conjuntura da biologização das relações raciais no século XIX, fase em que os mesmos começaram a ser amplamente difundidos. Os editores usam o termo étnico para fazer alusão às divergências políticas existentes entre as diversas culturas sul-africanas. Não fica evidente se o termo *étnico* usado pelos editores está relacionado com a noção homogênea de raça que até a primeira metade do século XX²¹⁷ esteve inseparável do conceito de etnia, ou se o termo *étnico* está dissociada do seu peso discriminatório e pejorativo.

Outra passagem do editorial diz: *parece ter aberto espaço para que antigas rivalidades nacionalistas, rivalidades étnicas e confrontos tribais escalassem novos patamares de barbarismo e violência*²¹⁸. Ao externalizar sua opinião do jornal sobre as consequências que o fim do regime do apartheid na África do Sul estava à ocasionar, a partir de expressões como, *rivalidades nacionalistas, étnicas e confrontos tribais*, pode-se remeter a distintos momentos históricos. Ao se referir as *rivalidades nacionalistas* pressupondo as especificidades da história da África, particularmente da África do Sul, a expressão *rivalidades nacionalistas*, tendo como referência as décadas das independências africanas, pode ser interpretada como reelaboração da ideologia euro-ocidental sobre a nação²¹⁹.

²¹⁶ *Chacina sul-africana* Editorial, 20 de Junho de 1992.

²¹⁷ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

²¹⁸ *Chacina sul-africana* Editorial, 20 de Junho de 1992.

²¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos: desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

As *rivalidades nacionalistas*, as quais o editorial explicita, estimula-nos a pensar na homogeneização da diversidade cultural presente em múltiplas áreas de culturas a partir da concepção ocidental de nação. Essa interpretação deixou de considerar as históricas fronteiras culturais presentes nas interações de diversas áreas de cultura para estabelecer limites territoriais geográficos, supostamente “exatos”. Ao deixar de reconhecer as interpenetrações culturais e seus limites geográficos, as elites africanas responsáveis pelo processo das independências, ao optarem pelo paradigma ocidental de nação, passaram a transferir para o âmbito do “nacionalismo”, e conseqüentemente da nação, históricas clivagens sociais que no período anterior às descolonizações, valorizavam consideravelmente o fator da etnicidade na compreensão das divergências políticas existentes entre os variados grupos étnicos.

Ao submeter os territórios-culturais de uma multiplicidade de grupos étnicos africanos ao conceito euro-ocidental de nação, os limites culturais, antes característicos de antigas relações sociais complementares, foram substituídos por vínculos nacionais, ou melhor, “nacionalistas”. O estabelecimento de fronteiras “fixas” entre os recém estados africanos independentes serviu como pano de fundo à construção de juízo equivocado de que cada etnia compunha-se como uma nação. Ao interiorizarem os ideários nacionalistas ocidentais, uma variedade de grupos étnicos optam por reivindicações sob o argumento nacional, ou seja, as divergências e desentendimentos deixam de ser étnicos para ser nacionais.

Embora as controvérsias sobre os impactos e conseqüências da introdução da idéia de nação nos países africanos tenha ocupado um espaço significativo nas discussões políticas e acadêmicas, a recepção desse conceito por parte das elites africanas não se deu com igual intensidade, nem ocorreu de maneira homogênea. Se tomarmos como referência o período em que a idéia de *nação* tornou-se senso comum entre os países recém independentes, a absorção desse conceito por parte de políticos e intelectuais ocorreu de maneira cumulativa, gradativa e em momentos históricos que variaram de país para país, de contexto para contexto. Cabe salientar que as controvérsias acerca da concepção de *nação* adotada por muitos estados africanos independentes estão estreitamente vinculadas ao período das primeiras independências, portanto aos anos cinquenta do século XX²²⁰.

²²⁰ BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981.

Enquanto a expressão *rivalidades nacionalistas*²²¹ recua para um contexto que relembra os anos cinquenta do século XX, expressões como *confronto tribais* e *rivalidades étnicas* podem nos remeter a períodos ainda mais antigos que o aludido anteriormente. O conceito de tribo²²² e de etnia são dois exemplos usados na atualidade jornalística, mas que guardam um passado estreitamente associado ao juízo biológico de raça. Os editoriais que trouxeram as clivagens da África do Sul pós-apartheid como temas centrais, em sua maioria, se referiram aos conflitos étnicos sul-africanos como *tensões raciais* ou como *conflitos tribais*. O editorial de 8 de maio de 1994 que tem por título: *O desafio de Mandela*, ilustra a maneira diferenciada como os editores da *Folha* fizeram menção aos descontentamentos políticos das etnias sul-africanas.

O editorial trata da vitória do Congresso Nacional Africano (CNA) e a indicação de Nelson Mandela como chefe de Estado. Se por um lado, sua eleição finaliza uma parte do ciclo pós-apartheid, por outro, inicia ciclo de imensos desafios à construção da uma sociedade multirracial sul-africana. Após a celebração de inéditas vitórias políticas, desafios pontuais se impõem, sendo assim:

A vitória do CNA (Congresso Nacional Africano) nas primeiras eleições livres da África do Sul e a virtual indicação de Nelson Mandela como chefe do estado que o manteve como prisioneiro durante 27 anos põe fim ao longo e conturbado processo de desmantelamento do apartheid. Constituem, porém, o início de outro longo e conturbado processo, de combate ao perverso legado do regime racista. De fato, passado o impacto da histórica vitória de Mandela, passadas as justificadas celebrações por parte de uma população antes privada de direitos fundamentais, a magnitude da tarefa diante do novo governo deve rapidamente substituir o júbilo pela sobriedade (editorial, 8 de maio de 1994).

O combate às desigualdades econômicas, segundo os editores, apresentava-se como o principal desafio do novo chefe de Estado. Além deste, a distribuição de renda, os índices educacionais, os desempregos apresentavam-se como outros desafios entre os quais o novo presidente deveria equilibrar entre as exigências naturais da maioria negra e as reivindicações da minoria branca, monopolizadora da economia da África do Sul pós-apartheid. Diante dos desafios postos ao novo líder sul-africano, democraticamente eleito, as tensões raciais, bem como os conflitos entre as tribos negras, embora distintos da experiência social brasileira, como frisaram os editores, apresentavam-se como complicador na resolução das demandas sul-africanas.

²²¹ *Chacina sul-africana* Editorial, 20 de Junho de 1992.

²²² GODELIER, Maurice. “O conceito de tribo. Crise de um conceito ou crise dos fundamentos empíricos da Antropologia. In: *Horizontes da Antropologia*. Lisboa: Edições 70, s/d, pp.13-160.

O desafio maior que se destaca sem dúvida é o de atenuar as desigualdades que rasgam a sociedade sul-africana no que se refere a distribuição de renda, níveis educacionais, indicadores sociais, desemprego. Para isso o novo governo terá que equilibrar entre pressões da maioria negra – naturais até, ainda que pouco realistas – por uma melhoria imediata das condições de vida e o cuidado de não hostilizar os brancos – que detém o controle da riqueza do país. À parte o complicador representado por essas *tensões raciais*, assim como pelos *conflitos entre as tribos negras (...)*(idem).

As *tensões raciais* as quais os editores se referem, não poderiam ser abordadas como *tensões étnicas* na experiência da África do Sul? O que o editorial cita como *conflito entre as tribos negras*, no contexto que os editores mencionam, não poderia ser analisado como uma disputa política entre os grupos étnicos²²³ pelo controle dos recursos estratégicos os quais o estado dispõe? Percebe-se que nos editoriais sobre o pós apartheid na África do Sul, as divergências políticas existentes entre os diversos grupos étnicos, influenciadas por contextos históricos distintos, foram tratados pelos editores correntemente como *conflitos* ou *disputas tribais*.

Contemporâneo, ou mesmo produto do conceito biológico de raça, o termo tribo foi usado originariamente no sentido de diferenciar o desenvolvimento das estruturas organizacionais das sociedades euro-ocidentais (as cidades) em relação às populações não brancas. As tribos, portanto, seriam a concepção racializada clássica do século XIX, o avesso do arcabouço social-organizacional europeu, ou seja, uma forma de ilustrar a incapacidade das populações não européias de adotarem os paradigmas habitacionais do ocidente.

Ainda que o conceito de tribo tenha passado por incontáveis reconstruções em seus sentidos e significados, desde a sua aparição e utilização, é difícil dissociá-lo, na contemporaneidade, do conteúdo racial-biológico que esteve inseparável desta apreciação em sua origem. Para compreender as reelaborações e os sentidos inseridos no termo tribo e outros termos derivados, presentes nos editoriais da Folha, a abertura de uma categoria explicativa se faz imperativa.

²²³ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998, p.191.

3.3.4 Tribos/ conflitos tribais

Neste tópico pretendo analisar como os editoriais da *Folha de São Paulo* referiram-se aos conflitos ocorridos na África do Sul e o que os editores denominam por conflito tribal. Entendemos que para fazer referência aos *conflitos tribais* sul-africanos, é necessário perceber a palavra que está na raiz da derivação, no caso, o termo *tribo*²²⁴. Antônio Geraldo da Cunha sinaliza duas possibilidades etimológicas para o termo tribo, segundo Cunha, tribo é: *cada uma das partes que se dividiam algumas nações ou povos antigos* 'grupo étnico unido pela língua, pelos costumes, e que vive em comunidade' XIV. Do Lat. *Tribus-us* e *Elem.comp. do Gr. Tribo "atrito", que se documenta em alguns vocs. Introduzidos a partir do século XIX, na linguagem erudita* (CUNHA, 2010, p.650). Já o dicionário Aurélio, apresenta duas definições para a terminologia tribo.

Cada uma das subdivisões de certos povos da antiguidade (como os romanos e os hebreus). 2. *Antrop.* Grupo social com relativa coesão territorial, lingüística e cultural, sem autoridade central nem organização política fortes, e que pode incluir famílias ou subgrupos em estreita interação (FERREIRA, 2010, p.756).

É importante ressaltar a proximidade entre as definições etimológica e semântica. Enquanto para Cunha (2010) no dicionário etimológico da língua portuguesa, tribo é: *cada uma das partes que se dividiam algumas nações ou povos antigos* 'grupo étnico unido pela língua, pelos costumes, e que vive em comunidade' XIV, no dicionário Aurélio, a tribo é definida como: *Cada uma das subdivisões de certos povos da antiguidade (como os romanos e os hebreus)*. É forçoso pontuar que, a antiguidade aparece como um ponto comum entre as duas definições, pois, ambas, partem do pressuposto de que a tribo era um tipo de estrutura organizativa em que se dividiam as populações na antiguidade.

A enciclopédia brasileira da Diáspora africana apresenta para a terminologia tribo a seguinte definição: *Grupo de indivíduos da mesma etnia, cultura e língua que tem história e especificidades comuns, mas nenhum ou mínimo poder centralizado* (LOPES, 2004, p.658). Lopes (2004) observou que a palavra tribo está relacionada à

²²⁴ GODELIER, Maurice. O conceito de tribo: crise de um conceito ou crise dos fundamentos da antropologia. GODELIER, Maurice. "O conceito de tribo. Crise de um conceito ou crise dos fundamentos empíricos da Antropologia. In: *Horizontes da Antropologia* Lisboa: Edições 70, s/d, pp.13-160.

diversidade étnica africana. Esta advertência pode ser adotada como referência para se perceber a dificuldade em se estabelecer critérios para a definição do conceito de tribo. Desse modo, Lopes (2004) aponta o exemplo do grupo étnico Ibo da Nigéria e indica que:

O povo Ibo, da Nigéria com seus 17 milhões de componentes, é classificado como tribo, enquanto outros grupos étnicos europeus, muito menores, são dignificados como nacionalidades. No século XIX – lembra – a nação estado Zulu, governada por um rei, tinha tanto de tribo quanto a Inglaterra de Henrique VIII (...) (LOPES, 2004, p.658).

Considerando os obstáculos existentes para conceituação do termo *tribo*, como demonstra a citação, o critério de densidade demográfica apontada no lembrete da enciclopédia, deixa explícita a impossibilidade de uma homogeneização conceitual para esta palavra. Maurice Godelier ao prover sua argumentação sobre o conceito de tribo amplia os limites teóricos desta controvérsia a discussão sobre o entendimento dos múltiplos contextos que os antropólogos entendem o conceito de tribo. De acordo com Godelier:

Os antropólogos designam habitualmente pelo termo “tribo” duas realidades, dois domínios de fatos diferentes mas ligados. Por um lado, quase todos se servem dele para distinguir um tipo de sociedade entre outras, um modo de organização social específica que comparam a outros modos da sociedade, “bandos”, “estados”, etc. Este ponto, no entanto, não tem unanimidade entre eles, em consequência da imprecisão, do caráter vago de critérios selecionados para definir e isolar estes diversos tipos de sociedade. Mas o desacordo mais profundo a propósito do segundo uso do termo tribo, quando serve para designar um estágio da evolução (GODELIER, ANO, p.131).

Essa citação, é o juízo que melhor representa os infindáveis debates acadêmicos acerca da terminologia empregada. Cabe destacar que discussões que ocuparam no passado um espaço considerável nas ciências humanas e sociais podem ser percebidas nos debates contemporâneos. Para Godelier, parece não haver dúvidas sobre a concordância de que ao se referir a uma *tribo*, em qualquer região do globo, estaria a se referir a uma *organização social específica* na perspectiva comparativa a outras formas de organização como os “bandos” e/ou “estados”. Este autor deixa subtendido que as ambigüidades inerentes a esta semântica, estão mais associadas aos posicionamentos ideológicos – a maneira como os antropólogos fazem o uso do termo - dos antropólogos do que aos sentidos pejorativos amalgamados a essa palavra.

Embora a terminologia *tribo* em nossos dias não esteja tão carregada de ideologia como no século XIX e na primeira metade do século XX, atualmente, é

descartado um discernimento criterioso monolítico. Outro ponto que merece destaque na enciclopédia é o destaque implícito da onipresença do eurocentrismo nas tentativas de classificações euro-ocidentais a partir do século XIX. Ao destacar a diferenciação de critérios para estabelecer quais sociedades estavam ou não organizadas sob a denominação tribo, a opção consolidada no entendimento de que os grupos étnicos europeus estavam inseridos comumente no âmbito da nação e da nacionalidade e os não europeus, constantemente associados à tribo como forma de pontuar a inferioridade atribuída a si, explicita a manipulação política dos sentidos os quais este termo foi influenciado. O dicionário de nomes, termos e conceitos históricos adota a seguinte conceituação para tribo:

Forma de organização social que, via de regra, compreende território, idioma e padrões culturais comuns. (...) o termo implica caracterizar também sentimentos básicos compartilhados por todos os que a compõe. Na antiguidade clássica, sobretudo, a tribo desempenhou sempre papel relevante. Na Grécia, a população era distribuída em tribos (phylé), sendo exemplo conhecido o de Atenas no século VI a.C, quando o legislador Clístenes, ao efetuar profunda reforma na cidade, substituiu as quatro já existentes por dez novas tribos (...) (AZEVEDO, 1999, p.440).

Cabe notar a semelhança entre as definições apresentadas por Antônio Geraldo da Cunha no dicionário etimológico e pelo dicionário Aurélio da língua portuguesa, pois, ambas se apropriam da antiguidade clássica euro-ocidental como os exemplos que melhor ilustram as particularidades das organizações sociais e suas respectivas épocas e contextos. Já a conceituação fornecida, e mencionada acima, por Antônio Carlos do Amaral Azevedo, no dicionário de *nomes, termos e conceitos históricos* não se restringe a aludir à tribo apenas como *Cada uma das subdivisões de certos povos da antiguidade*, como destaca a conceituação encontrada no dicionário Aurélio.

Ao apontar o período antigo como conjuntura particular do uso da terminologia tribo, fica explícito que esta nomenclatura não foi especificamente tecida na modernidade advinda com o século XIX. Percebe-se que a categoria tribo possui sua origem na antiguidade ocidental - particularmente na Grécia – porém, os sentidos atribuídos a esta variaram e se reconstruíram no decorrer da história. Uma ressalva relacionada às definições do conceito tribo deve ser considerada. Embora as acepções apresentadas tenham feito referência ao conceito de tribo como organização social muito corrente no período antigo, nenhuma das conceituações fizeram qualquer advertências ao surgimento do conceito de raça, de suas teorias e das relações destas com o conceito de *tribo*.

Ao analisar o aspecto do conceito de *tribo* na forma *de conflitos/confrontos tribais* nos editoriais da Folha de São Paulo, o fazemos no sentido de compreender a presença do próprio termo no pensamento do maior veículo de comunicação do país, já que um número considerável de intelectuais na contemporaneidade, em variados espaços acadêmicos, passaram a considerar o termo *tribo* como ultrapassado. Levando em conta o campo da subjetividade, a grafia e a longa duração das reconstruções sociais em torno da mesma, não é o objetivo desta crítica verificar a exatidão da concepção dos editores sobre o conceito de tribo, ou seja, se estes pensam tribo restritamente como organização social ou se na abordagem desse conceito produzida pela *Folha* a percepção da terminologia tribo estava amalgamada a mitos raciológicos oriundos do contexto do aparecimento da controversa definição de raça.

Entendemos que as conjunturas político-sociais de inúmeras sociedades, não de forma determinante ou isolada, ocupam ou podem ocupar um espaço considerável na explicação da utilização de termos e conceitos específicos. O caso do conceito de tribo torna-se um exemplo inegável do papel que os contextos político-sociais exercem na caracterização de períodos históricos precisos. Por perceber a importância dos contextos históricos, políticos e sociais, não optamos em perscrutar a exatidão da subjetividade dos editores em relação ao termo tribo. Acredito que o entendimento das circunstâncias as quais o conceito de tribo está inserido pode lançar luz sobre as intenções de seu uso. Dessa maneira, notar quais contextos estão inseridos no uso dos termos *tribos* ou *confrontos/conflitos tribais* nos editoriais da Folha torna-se exercício fundamental para entender que imagem da África os editores reproduzem.

Dos termos recorrentes nos editoriais em que a África do Sul apareceu como tema central, a expressão *confronto/conflito tribais-éticos*²²⁵ foi identificada cinco vezes. Por questões de tempo e espaço tratar-se-á dos editoriais que pensamos traduzir o contexto da transição da sociedade sul-africana do regime de segregação para a democracia multirracial. Em *Mandela, o estadista*²²⁶, constata-se que o termo tribo em sua derivação tribal faz alusão a um contexto de divergências e disputas. O editorial enfatiza o início do afastamento do líder Nelson Mandela da política sul-africana ao deixar a chefia do partido com o qual lutou contra o Apartheid.

Nelson Mandela iniciou o processo de aposentadoria da vida pública ao deixar esta semana a chefia de seu partido, o ANC (Congresso Nacional

²²⁶ Editorial publicado no dia 18 de Dezembro de 1997.

Africano) – coligação que comandou a luta contra o apartheid na África do sul e também um período de transição para a democracia multirracial no país (editorial, 18 de Dezembro de 1997).

O perfil de estadista e a capacidade de liderança de Nelson Mandela, evidenciados durante a transição do apartheid para democracia, não foi esquecido pelos editores. O editorial enfatiza, além do altíssimo prestígio gozado pelo então Presidente, a distinção de suas ações políticas, quando comparado a outros líderes que, ao contrário, não possuíam em seus currículos a experiência de vinte e oito anos de cárcere. Avesso às expectativas que parte considerável da opinião pública mundial acreditava se confirmar, a África do Sul não se tornou o campo de batalha que se esperava. Com reconhecida habilidade política, Mandela fez com que o país no pós-apartheid conseguisse preservar uma governabilidade estável, por outro lado não reuniu condições para impedir as segregações social e econômica.

Dentro de dois anos, quando deve ser eleito o novo presidente, Mandela sai da cena pública. São gestos que reafirmam seu perfil de estadista, um dos raros homens públicos deste final de século que merecem um qualitativo. Mandela já havia sabido liderar uma transição surpreendentemente pacífica, mesmo após anos de ódio acumulados em decorrência do brutal regime de segregação imposto pela minoria Branca. A maioria dos líderes em sua posição, ainda mais depois de ter passado 28 anos na cadeia, inclinar-se-ia pela vingança contra os opressores e não pela conciliação. Agora Mandela dispõe-se a abandonar, embora continue gozando de altíssimo prestígio (...). A África do sul continua sendo um país dividido por um apartheid, agora econômico e social (Editorial, 18 de Dezembro de 1997).

Ainda segundo o editorial, Mandela conseguiu manter a nação incólume, contrariando o juízo dos muitos que esperavam a desintegração da África do Sul sob disputas tribais, assim: (...) *Mandela conseguiu manter intacta a nação, contrariando as previsões de que a África do Sul seguiria o padrão da desintegração por disputas tribais* (editorial, 18 de Dezembro de 1997). Nesta citação, o termo tribo vem à tona sob sua derivação mais comum, *tribal*. As *disputas tribais*, da maneira que os editores se referem, foram apontadas como sendo o fator principal de uma possível “desintegração” do tecido social sul-africano. Se adotarmos o ponto de vista anunciado por Maurice Godelier sob as formas de abordagem mais correntes do termo tribo na antropologia, tornar-se arriscado definir com precisão a concepção de *tribo* fixada no imaginário dos editores ao se referirem as “*disputas tribais*”.

Não fica claro, se a terminologia tribo, da qual descende sua derivação *tribal* serve, segundo as palavras de Godelier para *distinguir um tipo de sociedade entre*

outras, um modo de organização social específica que comparam a outros modos da sociedade, “bandos”, “estados”, ou se as “disputas tribais” servem para designar, ainda segundo Godelier, um estágio da evolução. De acordo com as alterações proposta por este autor, referente ao tratamento dispensado pelos antropólogos ao termo tribo, se entendermos *tribo* como comparação de fases de desenvolvimento entre sociedades, e se considerarmos a forma como a concepção de tribo ficou fixada na memória coletiva da população, pode-se apreender que os sentidos implícitos a nomenclatura eram/são frequentemente atribuídos às sociedades “*menos evoluídas*”²²⁷.

Pode-se interrogar ainda, se as *disputas tribais* as quais Mandela conseguiu impedir e as quais o editorial se refere, pode ser interpretada, embasados por Godelier, como uma disputa entre organizações sociais possuidoras de diferenciados estágios de desenvolvimento? Ou será que os editores fazem referências às *disputas tribais* como uma espécie de competição entre organizações sociais específicas na perspectiva em comparar com outras experiências organizativas? A impossibilidade em prover respostas coerentes a esses questionamentos evidencia as complexidades e subjetividades por trás da definição *tribo*.

Outro editorial onde a derivação *tribal* estava vinculada a idéia de conflito, foi veiculado numa sexta-feira, 11 de Abril de 1994 tendo como título: *Eleições na África do Sul*. O editorial pondera a iminência das eleições, naquele período, marcadas para o dia 23/4/1994. Segundo os editores, havia que se ter cautela na comemoração da chegada da democracia, pois, naquelas circunstâncias, estavam sendo expostas as feridas de um país estigmatizado por quatro décadas de segregação racial. De acordo com o editorial analisado, paralelo ao advento das liberdades políticas surgiram problemas que, até então, não haviam sido enfrentados. A idéia de secessão do país, segundo os responsáveis pelo editorial, além de ser um dos principais problemas do inédito contexto sul-africano, foi responsável pelo acirramento de divergências étnicas antigas que os editores tratam como conflitos tribais, assim:

A proximidade das eleições na África do sul, marcadas para o próximo dia 23, mostram que a chegada da democracia, se deve ser comemorada, por enquanto apenas expõe as feridas de um país marcado por mais de quatro décadas de apartheid. A verdade, a liberdade política trouxe a tona novos e graves problemas aos sul-africanos – como a ameaça de divisão do país – e

²²⁷ SFORZA-CAVALLI, Luca; SFORZA-CAVALLI, Francesco. *Quem somos? A história da diversidade humana*. São Paulo: UNESP, 2002, pp.115-153; GOODY, Jack. *O roubo da História: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008, 145-177.

acirrou outros, mais antigos como o dos *conflitos tribais* (editorial, 11 de Abril de 1994).

Curioso notar, a alusão que os editores fazem ao acirramento dos *conflitos tribais* como um dos problemas, talvez o principal, a ameaçar a estabilidade do país. Imprescindível ressaltar que, mais importante do que identificar o número de vezes que a nomenclatura derivada do termo *tribo*, no caso a terminologia *tribal*, aparece nos editoriais da Folha de São Paulo, é perceber os riscos de determinar isoladamente os reais sentidos que os responsáveis pelo editorial atribuem à expressão “*conflitos tribais*”.

Em outro parágrafo do editorial aludido, fica claro que os *conflitos sangrentos* e as disputas eleitorais na África do Sul eram conflitos étnicos ou tribais vinculados à disputa política.

A situação ainda é, portanto, lamentavelmente sombria. Na reta da chegada da campanha, a disputa está extremeada por *conflitos sangrentos*. A etnia Zulu, liderada por Mangosuthu e Buthelezi, se opõe ao pleito e lutam nas ruas, com armas, com os Xhosas, representando politicamente o Congresso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela o provável vencedor. Alguns Zulus querem um reino separado. Afrikaners ultraconservadores, de tendência neo-nazista, pretendem lutar por um estado Branco independente (editorial, 11 de Abril de 1994).

No editorial em estudo, fica explícito que a expressão “*conflitos sangrentos*” se refere a *conflitos étnicos*, já que, na passagem posterior os editores destacam as reivindicações dos *Zulus* e dos *Xhosas*, no âmbito da etnicidade no contexto da África do Sul pós-apartheid. Não fica nítido, porém, se os responsáveis pela veiculação deste editorial, ao mencionarem a expressão “*conflitos sangrentos*” estão aludindo os mesmos *conflitos tribais*, citados anteriormente, ou, a menção à expressão *conflitos sangrentos* diz respeito à intensidade do emprego sistemático de violência nos múltiplos cenários políticos do continente africano. As ambigüidades amalgamadas à expressão *conflito(s) tribal(ais)* presentes nos editoriais do maior veículo de comunicação impressa do país, não manifesta de maneira uniforme o juízo dos seus responsáveis sobre a utilização de termos, expressões e conceitos que em outras conjunturas possuíam significados deturpados ou impregnados pelas teorias raciais.

3.4. Angola

Até a morte do principal líder da UNITA Jônatas Savimbi em fevereiro de 2002²²⁸, Angola foi cenário de uma guerra civil que durou cerca de vinte e sete anos e inviabilizou as estruturas políticas e sociais do país. A longa duração da guerra angolana não deve ser vista como um período que se caracterizou pelo uso ininterrupto da força e da violência pelas partes divergentes. Dos trinta e cinco editoriais totais pesquisados - os quais o continente africano esteve no centro das discussões, - três, foram direcionadas a analisar o contexto político deste país africano. Os editores da *Folha de São Paulo* parecem não perceber a diacronicidade presente na guerra civil de Angola.

Estes destacam somente as circunstâncias em que os conflitos internos se reiniciaram ou foram intensificados. Sem exceção, os três editoriais que versaram sobre a guerra civil de Angola enfatizaram a intensidade dos conflitos. O editorial de 15 de novembro de 1992 que teve por título *Angola e Brasil* destaca o reinício das divergências políticas em Angola enfatizando a inibição do governo brasileiro em assumir uma posição de destaque nas negociações de paz. O reconhecimento por parte do Brasil da independência deste país africano em 1975, na ocasião sob liderança do MPLA, se consolidou como principal argumento questionador da suposta posição da política externa brasileira na resolução da contenda angolana. Desse modo:

A *guerra civil* reiniciada em Angola a pouco vem adquirindo contornos mais difusos e inquietantes com o agravamento dos *combates* e as trocas de acusações entre o governo do MPLA e a oposição guerrilheira da UNITA. As primeiras informações davam conta de que a União pela Independência Total de Angola teria voltado às armas ao ser defrontada pelo movimento pela libertação de Angola no primeiro turno da primeira eleição livre da história do país africano (editorial, 15 de Novembro de 1992).

Os editores destacam o reinício da *guerra civil* angolana que, segundo estes, adquiria contornos *difusos* e *inquietantes*. Uma das informações colhida dava conta de que o motivo reiniciador do conflito teria sido pelo fato de que: *a União pela Independência Total de Angola teria voltado às armas ao ser defrontada pelo movimento pela libertação de Angola no primeiro turno da primeira eleição livre da história do país africano (editorial, 15 de Novembro de 1992)*. O termo *guerra civil*, o qual seu reinício ganhou destaque dos editores da Folha, foi um dos termos mais

²²⁸ M'BOKOLO, Elíxia. *História e civilizações: do século XIX aos nossos dias*. (Tomo II), Lisboa: edições colibri, 2007.

recorrentes (5 vezes) nos três editoriais em que Angola foi o assunto central, seguido por termos como: combate (5); cessar fogo (3); reféns (4); conflito (5); fraudes (2).

Outra passagem destaca a complexidade da conjuntura e ratifica a informação anterior, aventando a hipótese de que os motivos que provocaram o reinício da luta armada entre o MPLA e a UNITA não se restringiram unicamente as eleições. Uma emboscada supostamente orquestrada pelo governo para atentar contra a vida dos líderes da UNITA, segundo informações mais detalhadas, teria sido a divergência que contribuiu na retomada da contenda. Além das dúvidas que pairavam sobre os fatores que incitaram a retomada das armas por ambos os lados, os editores apresentam *a animosidade tribal típica de diversas nações africanas* como um dos fatores que não se apresentavam nitidamente, mas que ocupavam – e continuam a ocupar de forma reelaborada - um espaço considerável na aplicação e utilização da violência na guerra civil. Desse modo:

Hoje o quadro parece mais complexo e intricado, com suspeitas, por exemplo, de que a retomada do conflito pode ter sido impulsionada por uma *emboscada* supostamente armada pelo governo contra líderes da UNITA. Mesmo quanto ao pleito, há acusações não confirmadas de *fraude* e manipulação dos resultados, embora o resultado tenha a chancela da supervisão das Nações Unidas. Por baixo de todas as contradições e *rivalidades políticas*, vale lembrar, subjaz ainda a profunda *animosidade tribal típica* de diversas nações africanas cujas fronteiras foram arbitrariamente definidas por europeus (Editorial, 15 de Novembro de 1992).

Ao mencionarem *a animosidade tribal típica de diversas nações africanas*²²⁹, qual seriam os sentidos implícitos na palavra *típica*? No editorial estudado, será que *a animosidade tribal típica* seria um marcador particular das nações-étnicas africanas? Será que apenas as nações-étnicas africanas monopolizaram historicamente a *animosidade* expressada pelos editores? A palavra *típica* nas circunstâncias considerada estaria fazendo menção a *animosidade* como um marcador cultural específico das culturas oriundas na África? Por outro lado, o mesmo questionamento feito, anteriormente, sobre os sentidos implícitos nos termos *tribo/tribal* identificados nos editoriais da África do Sul, pode ser estendido ao caso de Angola por se tratar das mesmas terminologias identificadas.

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975, não impediu que a UNITA visse a presença do Brasil nas negociações de paz com reserva, depois de descobrir a presença de uma empresa de publicidade

²²⁹ *Angola e Brasil* Editorial, 15 de Novembro de 1992.

brasileira na campanha presidencial do Movimento pela Libertação de Angola – MPLA. O reconhecimento de um regime comunista por um país ditatorial anticomunista foi baseada, segundo os editores em uma decisão calcada no “*pragmatismo comercial*” da política exterior dos governos nacionais autoritários. Logo:

A questão da dificuldade na intermediação remete ainda para a posição delicada do Brasil no conflito. Apesar de, em tese, dispor de condições para assumir um papel construtivo na busca de uma solução negociada, o país vê-se impossibilitado de interferir em função do polêmico desempenho do Itamaraty à época da independência de Angola em 1975. O Brasil foi a primeira nação do mundo a reconhecer o novo país e o governo comunista do MPLA, numa decisão calcada no *pragmatismo comercial* puro que pautou a política externa dos governos autoritários nacionais (Editorial, 15 de Novembro de 1992).

O *pragmatismo comercial*, adotado pela política externa brasileira durante o período autoritário, marca a posição do Brasil em relação ao estabelecimento de um comércio atlântico Brasil-África. José Flávio Sombra Saraiva destaca a razão da política exterior nacional ter sido reorientada para o *pragmatismo*. Segundo esse autor:

(...) a política internacional do Brasil deveria ser pragmática. Seria ela que deveria enfrentar os verdadeiros desafios do projeto de desenvolvimento nacional. Por ela, o Brasil deveria evoluir dos postulados idealistas e juristas da política externa para a dimensão racional dos custos e benefícios da inserção mais agressiva no contexto internacional à busca de parceiros, mercados, capitais e interesses materiais concretos (SARAIVA, 1996, p. 131).

Percebe-se que *pragmatismo comercial* adotado pelo ministério das relações exteriores como alicerce para formulação da política externa nacional demonstrou o espaço que a economia passou a ocupar no contexto de desenvolvimento industrial. Nessas circunstâncias, merece destaque a manipulação da história pela política – desde os anos do presidente Jânio Quadros - ao perceber como discurso culturalista formulado pelo Itamaraty utiliza a experiência da escravidão brasileira como uma forma de facilitar a aproximação e fortalecimento das relações comerciais com os países africanos (SARAIVA, 1996, p.89).

A aplacada participação do Brasil no processo de negociação de paz, aludida pelos editores da Folha em 1992, pode ser atribuído a política econômica agressiva de inserção nacional no contexto internacional – *pragmatismo comercial* - estabelecida nos anos sessenta. Esta política hoje, longe de ser uniforme, pode, a depender das circunstâncias, expressar alguma forma de continuidades em relação ao seu período

inicial. Dessa maneira, fica evidente que no âmbito de política externa Brasi-África as relações econômicas se sobrepuseram às relações históricas e culturais.

*Huambo, Angola*²³⁰ concentra a atenção dos seus editores no aumento da violência na cidade de Huambo – comparada a Bósnia Herzegovina - devido à retomada dos conflitos armados entre a UNITA e o MPLA. O editorial menciona que:

Surpreendida numa escalada rumo a níveis cada vez mais *chocantes* de *selvageria* e *mortandade*, a cidade angolana de Huambo acaba de ganhar a alcunha macabra de Sarajevo da África – referência a capital da Bósnia Herzegovina bombardeada e sitiada a meses, o que dá bem a dimensão da *tragédia*. Palco dos mais *sangrentos combates* de toda a *guerra civil* iniciada em 1975 (e interrompida entre 1991 e 1992), Huambo assistiu a morte de 20 mil pessoas só nas últimas cinco semanas, a metade civis. (Editorial, 17 de Fevereiro de 1993).

Huambo é uma província localizada na região central de Angola. Limitada ao norte pelo município do *Bailundo*, a leste com o município de *Tchicala-Tcholoanga*, a oeste com os municípios de *Caála* e *Ekunha*, e ao sul com o município de *Chipindo*, Huambo foi uma das cidades atingidas pelas disputas militares entre os dois principais partidos políticos do cenário angolano²³¹. Com desdobramento da guerra semelhante ao do país dos Bálcãs, considerada as suas reservas, os editores comparam a gravidade da situação angolana.

Assim como a correspondente balcânica, também a segunda maior cidade de Angola está ilhada e mesmo a ajuda humanitária internacional é impedida de chegar. Faltam igualmente energia, água, comida, e remédios; relatos assustadores de fugitivos dão conta de que nem mesmo os corpos são mais retirados das ruas. Tanto as forças do governo quanto os rebeldes da Unita, que disputam a cidade, são ainda acusados de ter a sorte de atrocidades. Uma diferença, porém, é a taxa de letalidade: em Huambo foram dizimadas em pouco mais de um mês tantas pessoas quantas pereceram em Sarajevo em quase um ano de guerra civil (Idem).

Pode-se destacar dois aspectos nesse editorial. O primeiro, diz respeito aos termos colocados em itálico na citação anterior. Os termos destacados nos outros dois editoriais sobre Angola compõem o conjunto de termos recorrentes nesse editorial. Muitas destes termos apareceram com bastante constância até aqui, não apenas nos editoriais sobre Angola. Nos editoriais analisados sobre a África do Sul termos como *guerra civil* e *conflitos* também foram identificados nos editoriais sobre Angola. Dessa

²³⁰ Título do editorial veiculado quarta-feira, 17 de Fevereiro de 1993.

²³¹ Centro de Estudos Angolanos. *História de Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 1965.

maneira, percebe-se que alguns termos identificados nos editoriais da *Folha de São Paulo* são recorrentes quando outro país africano é apresentado como tema central.

O segundo aspecto, diz respeito ao superdimensionamento dos acontecimentos que depreciam a imagem da África. Essa proeminência pode ser percebida na utilização de termos comumente encontrados nos editoriais que tratam do continente africano. A presença de termos como *guerra civil, selvageria, mortandade, tragédia e combates sangrentos* contribuíram/em para a consolidação de um juízo interpenetrado por mitos-raciológicos ou pela noção de inferioridade cultural. Além disso, nomenclaturas como as mencionadas, coadunam com a imagem *afropessimista*²³² da África erigida no ocidente²³³. Embora os termos encontrados nos editoriais de Angola e da África do sul, não sejam uma especificidade destes países, estes foram identificados em editoriais que faziam referência a outros países africanos.

3.5. República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo (RDC) apareceu como temática central, em três editoriais que fizeram referência ao fim da ditadura de Joseph Mobutu. Da mesma forma que os editoriais mencionaram na situação política de Angola, termos como conflito, guerra civil, paz e conflitos e rivalidades tribais foram identificados nos editoriais sobre a República Democrática do Congo. O editorial de 20 de Maio de 1997 que tem por título *“Dilemas do Zaire”* destaca a vitória dos rebeldes que pôs fim a ditadura de três décadas de Mobutu Sesse Seku. O editorial chama atenção para o fato de que a vitória rebelde não significa necessariamente estabilidade política na região dos Grandes lagos. Após destacar a conturbada história política do país até a instalação da ditadura os editores apontam a falta de perspectiva e de um programa político por parte dos opositores do governo no poder.

A vitória militar do Líder rebelde Laurent Kabila sobre o ex-ditador Zaireense Mobutu Sesse Seko está muito longe de significar a paz ou mesmo a estabilidade para a região. O Zaire tem uma acidentada história política, que aparece mesmo nas suas denominações: hoje rebatizada República Democrática do Congo, já foi república do Congo e do Congo Belga, quando

²³² VIEIRA, Francisco Sandro Silveira. Do eurocentrismo ao afropessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário da “África” no Brasil. *Revista do Departamento de serviço social – PUC - Rio*. Rio de Janeiro, março, 2006. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>.

²³³ CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

esteve sob a predatória administração colonial (Editorial *Dilemas do Zaire* de 20 de Maio de 1997).

Em outro trecho similar aos editoriais sobre a África do Sul e Angola, nos editoriais que diziam respeito ao Congo, a recorrência à expressão como *rivalidades tribais* parece atestar a opção dos editores por terminologias ambíguas para ilustrar as divergências políticas entre os diversos grupos étnicos existentes no continente africano. Assim:

A nação é composta de cerca de 250 grupos lingüísticos e conta agora com uns 400 partidos políticos; as rivalidades tribais sempre deram a tônica da região. Essa situação não chega a ser excepcional na África e foi gravada pela política de colonização européia do continente (Idem, 20 de Maio de 1997).

Ao se referir *as rivalidades tribais sempre deram a tônica da região*, algumas observações se fazem pertinentes. Ao mencionar *as rivalidades tribais*, da mesma forma que em outros editoriais estudados anteriormente, não fica explícita a concepção que se tem do termo tribo, do qual tem origem a palavra derivada *tribal*, que neste editorial aparece na sua forma plural, *tribais*. De imediato, se, *tribais*, usada no editorial para fazer alusão ao tipo de rivalidade, deriva do conceito de *tribo* utilizado no campo da antropologia para designar formas de organização social²³⁴ ou se, a idéia de *tribo*, se refere a um juízo – interpenetrado por teorias racialistas - corrente na Europa do século XIX que comparava os estágios de evolução de diversas organizações sociais?

Por se tratar de um campo subjetivo, é difícil destacar ou determinar, principalmente, quais as perspectivas interiorizadas pelos responsáveis no momento da redação do editorial. Vale pontuar que a expressão *rivalidades tribais* foi identificada nos editoriais que se referiram à África do Sul e a Angola o que a torna comum nos editoriais em que o continente africano apareceu como eixo central da informação. Além dos questionamentos sobre a expressão rivalidades tribais, outra interrogação se torna imperativa ao determos a atenção na frase: *rivalidades tribais sempre deram a tônica da região*. Ao verificar esta afirmação, algumas perguntas se fazem necessárias. Qual o sentido da palavra *sempre* quando os editores escrevem que as *rivalidades tribais* sempre deram a tônica da região?

²³⁴ DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Será que a palavra *sempre* diz respeito a uma particularidade histórica constante, ou seja, será que as *rivalidades tribais*, historicamente, moldaram a região? Se partirmos do pressuposto de que o sentido da palavra *sempre* usado pelos editores da Folha significa assiduidade, será que a assiduidade das *rivalidades tribais* no Congo nunca foi alternada por períodos de paz? Em outra passagem deste mesmo editorial a idéia implícita quando este faz referência a noção de paz, levanta outro questionamento. Os editores evidenciam o desejo da realização de eleições democráticas que além de por fim aos conflitos, passa fazer sua população viver finalmente em paz, optando pelo dialogo e não pelas armas, logo:

É evidente que se deseja para o país a realização de eleições democráticas e que sua população *possa viver finalmente em paz*, resolvendo seus conflitos pelo dialogo e não pelas armas. Entre o desejável e o possível, porém, vai enorme distância (Idem, 20 de maio de 1997).

Nota-se, portanto, as ambigüidades presentes nos editoriais da Folha ao se referirem à realização de eleições como uma possibilidade da população *viver finalmente em paz*. De forma semelhante às controvérsias levantadas anteriormente sobre o sentido da palavra *sempre*, da mesma forma, ao se referirem a *viver finalmente em paz*, dá-se a impressão de que ao mencionar o *finalmente*, pela primeira vez, na história política do Congo haverá paz. Fica explícita a idéia pré-concebida em torno das populações africanas de que estas são marcadas culturalmente pelo permanente estado de guerra.

Em outro editorial sobre o Congo, aparece uma forma distinta de mencionar as divergências políticas internas congoleesas. Enquanto o editorial que tem por título *dilemas do Zaire*²³⁵ fez referência as *rivalidades tribais que sempre deram a tônica para região*, o editorial de 13 de outubro de 1998, com o título *A guerra africana*, se referiu à *disputa étnico-político* para ilustrar a iminência de um conflito multinacional representado pelo confronto aberto entre os seis estados vizinhos que intervieram nas divergências deste país e do centro-sul africano:

Não bastasse o fato de ser o continente mais pobre, a África corre o risco de mergulhar em um conflito multinacional. A guerra civil do Congo degenerou em nada velado o confronto entre seis estados vizinhos, que intervieram na disputa étnico-político deste país e o centro sul africano. Além da guerra civil congoleesa, que ameaça o governo de Laurent Desiree Kabila, outros três

²³⁵ Editorial veiculado em 20 de maio de 1997.

conflitos devastam a África. Perto de 1/3 do continente está envolvido em guerra civil ou internacionais (Editorial, 13 de outubro de 1998).

Alguns pontos desse trecho merecem um comentário. O primeiro ponto a comentar se refere à imagem *afropessimista*²³⁶ da África identificada nos editoriais analisados. Parte considerável dos editoriais, embora tragam informações sobre as relações sociais de alguns países africanos, associa-as às divergências políticas internas, guerras civis, calamidades públicas, dentre outras mazelas. A constância entre a associação do continente africano com fatos e acontecimentos negativos, não contribuem para a construção de uma imagem positiva da África junto aos leitores do maior periódico do país.

O segundo ponto, diz respeito às expressões comumente usadas pelos editores da Folha de São Paulo em fazer alusão às diferenças políticas existentes em múltiplos contextos e países apresentados por este jornal. O que diferencia, nesse sentido, o editorial do Congo dos editoriais considerados anteriormente - no caso, África do Sul e Angola - é que enquanto os editoriais sobre os respectivos dos países abordam suas tensões políticas internas como *conflitos ou rivalidades tribais*, o editorial do dia 13 de outubro de 1998²³⁷, inova ao adotar a expressão *disputas étnico-política* para ilustrar as divergências políticas existentes entre os países que intercederam no percurso da política congoleza.

A alternância no uso de termos como *conflitos ou rivalidades tribais* e expressões como disputa *étnico-política* deixa claro a não existência (ou não obediência) de regras de utilização de termos específicos, mesmo considerando que desde 1981, os responsáveis pelos editoriais da *Folha de São Paulo* são orientados pelo *Manual da Folha*²³⁸ criado com o objetivo de estabelecer um padrão editorial no país. O terceiro e último ponto a ser comentado, diz respeito a um contexto histórico. Se o editorial analisado anteriormente - *Dilemas do Zaire*²³⁹ - careceu de uma contextualização que levasse em consideração o conflito de Ruanda como um dos argumentos para explicação da derrubada do regime mobutista no Congo, de maneira semelhante, o editorial de 13 de Outubro de 1998²⁴⁰ deixa de informar que *o nada*

²³⁶ VIEIRA, Francisco Sandro Silveira. Do eurocentrismo ao afropessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário da “África” no Brasil. *Revista do Departamento de serviço social - PUC - Rio*. Rio de Janeiro, março. 2006. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>.

²³⁷ *A guerra africana*, editorial de 13 de Outubro de 1998.

²³⁸ Folha de São Paulo. *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha, 2010.

²³⁹ *Dilemas do Zaire*, Editorial veiculado em 20 de Maio de 1997.

²⁴⁰ *A guerra africana*, Editorial de 13 de Outubro de 1998.

velado confronto entre seis estados vizinhos, se deu entre os mesmos estados que auxiliaram o líder rebelde Laurent Desiree Kabila na derrubada do ditador Mobutu.

Uma passagem no editorial intitulado de *A guerra africana* parece ilustrar, de maneira contundente, a imagem da África erigida no ocidente com suas particularidades brasileiras. O trecho destaca que enquanto a Organização das Nações Unidas – ONU – fazia apelos pacíficos ineficientes os conflitos internos se alastravam em diversos países da África. Nesta conjuntura, segundo o editorial, embora haja países neutros e outros dando os primeiros passos no caminho da democracia, a exemplo da Nigéria, ainda são atitudes ínfimas para um continente que, desde as guerras de libertação colonial, continuam na maior parte a consumir “no atraso e na violência”.

Enquanto as guerras se alastram e as nações unidas se limitam a fazer apelos pela paz, ao menos países como Tanzânia, Quênia, Zâmbia têm, por hora se mantido neutros. Um alento seria a Nigéria, que parece começar a seguir regras democráticas e a implementar reformas econômicas. Mas é pouco para um continente que, desde as guerras de libertação colonial, continuam na maior parte a consumir no *atraso* e na *violência* (Editorial, 13 de Outubro de 1998).

A maneira como o editorial se refere ao *atraso* merece destaque. Historicamente, é corrente a associação da África com o subdesenvolvimento e a pobreza. Um dos principais problemas ao estabelecer uma relação entre o continente africano e a ausência do desenvolvimento é a carência de uma contextualização. Na memória coletiva de parte significativa do contingente populacional brasileiro o subdesenvolvimento, ou, como cita o editorial, o *atraso* do continente negro, é uma característica cultural de suas populações. Não é, portanto, do conhecimento da maioria dos indivíduos, os impactos causados pelos séculos de escravização dos africanos depois seguidos da superexploração neocolonial.

Além de se referir ao surgimento de guerras em outras regiões africanas e a ineficiência dos apelos da Organização das Nações Unidas – ONU – para por termo a estas contendas, a idéia de África - associada ao *atraso* - que os editores deixam implícita no editorial estudado parece não diferir do pensamento tradicional que utiliza como marcador cultural para as populações oriundas da África, a concepção ocidental de pobreza. Cabe destacar que o conceito ocidental de pobreza - o qual, o continente africano tem sido historicamente enquadrado, – está estritamente associado à conjuntura da difusão do industrialismo ocidental ilustrado na Europa com a revolução tecnológica do último quarto do século XVIII.

O protótipo de desenvolvimento pautado na laboriosidade da indústria surgida na revolução industrial, fez com que povos, sociedades e culturas que não se adaptaram rapidamente as transformações da modernidade²⁴¹, fossem rotulados de *atrasadas* e subdesenvolvidas. A concepção de atraso fixada, portanto, pelo ocidente sobre o continente africano enfatiza o aspecto econômico. Há que se considerar, igualmente, a longa durabilidade da construção dos instrumentos de manutenção das relações de dependência entre as metrópoles e suas coloniais.

A particularidade do desenvolvimento econômico ocidental estabeleceu um rótulo de *atrasadas* nas culturas não industrializadas. Esta forma de abordagem não deve ser compreendida como determinante, já que se tem consciência das particularidades culturais ou sócio-organizativas de variados grupos humanos. No caso da África, o *atraso* a que o editor se refere, não deve ser visto como uma simples comparação entre as estruturas econômicas européias capitalistas, supostamente desenvolvidas, evoluídas ou avançadas e outros arcabouços culturais que não aderiram à universalização da industrialização. A imagem da África como um continente pobre, atrasado, subdesenvolvido, consolidada no imaginário ocidental, não deve ser interpretada como uma construção contemporânea, resultado unicamente das transformações sócio-econômicas intensificadas com a revolução industrial.

Para Walter Rodney²⁴² é preciso demonstrar como o fortalecimento do comércio de escravos culminou em desdobramentos que, analisados sob a perspectiva da longa duração, precisam ser considerados ao mencionar a *África subdesenvolvida* e mesmo *atrasada* (RODNEY, 1975, p.137).

Dessa maneira, ao reproduzir a opinião corrente de que a África continua a *consumir no atraso*, os editores da *Folha de São Paulo* deixaram de informar que a atual situação de miserabilidade continental é produto de históricos acúmulos socioeconômicos que podem ser remontados ao século XVI ou mesmo à antiguidade.

²⁴¹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 297-301.

²⁴² NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo negro, 2009; RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

3.6 Ruanda

Sobre Ruanda três editoriais enfatizaram o genocídio ocorrido entre Abril e Julho de 1994 envolvendo as etnias Tutsis e Hutu²⁴³.

Os outros dois editoriais foram externalizados em datas posteriores ao andamento dos massacres, respectivamente em 15 de novembro de 1996 – *tragédia africana* e em 31 de outubro de 1996 sob o título: *tribalização*, portanto, ambos os editoriais foram veiculados dois anos após o genocídio. O atraso das informações, a ausência das análises da conjuntura, bem como, o não acompanhamento do genocídio ruandense no período em que o mesmo incidia, ilustra o espaço ocupado pelas informações da África na imprensa mundial/nacional. Considerando a presença nos editoriais que discorrem sobre Ruanda de termos verificados nos editoriais da África do Sul, Angola e República Democrática do Congo – RDC serão analisados aqui os editoriais mais ilustrativos sobre o genocídio.

A presença de termos recorrentes nos editoriais sobre a África parece apontar para uma opção dos editores da *Folha* por nomenclaturas e expressões específicas, sempre que o tema tratado diz respeito ao continente africano. O primeiro editorial veiculado sobre Ruanda data de 15 de novembro de 1996 foi intitular-se – *Tragédia africana*. Percebe-se, já no título deste editorial a presença de um termo não recorrente, porém, muito comum nos editoriais que tratam dos problemas africanos - *tragédia*. Neste editorial é importante perceber o atraso das informações do genocídio de Ruanda. O massacre ocorreu entre abril e julho de 1994, mas os editores da *Folha* falam sobre os desdobramentos do conflito dois anos e quatro meses após o genocídio.

O atraso da veiculação de informações ou de análise sobre a matança ruandesa demonstra o espaço que a África toma na memória coletiva da população e precisamente no pensamento dos responsáveis pela redação dos editoriais do maior veículo de comunicação impressa do país. O editorial, veiculado em 15 de novembro de 1996, foca o desdobramento do conflito ruandês para região dos Grandes Lagos.

Zaire, Ruanda, Burundi. Esses três países centro africanos protagonizam uma das maiores tragédias deste século. Nos últimos três anos, mais de um milhão de pessoas morreram nas três ex-colônias belgas devido a conflitos entre membros das etnias Tutsi e Hutu. Apesar de inúmeros apelos, as grandes potências não conseguiram sequer sinalizar uma saída para o problema²⁴⁴

²⁴³ GOUREVITH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

²⁴⁴ Editorial intitulado: *tragédia africana*, veiculado na sexta-feira, 15 de Novembro de 1996.

O número de vítimas informado pelo editorial nas três ex-colônias belgas – mais de um milhão - remonta a um dos debates mais importantes no campo da História da África: o de saber, com exatidão, o número total de vidas perdida na longa durabilidade das invasões/colonizações estrangeiras que o continente esteve exposto. Antes de verificar a veracidade dos números, uma informação se torna indispensável: discernir o período histórico da informação buscada. Considerando que a África é o berço da humanidade, há de convir que os sete milhões²⁴⁵ de anos do desenvolvimento humano no continente até a contemporaneidade não ocorreram de forma linear e isolada. Dessa maneira, a observação diacrônica²⁴⁶ sobre o desenrolar histórico do continente constitui-se como principal método de entendimento.

O método de análise guiado pela diacronicidade permite perceber as particularidades de cada momento da história da África, ou seja, consente que cada ocasião histórica seja apreendida em suas próprias especificidades. Deve-se avaliar, ainda, a longa duração dos processos histórico-sociais que tiveram lugar no continente, ao refletir, por exemplo, sobre o(s) o(s) número(s) totais de episódios históricos que ocorreram nos períodos que antecedem a era cristã. Para cada tempo histórico têm-se interrogações e questionamentos distintos. Dessa maneira, deve-se questionar se determinadas interrogações históricas são compatíveis com o momento histórico questionado.

Elíxia M'Bokolo destaca o início do tráfico de escravos, século XVI, para demonstrar a influência financeira e seus impactos na incapacidade de se obter um número total de africanos escravizados, evidenciando a antiguidade das controvérsias em torno dos números no decorrer da historicidade da África (M'BOKOLO, 2010, p.328).

O debate acerca dos números mencionados pelo autor suscita reflexões. A primeira, diz respeito ao fato de se considerar a especificidade do período histórico, no caso aqui analisado, o século XVI. A segunda reflexão está relacionada à obrigatoriedade de se destacar que as disputa em torno dos números na História da África, seja ele de qualquer natureza, não ficaram restritos precisamente ao tráfico de

²⁴⁵ OLSON, Steve. *A História da humanidade: Desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes*. Rio de Janeiro: Campus editora, 2003.

²⁴⁶ Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, págs 133-166, Secretária de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.

escravos. Essas controvérsias longe de serem abordadas como estáticas, foram reelaboradas e ampliadas a outros momentos da história – onde a contemporaneidade é um exemplo ilustrativo – podendo ainda ser ampliadas à uma multiplicidade de segmentos sociais.

As contestações sobre a totalidade dos que perderam vidas e dos que foram escravizados, permaneceram durante muito tempo associadas à história da escravidão. Embora o século dezesseis seja o principal cenário da perscrutação das alterações numéricas, há que se ter noção de que *querela dos números* pode ser ampliada a outros períodos da História da África. Nesse sentido, devem-se perceber as permanentes reconstruções de contextos e os continuísmos que são responsáveis por servir de base às interrogações inovadoras sobre esses debates. Logo, o questionamento sobre a totalidade das vítimas que no passado estavam alicerçados no tráfico Atlântico, na contemporaneidade, pode ser feito no sentido de se saber o número total de vítimas dos regimes ditatoriais, das divergências étnicas ou mesmo das catástrofes climáticas mais recentes.

Quando o editorial afirma que: *nos últimos três anos, mais de um milhão de pessoas morreram nas três ex-colônias belgas devido a conflitos entre membros das etnias Tutsi e Hutu*²⁴⁷, será que as dúvidas e questionamentos colocados sobre a totalidade do número de vítimas do tráfico de escravizados, podem ser aplicados *aos três países africanos que protagonizam uma das maiores tragédias desse século?* Na citação, *mais de um milhão de mortos nas três ex-colônias belgas*, impera a seguinte reflexão: quando se pronuncia *mais de um milhão de mortos*, não se tem a idéia de totalidade ou exatidão numérica. Dessa maneira, persiste um abismo entre a noção que se tem quando se pronuncia *mais de um milhão de mortos* e a certeza em se afirmar, por exemplo, que esse mesmo número tivesse sido *um milhão*.

Ao se referir *ao mais de um milhão de mortos*, os editores o fazem de uma forma a evitar à emissão de qualquer idéia de totalidade sobre o número de vítimas. Considerando a diversidade das fontes e os números incertos dos distúrbios interno nos países citados, é praticamente impossível chegar a um número total ou mesmo exato do número de vidas ceifadas nesses conflitos. As dúvidas sobre o numero exato de mortos nas três ex-colônias belgas refletem a semelhança – com todas as suas reservas – das imprecisões numéricas do tráfico Atlântico. Desse modo, considerando o contexto

²⁴⁷ Editorial: *tragédia africana*, 15 de Novembro de 1996.

escravista do século XVI e o contexto da pós-independência na África, percebem-se as reelaborações, os continuísmos e a proximidade nas controvérsias que tem como eixo central a curiosidade pelos números dos vitimados.

Apesar do genocídio de Ruanda ter chegado ao fim, o número de Tutsi chacinados, até hoje não é conhecido com exatidão. Da mesma maneira, não se conhece o número preciso de Hutus que foram mortos quando da entrada das *Forças Patrióticas Ruandesas* (FPR) em Ruanda e, posteriormente, na República Democrática no Congo, onde essa organização ocupou um espaço considerável na derrubada do regime de Mobutu Sesse Seko. Philip Gourevitch chama atenção para a fabricação dos índices de mortalidade no conflito de Ruanda ao afirmar que *possíveis índices de mortalidade eram inventados e anunciados – dezenas de milhares de mortos (...)* (GOUREVITCH, 2006, p.292).

A citação anterior, além de ser alusiva, deixa explícita a impossibilidade de precisar os números acerca de episódios da contemporaneidade africana. Esta impossibilidade atesta a vivacidade dos debates em torno dos números na história da África. Cabe ressaltar que essas dúvidas transpuseram os debates – reelaborados - do âmbito da escravidão para o pós-independência. De acordo com Gourevitch: *de uma população original de cerca de 7,5 milhões, pelo menos 800 mil pessoas foram mortas em cem dias (...)*²⁴⁸. Com a utilização do *pelo menos 800 mil pessoas*, Gourevitch exime-se da responsabilidade de fornecer qualquer exatidão numérica sobre as vítimas do conflito Ruandês. Por outro lado, o autor contribui para o entendimento dessa contenda fornecendo seus próprios dados aproximados.

O Zaire é um dos exemplos da impossibilidade de totalizar o número de suas vítimas. A histórica política do Zaire talvez seja a mais ilustre que mostra a querela dos números na história da África. Durante o período colonial o antigo estado do Congo, posteriormente, renomeado para Zaire, foi uma das principais fontes de cativos para as Américas. Ainda nos dias correntes verifica-se a impossibilidade de precisar o número de escravos totais saídos desse estado para o outro lado do Atlântico. O estado do Congo Independente transformou-se em um “exemplo” de uma das colonizações mais aterradoras no continente africano em termos de vidas humanas.

²⁴⁸ GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Embora se tenha ciência da considerável redução demográfica da população Congoleza durante a neocolonização²⁴⁹, não se sabe a totalidade de vidas ceifadas até a primeira década do século XX. Considerando as mortes oriundas das perseguições mobutistas, após o golpe de estado²⁵⁰, e as mortes ocasionadas pelas guerras civis congolezas, precisamente, a dos anos noventa, o Congo pode ser considerado um dos países da África em que os debates sobre a totalidade dos números – na contemporaneidade - em sua historicidade apresenta-se como mais ilustrativo das *querelas dos números*, segundo M’Bokolo (M’BOKOLO, 2010, p. 328).

Os números da guerra civil congoleza (1996) revelam as dificuldades de fornecer a soma total das vítimas – em termos de números - sobre determinados acontecimentos. A guerra civil congoleza teve início quando os apoiadores – Uganda e Ruanda - da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desentenderam-se, após um dos seus principais componentes – Laurent Desiré Kabila – derrubar o governo de Mobutu. As divergências políticas transformaram-se em conflitos armados que, até 1998, tinham vitimado entre 3,5 a 4 milhões de pessoas²⁵¹. Dados atualizados, porém, ampliam esse número para 7 milhões de pessoas. Dessa maneira, ao verificar a forma como o editorial faz referência ao número de mortes em contendas políticas africanas, tem-se a impressão de que ao falar constantemente em termos de *milhões* – sem precisão – abre-se espaço para a consolidação do espaço africano como centro dos morticínios mais violentos desde o fim da segunda guerra mundial.

Ainda no editorial estudado, pode-se constatar a recorrência a termos como *tragédias, conflitos, massacres, calamidades, fome, guerra, mortandade, cólera* entre outras terminologias bastante comuns aos editoriais que tratam do continente africano. Um ponto que não deve passar despercebido no editorial analisado, é o clamor dos editores da *Folha* por uma ação urgente por parte da comunidade internacional para conter a *mortandade* na região dos Grandes Lagos. O editorial pontua o compromisso do mundo com as vidas perdidas na África central em decorrência do “colonialismo indiscriminado”.

Tal quadro exige ação urgente da comunidade internacional para tentar conter a mortandade na área. Os E.U.A confirmaram que estarão na missão

²⁴⁹ HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

²⁵⁰ WITTE, Ludo De. *O assassinato de Lumumba*. Lisboa: Editorial caminho, 2001.

²⁵¹ TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; BARBOSA, Luciana Mendes. *Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura*. Minas Gerais, dez.2007. Disponível em: <<http://www.pucminas.br>>.

humanitária comandada pelo Canadá, prevista para levar alimento para região (...). O mundo tem um compromisso com as vidas perdidas na África central vítimas no passado de um colonialismo indiscriminado²⁵².

Na ocasião os editores demonstram solidariedade endoçando com veemência uma ação internacional contra o morticínio ruandês. O surgimento de informações, acontecimentos, números e estatísticas inéditas sobre o conflito de Ruanda imperam uma reorientação das interpretações sobre o conflito. Por exemplo, ao confrontar as *exigências de uma ação da comunidade internacional para por fim as mortes em Ruanda* – presentes no editorial veiculado no dia 15 de Novembro de 1996 – as informações recentes, publicadas em 2006, de que a mesma comunidade internacional à qual os editores exigiam uma ação em 1996, foi a que consolidou uma das mais destacáveis vitórias diplomáticas do poder hutu ao autorizar a retirada das tropas da ONU de Ruanda (GOUREVITCH, 2006, p.146). Dessa maneira, ao realizar concatenação entre os contextos da veiculação do editorial (1996), às informações mais recentes, publicadas dez anos depois (2006), ficam evidentes a necessidade de uma atualização constante dos entendimentos sobre o conflito.

O editorial veiculado no dia 31 de outubro de 1996 e intitulado *Tribalização* ilustra, sob uma perspectiva semântica, as representações sobre a África. O editorial destaca a situação de pobreza a que o continente africano está submetido e como esta situação apresenta-se como um dos fatores condicionantes a intensificação de divergências políticas que comumente desembocam em conflitos armados. O editorial enfatiza ainda a iminência de uma guerra entre o Zaire e Ruanda e as poucas ações adotadas pelas grandes potências para por fim as hostilidades. Semanticamente, este editorial destaca-se pelo número de termos *afropessimista* que evidenciam certo continuísmo das idéias racializadas da África.

A começar pelo título, pode-se identificar a presença de termos como *tribalização, sombrio, espelho dos horrores, conflitos étnicos, miséria, endemias, estagnação, genocídio, tribais*. Cabe destacar que estas terminologias e expressões não são uma especificidade dos editoriais que trataram do conflito de Ruanda, mas sim, dos editoriais que concentraram sua atenção nos problemas africanos. Termos como: *conflitos étnicos, miséria e tribais* foram os mais comuns quando os editoriais se referiam ao continente africano. Nos editoriais de Ruanda, os termos mais recorrentes

²⁵² *Tragédia africana*. editorial de 15 de Novembro de 1996.

foram: *tragédias* (3); *conflitos* (5); *guerra civil* (2); *tribalização* (4); *fome* (3) e *refugiados* identificados duas vezes.

Anderson Oliva ao dedicar atenção a Ruanda nas páginas da Revista *Veja*²⁵³, destaca a *idéia de que o continente africano desempenharia uma função atípica de potencializador das atrocidades cometidas pela humanidade e das expressões mais aviltantes da "barbárie"*²⁵⁴. Essa idéia não parece se diferenciar dos valores manifestos dos editores da *Folha* ao apresentarem o continente africano como o *espelho dos horrores* e antítese mais extrema dos tempos de globalização.

Se os tempos são de globalização, o espelho dos horrores africanos coloca-nos diante da antítese mais extrema, a da tribalização. Chega-se ao fim do século 20 com o mais velho continente mergulhado em conflitos étnicos, miséria, endemias e estagnação econômica²⁵⁵.

Ao mencionar a África como *espelho dos horrores*, os editores da Folha de São Paulo deixam espaço aberto à imaginação. Quais tipos de horrores acontecem no espaço africano para que o mesmo seja considerado o espelho? Abre-se o precedente para a cogitação do papel *atípico* exercido pela África como centro *potencializador das atrocidades cometidas pela humanidade*, segundo Anderson Oliva (2009). Em outro fragmento, os editores explicitam a continuidade das idéias que no passado apresentavam a África como um continente *sombrio*, afastado do progresso e expulso da história da civilização ocidental:

O continente africano que tantas vezes e por tanto tempo já foi o espelho sombrio e espoliado dos progressos da civilização ocidental, infelizmente continua sujeito a um processo que no limite, resume-se a uma implosão civilizatória²⁵⁶.

Enquanto em situações adversas em outros países procura-se até o último momento a solução pacífica das divergências políticas, na África, o limite do processo ou o esgotamento das possibilidades de pacificidade nos acordos resumem-se *a uma implosão civilizatória*. Em outro parágrafo o editorial afirma parecer evidente que a tribalização, que na concepção dos editores é a predominância de fatores locais, étnicos

²⁵³ OLIVA, Anderson Ribeiro. *Notícias sobre África: representações do continente africano na revista Veja* (1991-2006). In. Revista Afro-Ásia, Salvador, nº 38-2008, pp.87-141, Agosto de 2009.

¹⁴⁶ Idem.

²⁵⁵ *Tribalização*. Editorial, 31 de Outubro de 1996.

²⁵⁶ *Tribalização*. Editorial, 31 de Outubro de 1996

e de disputas locais, não é nada mais do que o resultado da fome epidêmica e da estagnação:

Mais parece evidente que a *tribalização*, ou seja, a predominância de fatores locais, étnicos e de disputa territorial, nada mais é que o resultado de uma situação de estagnação e fome endêmica em que boa parte do continente continua mergulhado em sistemas econômicos totalmente marginalizados da globalização²⁵⁷.

Deve-se perguntar o que os editores da *Folha* compreendem por *tribalização*. Nesta citação, a noção implícita é de que *tribalização*, diz respeito à predominância de fatores locais, ou seja, a reivindicação por identidades étnicas ou disputas locais. Esses fatores só se tornam perceptíveis a partir de reivindicações específicas. De certa maneira a *tribalização* tem uma relação muito próxima com o pertencimento grupal. Por outro lado, os fatores atribuídos como característicos da tribalização, não possuem qualquer relação determinante com a *fome endêmica* e a *estagnação econômica*. Os fatores que fazem com que o continente africano esteja *mergulhado em sistemas econômicos à margem da globalização* não podem ser explicados uniformemente como produtos da *estagnação* e da *fome endêmica* do continente, pois, as instabilidades econômicas e alimentares, por sua vez, são causadas e explicadas pela soma de múltiplos fatores, precisamente os condicionadores externos.

Dos três editoriais veiculados sobre Ruanda, um me chamou atenção, por ser o que menos apresentou semânticas *afropessimistas*. O editorial de 27 de Junho de 1994, intitulado *Meio milhão de mortes*, destaca a história da construção das diferenças raciais entre as etnias Tutsi e Hutu. Segundo o editorial, estes dois grupos étnicos estiveram no centro de um dos maiores genocídios da África contemporânea. O editorial destaca ainda a imobilidade da comunidade internacional em relação à eficiência na resolução do conflito. É imprescindível destacar que nos três editoriais veiculados sobre o genocídio de Ruanda, a menção ao imobilismo da comunidade internacional, representada pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi um argumento comum nos três editoriais.

A repulsa empregada pela comunidade internacional em proporcionar uma solução rápida para por termo a alguns conflitos africanos demonstram o espaço secundário ocupado pelo continente nos ambientes de decisão das relações internacionais. O desinteresse e a delonga por parte das potências ocidentais em por fim

²⁵⁷ Idem.

aos conflitos africanos, como os de Ruanda, deixou explícito que o continente africano tem sua inserção seletiva no cenário da global. A demora da Organização das Nações Unidas – ONU – em intervir nas contendas africanas apresenta-se como centro de discussões acadêmicas a respeito do real importância da África no cenário mundial e das condicionantes que fazem com que alguns países de continente tenham maior visibilidade internacional do que outros.

3.7. Moçambique

Os três editoriais em que Moçambique foi mencionado como eixo central, encaixam-se na década de 90, respectivamente 1992 (2 editoriais) e 1999. Cabe destacar que os fins dos anos oitenta e toda a década de 90 devem ser compreendidas como um período em que o discurso neoliberal foi absolvido fortemente por países africanos. O enquadramento das economias africanas nos planos de ajustamentos econômicos (PAE) elaborados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial agravaram a situação interna de vários países. A derrubada de governos eternizados no poder, a reintensificação e o reinício de históricos conflitos étnicos, corrupção e as reivindicações por abertura democrática foram alguns dos acontecimentos e reclamações que expressaram a incompatibilidade do discurso neoliberal no cotidiano das populações africanas.

Enquanto países como a República Democrática do Congo e Somália, respectivamente, tinham que lidar com os desdobramentos da derrubada conflituosa do governo ditatorial de Mobutu e com o início da guerra civil na Somália, em Moçambique, segundo os editores da *Folha*, a ONU esforçava-se para evitar que os acordos de paz firmados fossem mantidos²⁵⁸.

Numa tentativa de evitar que o recente acordo de paz obtido em Moçambique acabasse repetindo o lamentável fracasso verificado em Angola – quando as eleições foram sucedidas pelo reinício da guerra civil, - as Nações Unidas decidiram enviar 7.500 soldados para ex-colônia portuguesa. As forças de paz da ONU terão como tarefa fiscalizar o cessar-fogo em vigor entre o governo comunista da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) e a guerrilha direitista da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), bem como acompanhar com o apoio dos dois grupos o processo de democratização²⁵⁹.

²⁵⁸ *ONU em Moçambique*. Editorial, 21 de Dezembro de 1992.

²⁵⁹ *Idem*.

Esse foi o enfoque da informação veiculado no editorial citado. Enfatiza-se como os acordos para resolução da guerra civil angolana, aqui, é analisado como o *lamentável fracasso* que não deve ser repetido em Moçambique. Portanto, a África é o exemplo dos seus próprios fracassos. O editorial destaca ainda os desdobramentos da guerra civil e o papel que a ONU deveria ocupar na resolução da contenda. Assunto trivial nos editoriais que trataram dos problemas africanos, o questionamento sobre o papel que a Organização das Nações Unidas deveria assumir perante as instabilidades políticas na África parece ser uma praxe para os editores da *Folha*.

E o envio de 7.500 soldados da ONU para Moçambique, embora um número considerável, suscita reflexão sobre o real empenho da Organização das Nações Unidas (ONU) na resolução dos conflitos africanos. A década de 90 foi instável sócio-economicamente para alguns países africanos. A introdução das políticas neoliberais, caracterizadas pela abertura dos mercados, gerou um efeito desastroso no continente ao intensificar a fragilidade de economias estreitamente dependente de produtos agrícola e já combalida. Golpes de estado, frustrados, mas que culminaram em guerras civis generalizadas, como as da Libéria e Serra Leoa; a queda do governo ditatorial do Congo; a construção da justificativa Hutu para o genocídio de Ruanda foram acontecimentos que direta ou indiretamente possuíram algum tipo de vínculo com as transformações econômicas providas das políticas neoliberais na África.

Nesse contexto de instabilidades, Moçambique se diferencia, conjunturalmente, de parte significativa dos países africanos. Enquanto a década de noventa na África é marcada pelas guerras civis da Libéria e de Serra Leoa, 1991²⁶⁰, respectivamente, a derrubada de Mobutu no Congo (1997)²⁶¹, o genocídio de Ruanda (1994)²⁶², a derrubada do governo de Siad Barre (1991) na Somália²⁶³ e o início da guerra civil somali, Moçambique estava finalizando uma guerra civil que se originou nos primeiros momentos da sua independência em Junho de 1975. A década de 90 foi marcada, fora do continente africano, pela guerra civil da Bósnia. A guerra Bósnia-Herzegovina foi provocada por uma heterogeneidade de fatores, porém esteve intimamente vinculada à

²⁶⁰ KOUROUMA, Ahmadou. *Alá e as crianças soldados*. São Paulo: Estação liberdade, 2003.

²⁶¹ GOUREVITH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁶² GOUREVITH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

²⁶³ MACHAL, Roland. Islamic political dynamics in the Somali civil war. In. *Islamism e its enemies in the horn of Africa*, 2004.

desestruturação da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre 1989 e 1993²⁶⁴.

Considerando o envio dos 7.500 soldados pela ONU para Moçambique para manutenção os acordos pelo fim da guerra civil, há que se destacar a desproporcionalidade dos interesses na resolução dos conflitos africanos pelo número de soldados enviados para a guerra da Iugoslávia na mesma década. Enquanto em Moçambique desembarcavam 7.500 soldados para manter os acordos de paz que puseram termo a guerra civil em 1992, para a guerra da Iugoslávia eram enviados 600 mil soldados coordenado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em fins da década de 90, o general Dallaire, ex- responsável pela Missão da Organização das Nações Unidas durante o genocídio de Ruanda (UNAMIR), em um questionamento sob as mortes neste país africano, feito em uma entrevista dada a uma televisão canadense, deixou implícito o desinteresse das Nações Unidas em resolver as contendas na África. O número de soldados enviados a Iugoslávia na ocasião, evidencia a importância seletiva dirigida a algumas regiões e/ou países do continente africano pela Organização das Nações Unidas. Segundo o general:

Quem compreende que mais gente foi morta, ferida e desabrigada em Ruanda quem em toda campanha Iugoslávia, na qual despejamos 600 mil soldados e na qual estava todo o mundo ocidental, e na qual estamos despejando bilhões, ainda tentando resolver o problema (GOUREVITCH, 2006, p.166).

A quantidade de soldados enviados à Iugoslávia comprova como a importância dada a resolução de conflitos pela Organização das Nações Unidas (ONU) varia de acordo os interesses regionais. A África nesse conjunto desempenharia o papel secundário designado pelo Ocidente. Cabe destacar, que na ocasião do genocídio ruandês, portanto, na década de 90, a ONU foi responsável pela retirada do seu contingente durante a matança dos tutsis (GOUREVITCH, 2006, p.146). Enquanto a

²⁶⁴ A difusão das idéias nacionalistas na Europa no século XIX serviu de embasamento para a construção da grande Rússia, objetivo central da política externa russa em fins do século XIX e na primeira metade do século XX. O pensamento de unificar os territórios balcânicos sob os auspícios da grande Rússia passou a ficar mais próximo com o triunfo da revolução de 1917 e a anexação gradativa de alguns países balcânicos sob influência do império russo. É com esse pano de fundo que a Bósnia-Herzegovina passa a ficar sob a égide da antiga União Soviética até o fim dos anos oitenta e início dos anos noventa. Um dos fatores da guerra Bósnia, além da queda do regime soviético, foi à reivindicação pela constituição de um estado bósnio independente do estado russo. Desse modo, dá-se início a um dos conflitos mais mortais do ocidente desde a segunda guerra mundial. Ver: HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

década de 90 ilustrou as instabilidades socioeconômicas da África contemporânea, Moçambique constituiu sua contradição ao apresentar índices de desenvolvimento econômico destacáveis, no momento em que outras economias africanas apresentavam demasiada retração financeira devido à introdução de políticas neoliberais.

O editorial veiculado no dia 6 de Dezembro de 1999, intitulado *Democracia na África* destaca a situação social, política e econômica de Moçambique que, em menos de uma década, organizou eleições livres pela segunda vez consecutiva. A paz e a estabilidade econômica foi apontada pelos editores - segundo o editorial, a economia moçambicana cresceu a 6% ao ano na década de 90 - foram alguns dos fatores que contribuíram para a permanência do presidente Joaquim Chissano por mais um mandato:

Poucas nações tão pobres, sem tradição democrática e com o passado violento vivem uma situação como a de Moçambique. Em menos de uma década, a ex-colônia portuguesa, independente desde 1975, elege um novo governo em um novo pleito livre pela segunda vez consecutiva. Com paz e estabilidade, depois de 14 anos em guerra, sem contar os conflitos pela independência, e um crescimento de 6% ao ano, o partido do governo, a Frelimo, não terá dificuldade em reeleger o presidente Joaquim Chissano (...)

²⁶⁵

O destaque do crescimento econômico alcançado por Moçambique na década de 90, período em que se propagou a fragilidade de múltiplas economias na África devido à introdução das políticas neoliberais, não foi esquecido pelos editores. Ainda no editorial do dia 6 de Dezembro de 1999, fica explícito o espectro construído pelo Ocidente em relação ao continente africano. Em um dado momento, os editores da *Folha* se referem a Moçambique como uma das *poucas nações tão pobres, sem tradição democrática e com o passado violento*²⁶⁶.

Referências a pobreza, democracia e violência foram comuns nos editoriais que tratam dos problemas africanos. Moçambique, ao que o editorial deixa entender, entre as *poucas nações tão pobres, sem tradição democrática e com o passado violento*²⁶⁷, merece uma atenção diferenciada por apresentar índices de crescimento que surpreendeu, naquele contexto, as expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial de Desenvolvimento (BIRD). Estas duas instituições foram responsáveis por coordenar a introdução das políticas neoliberais em nível global. O

²⁶⁵ *Democracia na África*. Editorial, 6 de Dezembro de 1999.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

pressuposto e que os editores da Folha utilizam - *poucas nações tão pobres, sem tradição democrática e com o passado violento* – para destacar a situação econômica de Moçambique, deixa nítido as representações da África, precisamente no caso moçambicano.

Ao exemplificar Moçambique como uma nação *sem tradição democrática*, os redatores do editorial compartilham os pressupostos erigidos sobre as culturas de matriz africana que impedem o entendimento da diversidade e das variações dos conceitos de *democracia* de sociedade para sociedade. Cada sociedade possui a sua própria noção de democracia. A concepção de democracia adotada no ocidente na atualidade pode ser entendida como um produto da globalização cultural da expansão ultramarina no século XV, que tem seu ápice industrialização e que marca a modernidade do século XIX.

Ao concatenar a expressão: *nações sem tradição democrática* utilizada pelos editores da *Folha* para fazer menção à recuperação econômica de Moçambique, com a posição defendida por Goody de que: *O que o mundo moderno fez foi institucionalizar certa folha de eleição* (GOODY, 2008, p.290), percebe-se como a institucionalização das formas ocidentais de escolha (eleições), ao serem universalizadas, passam a secundarizar a heterogeneidade de procedimentos – presentes já na antiguidade - que levavam em consideração a vontade do povo. No momento em que os editores se referem *às nações sem tradição democrática*, estes, implicitamente, já fazem um uso de uma concepção pré-concebida de democracia, sim de democracias com valores ocidentais do que seja alternâncias de poder, eleições, etc.

3.8 Somália

Importante notar que durante a fase mais intensa dos conflitos na Somália (1991-1995), foram identificados apenas dois editoriais sobre esse país africano²⁶⁸. Pergunto, se a escolha dos temas abordados pelos editores segue a importância dos acontecimentos fatos do cenário mundial. No momento em que a guerra civil da Somália estava no seu ápice, entre 1991-1995, a *Folha* veicula apenas dois editoriais sobre esta contenda. Iguais aos outros editoriais que debateram os problemas de alguns países africanos, nos editoriais sobre a Somália foram identificados termos como:

²⁶⁸ *Auxílio à Somália*. Editorial publicado em 3 de Dezembro de 1992 e *Somália urgente*. Editorial, 21 de Agosto de 1992

tragédia, fome, guerra, conflitos, barbárie. Nestes editoriais, nenhum destes termos foi contabilizado mais de uma vez. Dessa maneira, a observação desta recorrência sugere certa homogeneidade na utilização dos termos usados nos editoriais que tiveram o continente africano como eixo central da informação.

O editorial *Auxílio à Somália* trata sobre o debate em andamento na ONU sobre a possibilidade do envio de uma força de intervenção, liderada pelos Estados Unidos, para garantir a distribuição efetiva do auxílio humanitário. Segundo o editorial:

Está em debate no conselho de segurança da ONU a proposta de envio de uma força de intervenção liderada pelos Estados Unidos – à Somália, visando garantir a distribuição efetiva do auxílio humanitário internacional ²⁶⁹.

Constata-se neste editorial que não há associação entre a fome, guerra e conflitos, como uma característica cultural inerente as populações da África. Essas atribuições foram apresentadas como desdobramentos da guerra civil somali, assim:

A maior parte dos remédios e alimentos que hoje chegam ao país são desviados ou roubados pelas inúmeras facções que impuseram àquela nação africana uma perversa lei do mais forte. Tais condições evidentemente agravam ainda mais a situação de miséria extrema em que mal sobrevivem boa parte da população, bem como a fome que mata centena de pessoas a cada dia ²⁷⁰.

Por outro lado, ficam explícitas as representações da África no Brasil, a partir da maneira como os editores da *Folha* se referem à situação econômico-social da Somália. Ao escrever que *Tais condições evidentemente agravam ainda mais a situação de miséria extrema em que mal sobrevivem boa parte da população*, o jornal deixa implícito que a miséria já era comum no país sendo agravada pelo estado de guerra civil que o país, estava submetido. Assim, percebe-se que algumas análises dos editores da *Folha* estiveram ancoradas em pressupostos que relacionam o continente africano a pobreza.

Em outro trecho, chama atenção à utilização de termos como *massacres* e *barbárie*, sem necessariamente colocá-los explicitamente como marcadores culturais das populações de origem africana:

Num cenário assim, de afronta à noção mais básica de direitos humanos, de *massacre cotidiano* que envergonha toda a humanidade, à medida que se cogita na ONU parece mais do que justificada – como ocorreu no caso da

²⁶⁹ *Auxílio à Somália*. Editorial publicado em 3 de Dezembro de 1992.

²⁷⁰ Idem.

Bósnia-Herzegovina. Garantir que a ajuda chegue ao seu destino, aliás, é a obrigação mínima da comunidade internacional face à *barbárie* que ainda impera incontidos nos mais diversos cantos do planeta²⁷¹.

O cenário onde se *afronta à noção mais básica de direitos humanos e dos massacres cotidianos que envergonham toda a humanidade* é a Somália. É interessante notar que a terminologia *barbárie*, por sua vez, não está restrita a Somália ou a qualquer outra região do continente africano, mas sim, aos *mais diversos cantos do planeta*. Desse modo, a maneira como as terminologias afropessimistas foram empregadas no editorial analisado, destoaram das formas comumente usadas pelos editores da Folha ao tratar dos problemas africanos, ou seja, apela para os direitos humanos e amplia a concepção de que o massacre (barbárie) ocorria em outras partes do globo.

Já o editorial veiculado no dia 21 de Agosto de 1992 com o título: *Somália urgente* deu destaque aos desdobramentos da guerra civil na Somália, as estatísticas da guerra e ao posicionamento da comunidade internacional em relação ao término do conflito.

A tragédia que se abate sobre a Somália, país do Nordeste africano submetido ao duplo flagelo da seca e da guerra civil, já estarecia a opinião pública nacional com terríveis imagens de crianças a um passo da morte mais abjeta por inanição²⁷².

Cabe destacar que dos três editoriais que versaram sobre a Somália, este foi o editorial em que mais foram identificados termos *afropessimistas*. *Tragédia, flagelo, seca, inanição, fome, guerra, conflitos, refugiados* foram às terminologias identificadas. Os editores deixam implícita a incapacidade dos africanos em resolverem os seus problemas ao emitirem a opinião de que: *o espectro da fome, longe de ser afastada pela ainda tímida ação internacional*, e apontam para que a iniciativa da solução das adversidades é comumente atribuída aos domínios externos ou ocidentais, assim:

O espectro da *fome*, longe de ser afastado pela ainda tímida ação internacional, agora se impõe na forma de números sinistros: 75% das crianças de até cinco anos podem morrer, naquele país, dentro de poucos meses; de 500 a mil somalis cruzam diariamente a fronteira em direção um dos campos de refugiados no Quênia, tentando escapar de um conflito sangrento que já dura 18 meses²⁷³.

²⁷¹ *Auxílio à Somália*. Editorial, 3 de Dezembro de 1992.

²⁷² *Somália urgente*. Editorial, 21 de Agosto de 1992.

²⁷³ *Idem*.

A iniciativa em solucionar as desventuras no interior do continente dependeria da *tímida ação internacional*, portanto, do exterior. O editorial do dia 2 de Janeiro de 1993, com o título *Esperança na Somália*, discorreu sobre as ações dos grupos envolvidos na guerra civil somalí, no sentido de por termo aos conflitos armados no país. Este editorial foi o que menos apresentou semânticas *afropessimistas*, embora nele possa ser identificada a presença de termos como: *fome; guerra civil; conflito*. Desse modo, *fome* (3); *guerra civil* (4) foram os termos mais recorrentes nos três editoriais que discorreram sobre o contexto político Somália.

3.9. Líbia

Dos trinta e cinco editoriais identificados, apenas um, o editorial do dia 16 de Abril de 1992, com o título *Embargo à Líbia* se referiu as sanções econômicas envolvendo o país da África do norte e o governo americano. Na íntegra, o editorial deu destaque às sanções econômicas adotadas pela ONU - sob pressão do governo dos Estados Unidos - em represália ao suposto patrocínio do governo Líbio ao atentado que explodiu um avião da empresa norte-americana PAM-AM, explodido em 1988 e que matou 270 pessoas:

As sanções internacionais que começaram a vigorar ontem contra a Líbia, se partem de uma disposição positiva de endurecimento na luta contra o terrorismo, sugerem diversas considerações acerca da ordem mundial que se vem consolidando após o fim da guerra fria.

O conselho de segurança da ONU adotou o embargo aéreo e militar contra Trípoli para pressionar o líder Muamar Kadafi a entregar a justiça americana ou da Grã-Bretanha dois libios acusados de explodirem um avião da PAM AM em 1988, que matou 270 pessoas, e permitir a investigação de um atentado em Níger 1989, que deixou 171 mortos.

Se é evidente que esse tipo de selvageria deve ser repudiado e combatido com implacável rigor; o mesmo ocorre com aqueles que, como Kadafi, sempre ofereceram abrigo a tais criminosos. Sua recusa em entregar os suspeitos só confirma essa posição repulsiva de afronta as normas básicas do convívio social.

De outra parte, porém, a decisão do conselho chama atenção pela clareza com que revela a nova divisão de forças, ou ausência dela, no cenário internacional. Como

na guerra do Golfo, também neste caso foi à pressão norte-americana que norteou as ações da ONU. Não houve reação semelhante quando aviões dos E.U.A bombardearam a Líbia em 1986, matando 37 pessoas.

Apesar de sinais de decadência no âmbito econômico, no campo diplomático e militar os E.U.A confirmam uma hegemonia incontestada – situação que, embora felizmente distante dos perigos da antiga bipolaridade suscita suas próprias inquietações. O embargo, por exemplo, surge estrategicamente a poucos meses da sucessão nos Estados Unidos, país em que cruzadas externas são tradicionais fontes de popularidade. Como se sabe, o presidente Bush vem encontrando inesperada resistência entre os eleitores.

De todo modo, o que a opinião pública mundial espera é que nenhuma parte recorra a expedientes aventureiros, e que a normalidade internacional seja restaurada da forma mais civilizada e pacífica possível.

A linguagem afropessimista encontrada no editorial da Líbia pode ser apreendida em termos como *terrorismo, guerra, atentado, selvageria* se destacam. Dessa maneira, a recorrência de terminologias como *guerra* e *selvageria*, juntamente com outras, recorrentes nos outros editoriais, atesta a frequência semântica nos editoriais que tratam dos problemas africanos.

3.10. Argélia

A ascensão da violência que provocou a morte de mais de 100 mil pessoas foi tema de um único editorial veiculado no dia 30 de Junho de 1992 intitulado: *Assassinato na Argélia:*

Numa reviravolta tão rápida quanto lamentável, a Argélia, que há apenas cerca de seis meses encontrava-se em marcha rumo a uma inédita democratização, não só assistiu a um golpe militar como agora encontra-se a beira de uma guerra civil

Com o assassinato do presidente argelino Mohamed Boudiaf, ocorrido ontem, as tensões que já vinham se acumulando desde o início do ano, entre o governo golpista e os grupos fundamentalistas islâmicos tendem a se acirrar perigosamente. Embora não haja confirmação, todos os indícios apontam para o envolvimento de facções religiosas no crime – o jihad islâmico havia mesmo prometido lançar uma guerra total contra o governo a partir de hoje, com ameaça de matar mil policiais e soldados

*A **confrontação** de fato teve início quando a Frente Islâmica de Salvação (FIS), começou a participar da vida política, entrou para as eleições parlamentares e ganhou o primeiro turno em dezembro de 1991. Com a perspectiva de sua vitória, grupos temerosos de que um governo fundamentalista radical acabasse com o estado laico no país – como ocorreu no Irã – juntaram-se num movimento que, no dia 16 de Janeiro, assumiu o poder e cancelou as eleições.*

*Esse foi o fim do primeiro pleito multipartidário livre, e da primeira chance para a democracia na Argélia, desde a independência em 1962. Uma medida do profundo **temor** que os religiosos inspiravam, a Frente Islâmica foi extinta e milhares de simpatizantes presos em **campos de concentração**.*

*A **violenta morte** do presidente Boudiaf tende agora a precipitar os acontecimentos. O país já estava sobre estado de emergência, e a **repressão** aos fundamentalistas – que começaram a reagir – deve aumentar consideravelmente. Em meio a tudo isso, a meta da democracia infelizmente parece ficar cada vez mais distante.*

Esse editorial destacou os desdobramentos políticos internos após o assassinato do presidente Mohamed Boudiaf. Cabe destacar que se há uma semântica afropessimista recorrente – guerra civil, assassinato, crimes, confrontação no editorial referente a Argélia não foi verificado nenhum desses termos.

4. A África em outros editoriais

No período compreendido entre 1989 e 2001 identifiquei o total de 36 editoriais. Considerando os 31 editoriais em que a África apareceu como eixo central através de problemas relacionados a países, os outros editoriais (6), o continente foi apresentado sob temáticas variadas, cujas abordagens não estão vinculadas à análise específica de países africanos, como nos editoriais analisados anteriormente. Nestes editoriais, embora a África apareça no teor da informação, a especificidade da abordagem das temáticas diferiu quando comparada aos debates trazidos nos editoriais específicos. Dessa maneira, nos editoriais que restaram (6), a África é veiculada correlacionada a outros contextos, e não apenas ao seu próprio.

O editorial do dia 26 de Novembro de 1996, intitulado, *Brasil na África*, destacou a aproximação entre o Brasil e a África do Sul, no âmbito da política brasileira

com o continente africano. Naquele contexto, o editorial enfatizou a semelhança dos problemas e desafios que os dois países possuíam em comum. Cabe destacar que o contexto em que o editorial foi veiculado estava inserido no período do governo Fernando Henrique Cardoso²⁷⁴. Dessa maneira, aquele período foi marcado pelo distanciamento entre o Brasil e o continente africano na política externa nacional²⁷⁵.

O editorial *palanque africano*²⁷⁶ discorreu sobre os fins dos trabalhos da cúpula do milênio, reunião em que os representantes dos países desenvolvidos estabeleceram como centro de discussões sobre as possibilidades de se reduzir a pobreza no continente africano, assim: *Com a declaração de princípios genéricos para humanidade e com metas igualmente genéricas à alcançar no que tange ao combate à pobreza, chegou ao fi ontem a cúpula do milênio, que reuniu 150 líderes na sede da Organização das Nações Unidas – ONU.*

O primeiro ministro do Reino Unido, Tony Blair, definiu um assunto que esteve no centro das preocupações da reunião: “nós deveríamos utilizar essa cúpula para um objetivo concreto: chegar a um acordo sobre um caminho para África”.

Convergiram para o continente africano discussões sobre novas formas de atuação das forças de paz das Nações Unidas, sobre o combate a pobreza mundial e sobre a contenção da epidemia de AIDS no planeta. Países africanos estão vertente da reedição moderna dos três males que mais assolaram a humanidade: a fome, a peste e a guerra.

Em algumas nações africanas 1 em cada 4 habitantes é portador do vírus da AIDS. A doença já é responsável, principalmente em países ao Sul do Saara, por inversão na curva de expectativas de vida. Além disso, o estado de guerra tornou-se uma regra em muitas regiões. Em períodos críticos são ceifadas milhares de vidas em pouco tempo de conflito.

Diante desse total descalabro, como devem agir as Nações Unidas? Discute-se uma mudança nas forças de paz da ONU, dotando-as de maior poder de fogo e maior velocidade de intervenção. Se se puder chegar a esse objetivo, que obviamente tem custos, ao menos poderão ser evitados maiores catástrofes.

²⁷⁴ TANAKA, Heiji. *Sobre a inteligência e a vaidade: um balanço do governo Fernando Henrique Cardoso*. Revista de Ciências humanas da UNIPAR. Jan-Março, 2003. Vol. 11, nº 1. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/328/296>.

²⁷⁵ RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *A política africana do governo Lula (2003-2006)*. Tempo soc., 2009, vol.21, no. 2, p.185-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a09.pdf>.

²⁷⁶ Editorial publicado em 9 de setembro de 2000

É preciso atacar o fator econômico que estrangula a maioria das nações africanas. Perdoar as dívidas dos países mais miseráveis daquele continente pode ser um caminho. Mas de pouco adianta anistiar os débitos se não houver um compromisso formal, passível de monitoramento, dos países perdoados de se embrenharem no combate a pobreza.

Este editorial enfatizou a falta de compromisso como principal obstáculo da extinção da pobreza na África. Cabe pontuar que em um dos trechos do editorial, ficou implícito, pela preocupação de primeiro ministro britânico, que “*os caminhos para África*” são definidos externamente. O editorial do dia 5 de Junho de 2000: *inferno na terra*, externalizou a situação econômica do continente africano, a partir dos números fornecidos pelo Banco Mundial de Desenvolvimento – BIRD: *A situação da África subsaariana assusta por qualquer ângulo que se analise. Para começar, trata-se da única região do planeta que regrediu economicamente em relação à década 60. Ela não só não avançou nada nestes últimos 40 anos como ainda caminhou para trás. Esse dado faz parte do relatório recentemente divulgado pelo Banco Mundial (BIRD) e pela ONU.*

A produção econômica dos 48 países que compõem a África subsaariana, muitos deles ricos em recursos naturais, é pouco superior ao da diminuta Bélgica. A Polônia possui mais estradas que todas essas nações juntas. Cerca de 10% dos PIBs regionais são provenientes de programas de ajuda externa. A participação de todo continente africano no comércio mundial não chega a poucos 2%.

Para agravar ainda mais a situação, a epidemia de AIDS afeta estas nações de forma particularmente contundente: 70% dos casos de todo o mundo se concentram nessa região. Em alguns países, um de cada quatro pessoas está infectada pelo vírus HIV. A moléstia já suprimiu 20 anos da expectativa de vida do africano.

O relatório do BIRD é de certa forma corajoso. A instituição admite que enterrou bilhões de dólares em projetos mau elaborados, que, segundo olhares mais críticos, ainda ajudaram a fomentar corrupção e guerras.

Embora tardio, “o mea culpa” não é inútil. Pode servir de base para uma reflexão e conseqüente reformulação do papel do banco mundial e, de forma mais geral, também de outras organizações globais, como o FMI. A série de recentes fracassos dessas instituições, não só na África, mostra que algo precisa ser mudado no panorama das grandes organizações financeiras. Percebe-se como o título deste editorial – *inferno na terra* – fortalece a crítica realizada no artigo de Anderson Oliva

Ribeiro de que a *idéia de África mais recorrente é a de que o continente africano desempenharia uma condição atípica de potencializador de atrocidades cometidas pela humanidade*(OLIVA, 2008, p.157).

O editorial veiculado no dia 13 de Maio de 2000, intitulado: *África esquecida* descreveu a situação social e econômica do continente africano e sua inserção na conjuntura do contexto aludido, logo: *Existe uma parte esquecida no planeta, onde vicejam as piores mazelas naturais e humanas. Este lugar é a África. A revista britânica "the Economist", sob o título de "o continente sem esperança", dedica a capa de seu mais recente número a região, procurando explicar as razões que levaram a essa situação e as perspectivas, nada animadoras.*

Há guerras civis generalizadas em curso na República Democrática do Congo (ex-Zaire) e em Angola. Em Serra Leoa, um conflito de selvageria assustadora até para os padrões africanos está prestes a estourar. Centenas de soldados da ONU foram tomados como reféns e o ocidente cogita intervir militarmente, só não sabe como ou para quê.

No Zimbábue, que era tido como país modelo até a pouco, estourou uma onda de invasões violentas de terras que conta com o apoio do governo. Recuando poucos anos, acrescentam-se a lista às guerras em Ruanda, Burundi, e Somália, além de dezenas de conflitos menores.

Além dos desastres puramente humanos, a natureza parece querer somar esforços para miséria. Uma forte seca no nordeste da África ameaça matar mais alguns milhares. Moçambique e Madagascar foram recentemente atingidos por cheias que literalmente destruíram suas economias. Também é lá que a epidemia de AIDS faz mais vítimas. Calcula-se que 80% dos infectados pelo HIV estejam na África subsaariana. Em alguns países, 25% da população é portadora do vírus

Embora os interesses concretos determinem a política externa dos países desenvolvidos, são cada vez mais frequentes as menções a diplomacia moral. Nas nações mais ricas, o peso de um eleitorado solidário que se interessa por essas questões não pode ser ignorado. Assim, há uma chance, remota, de o ocidente fazer algo pela África. Não se trata de indicar o caminho a seguir, algo que cada estado terá de fazer por si próprio, mas de auxiliar numa situação de emergência que não parece ter mais fim.

É importante perceber nesse editorial como os sentidos dos termos em negrito podem ser utilizados para apreender as representações da África no entendimento dos

responsáveis pelos editoriais da *Folha de São Paulo*. O editorial de 3 de Julho de 2000: *mapa do inferno*, enfatizou o aumento da epidemia de AIDS no continente africano e a ausência de uma infra-estrutura adequada para combater o crescimento da epidemia: ***Catástrofe subsaariana é um termo ainda leve para referir-se a situação da África ao sul do grande deserto. Não bastassem as terríveis vicissitudes econômicas da região, há ainda a epidemia de AIDS que lá faz vítimas como em nenhuma outra parte do planeta.***

Relatório das Nações Unidas divulgado a semana passada informa que 1 em cada 3 jovens com 15 anos morrerá em consequência da moléstia nos dez países africanos em que os índices de contaminação são mais altos. A síndrome matou 2,2 milhões de pessoas na região ano passado; no resgate do mundo, morreram 600 mil. Em Botsuana, onde a situação é mais grave, 36% da população adulta é portadora do vírus HIV. A média mundial é de 1,07%.

A ciência ensaia várias explicações para as diferenças no padrão da epidemia. É provável que os subtipos de vírus existentes na África favoreçam a transmissão heterossexual, que é a predominante na região. Doenças venéreas ulcerativas bastante comuns como gonorréia e as candidíasis atam como co-fatores, facilitando a infecção pelo HIV.

Para agravar ainda mais o quadro, a maioria dos países da África subsaariana não dispõe de recursos para enfrentar a moléstia. Se, nas nações de primeiro mundo, a AIDS caminha para tornar-se uma doença crônica, na África ela não é só mais letal como também mata em menos tempo. No continente esquecido, a AIDS vem fazendo vítimas em todas as classes sociais. Na Costa do Marfim, por exemplo, a epidemia já causa falta de professores; 70% das mortes entre docentes se devem a síndrome.

O mundo tem condições de ajudar fazendo com que os medicamentos se tornem acessíveis a esses países. Os Estados Unidos já iniciaram gestões que devem surtir efeitos. Outra medida urgente – e mais polêmica – é o perdão da dívida africana. As Nações da região estão gastando quatro vezes mais com os serviços de suas dívidas externas do que destinam a saúde e a educação. Este editorial destacou a “ajuda” dos países desenvolvidos na luta contra o vírus. O último dos seis editoriais, o editorial do dia 30 de Março de 1998 intitulado por: *Democracia africana* discorreu sobre a viagem do presidente norte americano Bill Clinton ao continente africano, e sua iniciativa de juntamente com alguns dirigentes africanos, discutir a incompatibilidade do discurso da democracia na África: *O presidente do E.U.A Bill Clinton, assinou um documento singular na semana passada em Uganda. Endoçada por líderes dos países centro-*

africanos, a declaração de Entebe assume que o modelo ocidental de democracia não pode ser imposto aos países do continente.

Em que pese o fato de que, com documentos, Clinton dê novo matiz a atitude por vezes condenável do E.U.A em reação á África, não se pode negar que quase inexistam na região as condições que a democracia exige.

*Além **miséria extrema e dos conflitos tribais** acirrados pela divisão do território imposta pelo colonialismo, pela **corrupção** e principalmente pelas seguidas **ditaduras** apoiadas por potências ocidentais, quase não existe em muitos países africanos uma sociedade civil em condições de reivindicar liberdade.*

Com a visita a África, Clinton pretende mostrar que os E.U.A mudaram o foco do seu interesse na região. De fato, um projeto que está para ser enviado ao senado deve abrir o mercado americano para países africanos.

*Ao lado do Reino Unido os E.U.A tem ainda pressionado por um alívio multilateral da **dívida** de países africanos. Não é muito se comparado a rapidez com que os países desenvolvidos se prontificaram a jogar bilhões de dólares no turbilhão asiático. Mas comércio pode ser mais eficiente do que ajuda. O problema é que os E.U.A pretendem implementar relações apenas nos países “reformistas”, cuja a economia apresenta algum resultado positivo, apesar de serem **ditaduras** mais ou menos disfarçadas.*

Com exceção de Ruanda, o tour de Clinton inclui apenas países com este perfil: Serra Leoa, Congo, Burundi e Somália, onde não há muito que lembre um estado e uma economia convencionais foi deixado de lado. Uma política que os E.U.A e demais países ricos não poderão sustentar indefinidamente.

*A atitude de Clinton implica a aceitação do status quo na região. Pode legitimar **ditaduras** e dar continuidades a focos de tensão no continente, o que de fato jamais contribuirá para o estabelecimento de democracias de modelo ocidental – por ora, aliás, as únicas conhecidas.*

Nesses seis editoriais, diferente dos outros analisados neste capítulo, o continente africano, não é tratado de maneira específica. Enquanto os editoriais examinados discorreram sobre o contexto político de determinados países do continente, a exemplo dos editoriais referentes a Angola, Somália, Ruanda e Moçambique, nesses editoriais, onde os problemas africanos não dizem respeito a contextos de países específicos, as dificuldades da África foram abordadas sob múltiplas temáticas e perspectivas. Dessa maneira, se considerarmos a presença de termos que apontam na

direção do *afropessimismo*, em parte considerável destes editoriais, a África foi representada de forma negativa.

5. CONCLUSÃO

Ao concluir a investigação sobre as representações da África nos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, um aspecto não deve ser esquecido. Para compreender as imagens edificadas acerca da África, deve-se compreender o espaço ocupado pelo fenótipo, pois a característica externa dos diversos grupos humanos, antes de serem utilizadas para justificar aspectos políticos e econômicos, apresenta-se como um aspecto biológico. A fenotípia compõe-se como um aspecto real, objetivo, e que não se presta a qualquer tipo de confusão. Foi a variação de características fenotípicas existentes entre a diversidade dos grupos humanos, precisamente às das populações africanas que, historicamente, serviu para alimentar a memória coletiva acerca das representações do continente africano.

Essas clivagens sócio-raciais, através dos tempos, passaram a ser utilizadas, não só como critérios para demarcação entre os grupos raciais, bem como, passaram a ser a referência central em torno de onde são erigidas as discriminações raciais. Pronunciadas essas palavras, faz-se necessário entender que as representações da África nos diversos segmentos sociais do país – incluindo a mídia impressa - é fruto de um longo processo de reelaboração em torno do fenótipo melanoderme. É imprescindível destacar que as idéias pré-concebidas erigidas, historicamente, em torno da aparência melanodermica na mídia impressa ocidental, contribuíram para consolidar a imagem negativa da África no ocidente, principalmente, nos países em que as economias mais se destacam, a exemplo dos países europeus e dos Estados Unidos.

Nesses países, as representações do continente africano não confluem com os contextos culturais de suas populações. Imprescindível destacar a influência da mídia impressa desses países na formação da opinião pública mundial. Nesse sentido, não é de estranhar que as representações da África veiculadas em jornais como *New York Times*, *The Guardian*, *Washington Post* entre outros, estejam ou sejam reverberadas na mídia impressa nacional, onde o jornal *Folha de São Paulo* se destaca como o impresso de maior circulação e o maior em número em tiragens no país. Dessa maneira, as representações da África veiculadas pela *Folha de São Paulo* – podem refletir influência das concepções da mídia impressa internacional em relação ao continente africano.

A instituição da escravidão na América portuguesa fixou a idéia negativa da África no imaginário nacional. Essas idéias, que relacionam o continente africano às

selvas, guerras, genocídios, conflitos, fome, AIDS, tragédias, secas, corrupção, golpes de estado, ditaduras, racismo, puderam ser identificados, em uma série de termos presentes nos editoriais da *Folha de São Paulo*. Interessante perceber que dos países verificados nos editoriais da *Folha*, três países, África do Sul, Angola e Moçambique, são os que possuem um vínculo longínquo nas relações internacionais brasileiras.

O que chamou atenção é que sendo o Brasil um país de língua portuguesa com um considerável contingente de afrodescendentes, o conjunto de editoriais com maior número, foi à África do Sul, país que possui o inglês como um dos idiomas oficiais. Mesmo que em 2003, ano que o governo Lula instituiu nos currículos a história da África, o campo das relações raciais tenha ganhado uma visibilidade inédita, os termos e as formas de tratamento dispensados ao continente africano, apresentam certa continuidade se comparadas às ideologias erigidas acerca da África e de suas populações no século XIX. O campo semântico termina por ser a materialização das ideologias, mesmo que seja difícil determinar a concepção exata de cada redator ao discorrer sobre a África em cada editorial verificado. Devem-se considerar as subjetividades envolvidas neste processo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. *As metamorfoses do contrato representativo: jornalismo e democracia no Manual da Redação da Folha de São Paulo*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, vol. 5- 2008, nº14, Novembro de 2008. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALVES, Murilo Rodrigues; OLIVEIRA, Erik Ulisses Alves de; CAMPANATE, Camila Muniz Torres; D'ANDRÉIA, Carlos Frederico de Brito. *Entre a forma e o conteúdo: análise de como os elementos gráficos adotados pela Folha de São Paulo influenciam a leitura do jornal*. In: XV Congresso de ciências da comunicação na região sudeste, 2010, São Paulo. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARBEX, José Jr. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa amarela, 2001.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

BANDEIRA, Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

_____. *As relações perigosas: Brasil- Estado Unidos (De Collor à Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

_____. *O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Formação do império americano: Da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: edições 70, 1977.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Portugal: Sá da Costa, 1969.

BLOCH, Marc. *Apologia a História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOXER, Charles. R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. *A escola dos annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo: impress, 1981.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Francisco de Assis. *O gênero editorial e a polêmica do ensino religioso*. 2008. 217f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas em filologia e língua portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>.

CARVALHO, Marcelo Sávio R.M. *Os primórdios da internet no Brasil*. Disponível em: <<http://www.nethistory.info>>.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

Centro de Estudos Angolanos. *História de Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 1965.

CHILDRESS, David Hatcher. *A incrível tecnologia dos antigos*. São Paulo: Aleph, 2005.

COLOMA, Tristan. *Quando as águas de Ingá iluminarem a África*. Le Monde diplomatique, Brasil, 2011, número 43, pp. 36-38, fevereiro, 2011.

CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

COSTA, Emília Viotti Da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEPELCHIN, Jacques. *Silences in África history*. Dar Es Salaam. Mkuki na Nyota, 2005.

DIOP, Cheik Anta. *Precolonial Black África*. New York: Laurence Hill, 1987.

FELIPE, Ângela Marques. *O processo de reconciliação na África do Sul*. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/processo_reconciliacao_africa_sul.pdf>.

FERREIRA, Antônio Celso et al. *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010,

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: edições Loyola, 1996.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília, 3ª edição: Líber Livro Editora, 2008.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora nacional (Recife), 1979.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2002.

GODELIER, Maurice. *O conceito de tribo: crise de um conceito ou crise dos fundamentos da antropologia*. In. Horizontes da antropologia. Lisboa: Edições 70.

GOODY, Jack. *O roubo da História: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAMDUN, Said; KING, Noel. *Ibn Battuta in Black África*. Princeton (NJ): Markus Wiener, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

_____. *Nações e nacionalismos: desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

HOUAISS, A; VILLAR, M.S. *Mini dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IZERROUGENE, Bouzid. *Argélia: a tirania da identidade e a ascensão fundamentalista*. Revista Afro-Ásia, 1998-1999, nº 21-22, p. 275-312. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br>>.

JIM, Sharpe. A história vista de baixo. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *O imperador: os bastidores do palácio de Haile Selassie I, o tirano que governou a Etiópia por 44 anos*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África: entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas editora.

KOUROUMA, Ahmadou. *Alá e as crianças soldados*. São Paulo: Estação liberdade, 2003

KRUMA, Kawame. *África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. 2001.428f. (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

LE GOFF, Jacques *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2005.

LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

LOPES, Marisa. *Folha de São Paulo: Da produção de sentidos acerca da guerra do Iraque*. 2009.136f. (Dissertação de mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

MANUAL DA REDAÇÃO. SÃO PAULO: PUBLIFOLHA, 2010.

M'BOKOLO, Elíxia. *História e civilizações: do século XIX aos nossos dias*. (Tomo II), Lisboa: edições colibri, 2007.

_____. *África negra: história e civilizações: do século XIX aos nossos dias*. (Tomo – II) Lisboa: Edições Colibri, 2007

MACHAL, Roland. Islamic political dynamics in the Somali civil war. (In) *Islamism e its enemies in the horn of África*, 2004.

MAMDANI, Mahmood. *Saviors and survivors: Darfur, politics, and the war on terror*. New York: Pantheon books, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina De. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto Editora, 2008.

MAYR, Ernst. *O impacto de Darwin no pensamento moderno*. Scientific American, Brasil, nº17/2005, pp. 92-98, edição especial, 2005.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A modernidade republicana*. Rio de Janeiro, 2009, revista tempo. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

MOORE, Carlos. *África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

_____. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, págs 133-166, Secretária de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.

_____. *Racismo e sociedade. Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabenguele. *A República Democrática do Congo*. Casa das Áfricas, São Paulo. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/327492.pdf>>.

N'KRUMA, Kawame. *Neocolonialismo: ultimo estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Vol.4. São Paulo: Selo negro, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Notícias sobre África: representações do continente africano na revista Veja* (1991-2006). In. Revista Afro-Ásia, Salvador, nº 38-2008, pp.87-141, Agosto de 2009.

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

OLSON, Steve. *A história da Humanidade: Desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PEREIRA, João Dantas. *Relações Brasil-Guiné-Bissáu e Cabo Verde no contexto das comunicações nos países do terceiro mundo entre 1963-1974*. 1989. 153f. (Dissertação de mestrado) Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

PIERANTI, Octávio Penna. *Nelson Werneck Sodré e História da imprensa no Brasil: uma análise da relação do estado e meios de comunicação de massa. Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação*. Brasília, setembro, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *A política africana do governo Lula (2003-2006)*. Tempo soc., 2009, vol.21, no. 2, p.185-209. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a09.pdf>>.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara nova, 1975.

SADER, Emir. *Século XX: uma bibliografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

SCHERMANN, Patrícia Santos. *Fé, Guerra e Escravidão: cristãos e muçulmanos face à Mahdiyya no Sudão (1881-1898)*. Tese de Doutorado. Niterói, Programa de Pós Graduação em História-UFF, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SFORZA, Luca; SFORZA, Francesco. *Quem somos? A história da diversidade humana*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins Da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória cultural, 1988.

SILVA, Daniel Nascimento e. *Pragmática da violência: o nordeste na mídia brasileira*. 2010.192f. (Tese de doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Rosa da Cruz. In. *Angola e Brasil nas rotas do atlântico sul*. PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Organizadores). Benguela e o Brasil no final do século XVIII: relações comerciais e políticas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SILVEIRA, Eduardo Pio da. *Notícias de arquitetura nos jornais de São Paulo 2000-2002*. 2007.67f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

_____. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TANAKA, Heiji. *Sobre a inteligência e a vaidade: um balanço do governo Fernando Henrique Cardoso*. Revista de Ciências humanas da UNIPAR. Jan-Março, 2003. Vol. 11, nº 1. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/328/296>>.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; BARBOSA, Luciana Mendes. *Congo: no "coração" da África o dilema entre independência e ditadura*. Minas Gerais, dez.2007. Disponível em: <<http://www.pucminas.br>>.

TERESI, Dick. *Descobertas perdidas: as raízes antigas da ciência moderna, dos babilônios aos maias*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

TORO, Camilo Aguilera. *O espectador como espetáculo: notícias das torcidas organizadas na Folha de São Paulo (1970-2004)*. 2004.145f. (Dissertação de mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>.

V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. 1971, São Paulo. *A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, vol.II, pp.225-39.

VIEIRA, Francisco Sandro Silveira. *Do eurocentrismo ao afropessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário da "África" no Brasil*. Revista do Departamento de serviço social – PUC - Rio. Rio de Janeiro, março. 2006. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2011.

VOLTAIRE, François Marie Arquet. *Cândido ou o otimismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WITTE, Ludo De. *O assassinato de Lumumba*. Lisboa: Editorial caminho, 2001.

ZAMPARONI, Valdemir. *A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro*. Multiculturalismo/artigos. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>.

_____. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: Edufba, 2007.